

Em Espanha para o proximo referendo

OPOSIÇÃO VAI PROPOR ABSTENÇÃO

Presidente da Venezuela em Lisboa

MADRID, 29 — (Por Valentin Jiménez, especial «D.L.») — Uma semana depois da Câmara Legislativa do regime franquista — as Cortes — ter aprovado por esmagadora maioria o projecto de reforma institucional apresentado pelo Governo de Adolfo Suárez, a Oposição Democrática está a ponto de chegar a um acordo para postular, de maneira conjunta, a abstenção no próximo referendo, que a 15 de Dezembro, deverá confirmar a reforma.

Com esta finalidade, reuniram-se em Madrid, na tarde do último sábado, os integrantes da Plataforma de Organismos Democráticos, a máxima entidade conjunta da Oposição Democrática a escala nacional — com os representantes dos partidos liberais, sociais-democratas, democratas-cristãos e socialistas.

A Plataforma de Organismos Democráticos (P. O. D.) já se havia pronunciado a esse respeito, no passado dia 4 de Novembro, ao estabelecer sete condições para participar de um eventual referendo. Caso não sejam cumpridas estas condições, a P. O. D. recusará todo o referendo e iniciará uma campanha de «abstenção activa».

No dia 13 de Novembro, um dos organismos integrantes da P. O. D., Coordenação Democrática — uma aliança de 15 forças políticas e sindicais — ratificava esta posição de promover a abstenção dos cidadãos, caso o referendo seja levado a cabo em situações de falta de garantias e de liberdade prévias, que são as condições normais exigíveis em

qualquer país democrático para a validade e credibilidade de uma consulta popular.

Pelo seu lado, a denominada «Oposição Moderada», não integrada na P. O. D., emitiu um duro comunicado no último dia 23, censurando a política repressiva do Governo, a qual «comprometeria seriamente» as negociações. A causa imediata do «endurecimento» dos «moderados» é a afirmação do ministro do Interior na qual dizia que não seria tolerada a propaganda em favor da abstenção. De facto, a credibilidade dos projectos reformistas de Suárez está comprometida pelo conteúdo que os mesmos encerram.

No caso da reforma institucional, que será o objectivo do próximo referendo, todos sabem que a aprovação por parte de um organismo tão ultraconservador como as Cortes franquistas, só foi possível graças ao estabelecimento de um pacto prévio entre o Governo e a coligação neofranquista «Aliança Popular», da qual acabava de ser nomeado secretário-geral, com todos os poderes, o ex-ministro do Interior, Fraga Iribarne. O pacto foi formalizado durante o debate nas Cortes, sob a forma de «correções necessárias» que se juntaram ao «princípio moral» da proporcionalidade no sistema de eleições dos 350 deputados das novas Cortes. A emenda ao projecto apresentado pelo Governo, foi introduzida pela «Aliança Popular» com o fim de «conciliar a democracia com a eficácia».

Segundo o prestigioso especialista de Direito Constitucional, que assina sob o pseudónimo de «Quijano» no semanário

«Informaciones Políticas», a aparentemente inofensiva emenda modifica substancialmente o princípio da representação proporcional prevista pelo projecto inicial para a eleição do congresso dos deputados. A partir da emenda aprovada, o sistema proporcional transformou-se num sistema misto com tendências maioritárias.

As correções introduzidas estabelecem que a circunscrição eleitoral será a província — 50 no total, que cada província elegerá um número mínimo de deputados, seja qual for a sua população (deverão ser pelo menos três para que seja tecnicamente possível aplicar a representação proporcional) e que cada partido deverá conseguir uma percentagem mínima de votos para subir ao Congresso.

Em virtude destas correções, as províncias pouco habitadas estarão super-repre-

Continua na pág. 24

Trabalhadores exigem cumprimento da Constituição



Um aspecto da concentração de anteontem no Estádio 1.º de Maio

Na pág. 3
OS QUADROS-TRABALHADORES DIFERENTES?

Na pág. 5
SOARES RECUSA DIÁLOGO COM P.C.P.
Nas centrais
QUEM GOVERNA OS AÇORES

FERNANDO NAMORA E J. A. FRANÇA NO INSTITUTO DE CULTURA PORTUGUESA

Os Drs. Fernando Namora e José-Augusto França foram esta manhã empossados na presidência e na vice-presidência do Instituto da Cultura Portuguesa, um dos dois ramos em que se desdobrou o Instituto de Alta Cultura (o outro denominado Instituto de Investigação Científica, tem à testa o prof. Miller Guerra).

Pag. 24

24 PÁGINAS



Os Drs. Fernando Namora e José Augusto França durante o acto de posse

Pag. 11

Nacional

Política de A a Z

OS TRABALHADORES

Não haverá estabilização democrática, não se caminhará rumo ao socialismo, se entre os governantes e as classes trabalhadoras deste País se não travar um quotidiano e confiante diálogo. O Governo — este ou outro que se proponha governar constitucionalmente — terá que merecer a confiança dos trabalhadores. E parece-nos que a regra de ouro da governação democrática rumo ao socialismo, visando como alvo a sociedade sem classes, tal como a Constituição prescreve, não poderá deixar de ser: contar com o apoio das classes trabalhadoras, conquistar a confiança das classes trabalhadoras.

Este apoio deverá ser alcançado através de um diálogo aberto e franco. Um diálogo do qual, sem qualquer equívoco, sem qualquer tentação de facilidade, deverá ser banida a demagogia. Não queremos que os trabalhadores sejam adúlados, mas não nos parece prudente que sejam ignorados pela prática governativa, pelas decisões que lhes dizem respeito, por uma política que, na procura das soluções, não vai à raiz dos problemas.

Andamos a botar remendos nos efeitos em vez de enfrentar as causas. Não se contesta que a problemas nacionais difíceis, não poderão corresponder soluções fáceis. Sabemos que, muito ao invés, há que pedir esforço colectivo e sacrifício colectivo. Mas escrevemos: *colectivo*. E por muitas e variadas razões suspeitamos que em certos meios a disciplina de trabalho falece, a noção de austeridade é precária os esforços e sacrifícios são pedidos, ou pretende-se que sejam exigidos, em sentido único. Consideramos evidente que neste plano das relações entre o Governo e as classes trabalhadoras só existem duas possibilidades: 1) governar com o apoio dos trabalhadores; 2) governar contra os trabalhadores. Porque os trabalhadores tenderão a classificar de «Governo antioperário» qualquer Governo, seja qual for a sua constituição política, que procure estabilizar a vida económica exclusivamente à custa das classes trabalhadoras e que pretenda apaziguar os capitalistas com medidas que representem uma reposição de posições que foram alteradas em consequência do «25 de Abril».

CUIDADO COM OS ESPECTROS

Os «espectros» desceram à cidade. Andam por aí. Não é de estranhar, portanto, que um sentimento de insegurança e de instabilidade que não é favorável à institucionalização da vida democrática e às tarefas nacionais urgentes, se tenha instalado entre nós, nas ruas e nas praças, nos cafés e nos bares, nas empresas, nas repartições, nos quartéis. São já os «espectros» que inspiram o «discurso político». O «discurso» corrente dos governantes, a prosa e a pose que se vão tornando oficiais, cingem-se por um figurino que se adapta mal à realidade viva da nossa terra e aos imperativos do nosso tempo. Que este tempo é «tempo de mudança» e este Portugal é «um país em mudança».

Cometeram-se excessos? Praticaram-se erros? Bem o sabemos. Mas a correcção de excessos e de erros não deverá conduzir a erros e a excessos de sinal contrário. E o que é mais alarmante é a tendência para repetir os vícios do passado: o «caciquismo», o «empreguismo» e o «entreguismo». Tudo se concede ao estrangeiro; tudo se resolve recrutando a preço de posições e de empregos; tudo assenta em influências pessoais, prestígios locais ou sectoriais, relações de dependência. Do regresso dos «espectros» de um passado recente e até da repetição dos vícios da I República, parece-nos que resultam iminentes perigos para uma democracia jovem, inexperiente, insegura.

Outra regra de ouro: a «democracia» só pode institucionalizar-se pela acção dos «democratas», só pode construir-se com «democratas».

UMA CAMPANHA QUE COMEÇA A CONCRETIZAR-SE

Falamos da «campanha» de que é alvo o general Ramalho Eanes. Não tenhamos dúvidas: o general Ramalho Eanes desiludiu alguns dos que contribuíram para a sua eleição para Presidente da República. O general Ramalho Eanes não era um Sinel de Cordes, não era um Gomes da Costa, e pela sua fidelidade à Constituição (a esta Constituição) tudo nos leva a crer que se recusa a ser um Sidónio Pais. Consequentemente, as críticas começam a equilibrar, ou a desequilibrar, os aplausos. Já se diz, em letra redonda, por enquanto em forma interrogativa, que Eanes não cumpre. Já se afirma, em letra redonda, que Eanes está mal redeado. Já se adianta, em letra redonda, que está isolado do País e do povo por colaboradores que lhe dificultam o conhecimento da realidade nacional. Já se insinua, em letra redonda, que se deixa influenciar no Conselho da Revolução. E sabendo-se, como se sabe, que pela própria lógica do texto constitucional, Eanes se considera garante do funcionamento e autoridade desse «órgão de soberania», já se pede irresponsavelmente, provocatoriamente, a dissolução do Conselho da Revolução. O que corresponde a pedir ao Presidente da República e do C.R., um acto inconstitucional.

Seria uma inocência política não dar a esta campanha evidentemente planeada por uma das oficinas de intoxicação da opinião pública, o significado e a importância que reveste. Se a nossa jovem democracia se não defender dos seus verdadeiros inimigos, poucas esperanças nos restam de a vermos prosseguir, na paz, relativa de uma luta árdua, o seu caminho para as metas constitucionais que o voto livre do povo consagrou.

Este é o primeiro problema. Outros problemas existem: os dos «espectros do antigamente», os dos vícios que regressam ou se renovam. Mas se defendermos a democracia, no quadro constitucional definido, é possível descobrir o caminho, abrir o diálogo.

Internacional Socialista

COMPROMISSO ENTRE "LINHAS DIVERGENTES" CARACTERIZA CONCLUSÕES DO CONGRESSO

Com a adopção de duas resoluções, uma sobre a situação política e outra sobre a América Latina, encerrou ontem em Genebra o 13.º Congresso da Internacional Socialista. Antontem, havia também sido aprovada uma declaração sobre a solidariedade económica internacional, a qual deixa transparecer oposições existentes no interior da Internacional Socialista, nomeadamente entre partidários da economia planificada e do liberalismo económico. A registar ainda o facto do documento «Pela Paz, Segurança, Cooperação e Progresso Social na Europa», aprovada em Junho em Berlim, na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa ter sido oficialmente comunicado a este 13.º Congresso por uma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha Oriental.

Na última sessão foi ainda feito e aprovado um aditamento sobre a Situação no Médio Oriente, o qual sublinha que a continuação da crise naquela região, põe em perigo as perspectivas de paz assim como o desanuiamento Leste-Oeste. Neste aditamento, a Internacional pronuncia-se também sobre a convocação da Conferência de Genebra e reconhece os direitos de todos os povos à autodeterminação e a viver em paz no interior de fronteiras seguras e reconhecidas.

Quanto à resolução política propriamente dita, esta compõe-se de uma introdução com três temas: «Mais justiça para a Humanidade», «Mais liberdade e Democracia» e «Mais paz», e seis capítulos.

A introdução lembra que a «justiça, a democracia, a paz e a igualdade nas relações internacionais são os princípios fundamentais que guiam a acção dos socialistas no Mundo inteiro. O primeiro capítulo sobre o «Desanuiamento internacional e a cooperação» toma nota dos progressos já realizados, mas esclarece que

a Internacional, se recusa em reconhecer a divisão do Mundo em dois blocos imutáveis e rivais, a qual é a fonte de tensões e que torna em elemento permanente das relações internacionais o risco de confrontação perigosa entre as duas «superpotências».

O segundo capítulo é consagrado à Conferência de Helsínquia sobre a Segurança e a Cooperação Europeia. A Internacional afirma que deseja cooperar na execução do acto final. Nos dois capítulos seguintes a Internacional afirma o seu apego ao desarmamento, à segurança colectiva, assim como aos princípios e à acção das Nações Unidas.

No quinto capítulo, intitulado «Um Mundo ainda Ameaçado», exprimem-se preocupações quanto à situação na África Austral. «Milhares de africanos, diz o texto, vivem ainda sob um regime colonial e o seu combate pelas liberdades abriu nova frente de batalha para as «superpotências». A Internacional afirmou que está ao lado dos africanos no seu combate e que condena o sistema de «apartheid».

No último capítulo, «O Socialismo e os Direitos do Homem», afirma-se que só o socialismo democrático é capaz de responder às aspirações mais profundas da humanidade, e que só ele pode proteger e garantir os direitos do homem e pôr fim às sequelas do colonialismo, à vergonha do «apartheid» e à sobrevivência do racismo e da discriminação racial. O texto condena ainda o terrorismo o qual soma «a violência à injustiça».

A resolução termina afirmando que o «socialismo é a única solução alternativa para o capitalismo e para o comunismo».

DOCUMENTO DOS P. C.'s EUROPEUS

Aprovado em Junho, em Berlim, na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, o documento «Pela

Paz, Segurança, Cooperação e Progresso Social na Europa» foi oficialmente comunicado ao 13.º Congresso da Internacional Socialista.

O documento foi acompanhado de uma carta do secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha Oriental (SED), Erich Honecker, bem como por uma declaração do respectivo Comité Central, que organizou a conferência dos Partidos Comunistas. Na declaração, acentua-se que os participantes da conferência «saúdam os progressos feitos em certos países e a âmbito internacional, no campo da cooperação entre partidos comunistas e partidos socialistas ou sociais-democratas».

A declaração acrescenta que os participantes da Conferência «pensam ser conforme aos interesses da classe operária e aos de todos os trabalhadores que se ultrapassem os obstáculos que impedem o caminho para a acção comum e que complicam a luta travada pelas massas trabalhadoras contra o capital monopolista, contra as forças reacçãoárias e conservadoras».

Ambos os documentos foram entregues ao «Bureau» do Congresso Internacional pelo dr. Egon Winkelmann, membro da Comissão Central de Controlo do S. E. D. e pelo dr. Joaquim Boehm, chefe de secção do Departamento das Relações Internacionais do Comité Central do S. E. D.

DIVERGÊNCIAS ENTRE PARTIDOS

Divergências entre os partidários da economia planificada e do liberalismo económico vieram à tona no sábado no seio do Décimo Terceiro Congresso da Internacional Socialista, quando se discutia o tema «Para uma Nova Ordem Económica Mundial».

As delegações da França, e da Bélgica, foram as mais fervorosas defensoras da planificação económica como instrumento indispensável para se atingir o socialismo.

Por seu turno, a delegação da República Federal da Alemanha manifestou a sua prefe-

rência pelas formas liberais neste âmbito, sendo os dois sectores protagonistas de um extenso debate, que ocupou a maior parte da penúltima jornada.

Não obstante estas divergências, logrou-se no final a aprovação de uma «declaração de solidariedade económica internacional», na qual se diz estar empenhada a Internacional Socialista.

Fruto de uma plataforma entre os defensores do liberalismo económico e os que preconizam uma economia planificada de tipo socialista a declaração representa um acordo estabelecido na base do mais pequeno denominador comum.

O documento propõe designadamente que «os países que se encontrem financeiramente em posição privilegiada se disponham a facilitar transferências financeiras de certa amplitude em condições aceitáveis pelos países pobres. Essas transferências processar-se-ão numa escala que reduza efectivamente as desigualdades entre as diferentes partes do Mundo», devendo ser «completadas por outras medidas tomadas nos campos económico, comercial e monetário».

Depois de constatar que o «sistema económico capitalista não-planificado de comércio livre falhou lamentavelmente», málogo esse que «faz surgir a necessidade de uma atitude completamente nova», o texto passa a enumerar os objectivos que a Internacional Socialista se propõe alcançar:

«Utilizar a fundo os recursos de produção e adoptar políticas de investimento, de crédito, de vantagens de preços e de rendimentos susceptíveis de superar a inflação»; «melhorar os métodos de controlo dos movimentos de capitais e das transacções das companhias multinacionais além-fronteiras»; «o Governo deverá intervir ao máximo nas empresas económicas através de nacionalizações ou de controlos procurando as melhores oportunidades de aumentar as importações de produtos industriais provenientes dos países em vias de desenvolvimento».

Socialistas do Mediterrâneo

Terminou ontem em Barcelona a I Conferência Socialista Mediterrânica. Nos trabalhos participaram representantes de dezoito partidos socialistas da Europa e do Norte de África, de todos os países do mediterrâneo, à excepção de Israel e Albânia. Presentes ainda a OLP (Organização da Libertação da Palestina) e, como observadores, representantes da Noruega, da Dinamarca, e Portugal.

Os trabalhos prolongaram-se por três dias e foram simultâneos dos da Internacional Socialista em Genebra. No final foi emitido um comunicado conjunto resumindo os principais pontos de acordo: 1 — «Terminar com a presença de forças militares estrangeiras no Mediterrâneo, para conseguir a paz dos povos da região»; 2 — «Apoiar a luta armada palestina sob a direcção da OLP»; 3 — «Condenar o colonialismo e o sionismo, e ajudar os movimentos progressistas de libertação»; 4 — «Desenvolver a cooperação entre as forças socialistas do Mediterrâneo nos campos

político, cultural e económico».

Foi decidido estabelecer um secretariado permanente que realizará as suas reuniões na República Árabe Líbia, e que será composto por representantes do Partido Socialista Popular de Espanha, do Partido Trabalhista de Malta, da União Socialista Árabe da Líbia, do Movimento Socialista Pan-Helénico (Grécia) e da OLP. A próxima reunião será em Malta no ano que vem. O comunicado final diz que a conferência continua aberta a todos os «partidos socialistas progressistas» que estejam de acordo com os pontos que foram objecto de acordo durante os trabalhos.

Nos trabalhos da I Conferência Socialista Mediterrânica participaram, entre outras, delegações do PS italiano, do PSU francês, do PS grego, da Aliança Socialista Jugoslava, do Neo-Destur da Tunísia, da União das Forças Socialistas Marroquinas, do Partido Socialista Popular Espanhol e da Federação Espanhola dos Partidos Socialistas. Uma representação do PS português esteve igualmente presente.

TEATRO

ABC

Telef. 36 67 45

SÉRGIO AZEVEDO

apresenta



HERMÍNIA SILVA
na Abelha Mestra

BALLET STAR DANCER'S

Todos os dias 2 sessões
Às 20.30 e 22.45

Domingos e feriados
«Matinée» às 16 horas

A REVISTA
MESMO REVISTA

«CADA COR
SEU PALADAR»

com HERMÍNIA SILVA,
NICOLAU BHEYNER, RI-
BEIRINHO, VERA MÓNICA,
VÍTOR MENDES e
LOURDES LIMA

Não perca o início do
espectáculo porque assim
só vê a 2.ª cena...

Uma revista que é uma
pausa na M... da política

Se perde o início do
espectáculo só vê 90 %
da revista

N/acons. a m. 18 anos

post-scriptum

MARXISMO E ÁFRICA

Dizia um semanário reaccionário português da semana passada (18 de Novembro), em género estereótipo que «marxismo e África são palavras que não se casam bem.»

Esta 'boutade' teve o condão de me fazer rir, o que já não é mau para uma invectiva espirituosa.

Mas em que seria incompatível o marxismo e África? Nada era explicado, nem talvez o julgassem necessário dado que calculo que os seus habituais leitores devem ser muito benévolo e permissivos, a este palavreado vazio de sentido. É assim porque é assim.

Claro que o plumífero desse semanário escreve para uma certa clientela que de África só a entende e a percebe em termos de lucros e de exploração. E, como o marxismo em África dá uma luta sem quartel, ao brialismo, ao feiticismo, ao racismo, ao analfabetismo, à escravidão, à exploração do homem pelo homem, a coisificação da pessoa humana, à droga, à prostituição, ao lucro desenfreado dos senhores capitalistas mercadores de trabalho escravo, então, vai daí, lança-se o estereótipo «marxismo e África são palavras que não se casam bem», considerando simplesmente que o causador de todos os seus infortúnios na sua bolsa capitalista, é o marxismo.

Mas à cautela, não vá o diabo tecê-las, na eventualidade de não fazerem parar a perspectiva histórica do que se estava desenrolando em África, as mesmas forças reaccionárias que eliminaram Lumumba e N'Krumah, criaram os Tschombé angolanos que são Holden e Savimbi e, experimentam destruir o Governo legítimo da República Popular de Angola.

Por favor, cavalheiros, deixem Angola e Moçambique em paz e sossego, durmam para outro lado, porque nada, mesmo nada, parará os povos africanos na sua irreversível, na sua justa luta para a paz, liberdade e progresso.

A vitória é certa!

Miguel Bomfim Ricardo
PÓVOA DE SANTA IRIA

Deixámos de ser colonizadores E colonizados?

Falam para aí em independência nacional. Mas o que vemos é que, com o rumo que as coisas estão a tomar em matéria de negócios estrangeiros, a nossa política até parece teleguiada por Washington. Parece-nos tudo muito claro (e se me engano, peço desculpa), isto é: se querem dólares, há que não condenar a África do Sul, há que convidar o Suárez, há que ir ao Brasil para romper o isolamento de Geisel, há que atrelar Portugal à Europa dos monopólios!

Bom; há que reforçar os laços com a NATO, rever o acordo das Lages, etc...

A política do Atlantismo, da defesa da civilização cristã ocidental, tal como no antanho, voltou a estar na ordem do dia! Tudo em nome do «socialismo em liberdade».

Deixámos de ser colonizadores. E colonizados?

A propósito: o Governo terá protestado pelas declarações de Ford sobre a ingerência em Portugal?

Porque será que ainda não se publicou a acta final dos acordos de Helsínquia? Será que tal como em Washington serão um dia publicados no «Diário da República», para que ninguém os leia?

João Ricardo Chaves
LISBOA

Assim, não

Um governo que se diz socialista, um governo que jura a pés juntos defender os trabalhadores e a Constituição, e em vez disso se encarna cada vez mais contra eles, contra a Reforma Agrária, ignorando ou «interpretando» à sua maneira a Constituição, não é com certeza um governo socialista.

Mais. Um governo que atira cá para fora com leis que são uma terrível afronta ao trabalhador, leis como no tempo da «outra senhora» (ou pior ainda), como por exemplo a lei dos despedimentos, não é certamente um governo socialista.

E se não é, perguntamos: que raio de governo é este?

Estamos numa democracia rumo ao socialismo ou estamos numa pseudodemocracia rumo não se sabe a quê?

Nunca alimentámos ilusões quanto a este governo «orgulhosamente só». Nunca acreditámos em promessas que tresandavam a demagogia. Por isso, não estamos surpreendidos. Antes preocupados.

E não é a via que nos aponta o sr. ministro da Agricultura e Pescas, no sentido do aproveitamento dos restos do almoco (de quem?), que vem solucionar o caos do governo deste País... muito menos a via «poupança 13.º mês» a ser suportada pelos trabalhadores, enquanto a «poupança» dos capitalistas é o que a gente vê.

Assim, não.

Luis G. Alves
LISBOA

OS QUADROS — TRABALHADORES DIFERENTES?

ANSELMO ANÍBAL E CLÁUDIO TEIXEIRA

«Pois claro que são! Fazem parte da «burguesia», são laiaos do patronato, não são precisos para nada, são uma subcamada parasita da grande camada de exploradores.» «Usa gravata? Veste bem? É quadro? Então é... reaccionário, saneável, é saneado!»... Caricaturamos assim uma atitude «obreirista» primária que, efectivamente, foi bastante generalizada na «explosão de Abril» e que — umas vezes justa, outras injusta — arrastou alguns quadros no «turbilhão», atirando-os para a direita...

1. De facto, tiveram alguma importância na evolução da situação portuguesa pós-25 de Abril as relações, muitas vezes tensas, que se estabeleceram entre trabalhadores não-quadros e os quadros.

Em alguns casos, aconteceram problemas com alguns que tinham lugares de coordenação e chefia e que se viram, muitas vezes indevidamente, tratados como se tivessem sido apenas «mandaretes». Noutros casos foram saneados os que tinham exercido essas funções por forma que fora «consensada» como arbitrária e prepotente. Só uma análise caso a caso poderia, na complexidade de cada situação, ver o que foi justo e o que foi injusto.

Houve situações criadas contra quadros, derivadas de uma actuação eivada de oportunismo ou de «obreirismo». Os quadros são então «odiados», pelo simples facto de serem quadros, como símbolos vivos do Poder. É certo que a transparência da desigualdade social é flagrante em muitos casos. Os grupos de quadros são considerados, um por todos e todos por um, como pessoas gozando de um determinado nível de vida. E isso aguça o desejo primário de uma justiça «à inversa». Pretende-se uma fictícia e falsa inversão da situação por um igualitarismo incorrecto, formal e distorsor — e ucrónico e utópico.

Esquecem então alguns grupos de intenso fervor pseudo-revolucionário que assim como não se destrói o capital fixo-material de um país, não se deve também destruir o investimento efectuado em capital humano nas áreas cultural e técnica. O «know-how» é parte inequívoca do «activo contabilizável» de um país. É evidente que não se deve concluir daqui nenhum princípio de elitismo em que o Poder ande associado necessariamente ao saber. A posse do «know-how» não deve, só por si, conferir a «posse» do Poder.

2. Apesar disso, porém, os quadros são, efectivamente, investidos de algum poder em virtude de serem possuidores de «saber».

É a reprodução da estratificação social prolongando-se da escola para o trabalho.

Os quadros são, na verdade e em grande medida, produto da escolaridade prolongada que em Portugal abrange, na sua grande maioria, indivíduos chegados ao aparelho escolar oriundos de famílias que podem manter essa escolaridade e que são, em terminologia sumária, dos grupos sociais favorecidos. Outros há, em número minoritário entre os quadros superiores, que vêm de outras camadas sociais ou que, ligando o trabalho ao estudo, subiram os escalões profissionais em circunstâncias diversas da maioria atrás referida. Esta origem social ajuda a compreender a situação real dos quadros no âmbito das relações de trabalho e das relações de produção. É certo que a sua

situação funcional é diferente da dos outros trabalhadores não quadros. São diversos a sua ocupação do tempo, os tipos de actividade exercida. A situação de divórcio entre os níveis e funções de direcção (ou «management») e as de execução atinge profundamente a sua vivência do trabalho e é um dos aspectos fundamentais do contexto dessa vivência. Essa sua posição diferente na organização e relações de trabalho, distingue-os evidentemente. Mas não é a justificação maior para as distâncias entre eles e os outros trabalhadores. A razão está sobretudo na compreensão ou consciência — difusa ou explícita — de que, saídos de mundos diversos, embora coexistentes, parecem representar interesses diversos e defender interesses diversos. Repetimos, portanto: a «barreira» não estará na diferença de tarefas, de nível de responsabilidade, no «estatuto» interno e formal na empresa; a «barreira» prévia e permanente será

funcional. É evidentemente necessário o trabalho dos que planeiam, coordenam, controlam, gerem baseados em dados informativos, propõem mudanças. É necessário o trabalho de quadros em tarefas de investigação, de estudo e processamento da inovação tecnológica e administrativa e que, nas empresas e nos serviços, renovam rotinas, reforçam a transformação, preparam as mudanças. É também claro que decorre da divisão funcional do trabalho haver áreas de decisão «acumuladas» em certos pontos da organização e áreas de execução dispersas ordenadamente.

Mas tudo isso não impedirá que, a pouco e pouco, se altere a face das relações na produção. Num país onde haja planificação democrática da vida social, onde o sobreproduto ganho nos diversos sectores económicos seja distribuído de acordo com o Plano e privilegiando em primeiro lugar as actividades de riqueza pelo investimento reprodutivo e em

co de que usufruíram ou no qual «ascenderam» adquirindo privilégios que foram «educados» a ambicionar. No pós-25 de Abril ao perceberem, pouco a pouco, que, afinal, o sistema talvez comece a ser posto em causa, «reagem». Foi, por isso, que desde os primeiros tempos após o 25 de Abril, e em ligação clara com muita intenção de boicotar por parte de forças antidemocráticas (para «demonstrar» claras diferenças entre o silêncio-ordem anterior e a confusão-chaos posterior) assistiu-se a uma reacção conjuntural e tática da parte de muitos quadros. Muitos abdicam das suas responsabilidades perante formas concretas de «contra-poder» que se vão organizando. Por outro lado, é sobretudo no sector secundário, os sistemas de trabalho perdem frequentemente o ritmo e coordenação funcional, surgindo aspectos graves de desorganização e quebras de produção. Perante as grandes transformações nas estruturas económicas de Março a Setembro de 1975, muitos quadros não colaboraram; procuraram no dia a dia e hora a hora desacreditar as medidas tomadas, não acompanhando o empenhamento dos outros trabalhadores. Presionados por um lado, muito a nível psicológico de relações interindividuais (com aspectos por vezes desagradáveis e porventura injustos) e por outro, sentindo o declínio da sua situação relativa de estatuto comparativamente elevado de consumo e níveis de remuneração, os quadros não apoiam, na sua maioria, as alterações. E aceitam com grande facilidade as informações então difundidas de que o País vai a caminho do caos. Não aceitam nem aderem à ideia de que a crise é inevitável, mas por força das alterações qualitativas que se estavam a dar no sistema produtivo e no contexto social das relações. Consideram antes a crise não como crescimento e «salto» qualitativo, mas como caos, e, portanto, desejam objectivamente o «retrocesso».

Desde o início, camadas mais esclarecidas do operariado e dos trabalhadores em geral souberam compreender a importância dos quadros (cujo número cresceu substancialmente desde os anos sessenta) no contexto das alterações provocadas pela Revolução. Consideravam-nos suporte necessário às medidas fundamentais tomadas de Março a Setembro de 1975. Efectivamente, o peso do sector público na economia e a função motora que a Constituição lhe aponta (cf. n.º 2 do art.º 90.º) tornam especialmente relevantes as responsabilidades dos quadros das empresas públicas. Mas com o desenvolvimento e o alargamento do controlo operário para áreas fora do sector público essas responsabilidades generalizam-se. E alguns quadros põem a sua qualificação e a sua competência ao serviço dos trabalhadores em ordem a objectivos de novo tipo — os objectivos de produção social — e de acordo com as novas relações de trabalho decorrentes das conquistas democráticas do 25 de Abril.

4. Todas as distâncias culturais, económicas, sociais e até funcionais entre os quadros e os outros trabalhadores aceleraram a criação de camadas diferenciadas aparentemente e



o facto de estarem em grupos diferentes parecendo defender interesses diferentes.

O reforçar das distâncias vem do «estatuto» socioeconómico e do enquadramento cultural. Esse estatuto diferencia valores de consumo, tempos livres, zonas de contacto e «habitat». O enquadramento cultural diverso provoca rodas de interesses e convívio que não coexistem, faz com que haja poucos conhecidos extraprofissionais comuns, falta de história em comum. O enquadramento universitário cria tipos de convivência que são diferentes daqueles que decorrem de uma inserção prematura no aparelho produtivo (o trabalho desde os 13 anos, por exemplo) a qual por sua vez, prolonga tipos de camaradagem que assentam numa aprendizagem comum que não reflecte, senão de uma forma selectiva, mecanismos exclusivamente hierárquicos de diferença de situação relativamente ao Poder.

Dissémos atrás que a justificação maior para as distâncias sentidas entre trabalhadores quadros e não-quadros não está na diferença de situação

segundo lugar as actividades e estruturas de equipamento social, aí é natural que o tronco comum de escolaridade seja uma conquista da cidadania e não reproduza as distâncias que são obstáculo ao diálogo; é natural então que a composição social dos que chegam a quadros não prolongue uma divisão entre «privilegiados» e os «sectores menos favorecidos», mas corresponda à estrutura real da população produtora e activa. É assim lógico e evidente que os quadros só verão a sua situação transformada radicalmente numa sociedade em que se «confundam» com os outros. O «diploma» deixa então de ser apanho elitista de poder e «estatuto» superior, não será mais que uma ferramenta ou instrumento de trabalho a que se atribui o diverso valor correspondente à efectivamente diversa influência na produção.

3. Todavia, é este futuro que alguns (muitos) quadros não querem ou temem. De facto, esses consideram que a sua situação e funções não se põem em questão, porque, para eles, está fora de questão o sistema global socioeconómico



ADMITE:

ENFERMEIROS

EXIGE:

- 1—Curso Geral de Enfermagem
- 2—2 anos no mínimo de prática profissional de preferência em medicina operacional

OFERECE:

- 1—12 000\$00 de ordenado líquido
- 2—13.º mês no fim do ano ou parte proporcional ao número de meses de trabalho
- 3—1 mês de férias no ano civil imediato ao de admissão
- 4—100 % de subsídio de férias
- 5—Comparticipação em transportes
- 6—Refeições subsidiadas em refeitórios na Empresa

As respostas com «curriculum» profissional, deverão ser enviadas a SETENAVE, SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELECÇÃO — Península da Mitrena — SETÚBAL.

PUB.

SINDICATO DAS GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 32 dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Dezembro deste ano, pelas 21 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, Av. Rovisco Pais — LISBOA, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) — Apreciação, discussão e votação do Orçamento para 1976.
- b) — Apreciação, discussão e votação do Orçamento Suplementar para 1976.
- c) — Apreciação, discussão e votação do Orçamento para 1977.

Desde já se informam todos os associados que os referidos documentos se encontram à sua disposição, para consulta, na Secretaria do Sindicato, dentro do horário normal do funcionamento dos Serviços.

Para tomar parte nos trabalhos da referida Assembleia é necessária e indispensável, a apresentação do respectivo cartão de sócio.

Lisboa, 29 de Novembro de 1976

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

José Duarte

ALMADA

LOJA C/ 2 PISOS, EDIFÍCIO ÚNICO
ÁREA TOTAL 290 m²

BASE 1.200.000\$00. RENDE 144.000\$00 = 12 %
RUA CABO DA BOA ESPERANÇA, 4

LEILÃO

Por ordem do respectivo proprietário, será posta em praça NO N/ ESCRITÓRIO
AV. DUQUE DE LOULÉ, 1-A — LISBOA
AMANHÃ, às 12.30 horas

A propriedade em epígrafe, inscrita na matriz s/ o Art.º 4640, e sob o n.º 21036 a fls. 33 do livro B-60 da Cons.ª de Almada. A moderna e ótima construção c/ cerca de 30 anos, e em betão armado e de 1 só inquilino para os 2 pisos, sendo cada 1 composto de 1 só divisão ampla c/ 145 m² cada c/ respectivos sanitários

SÓLIDO E CÔMODO EMPREGO DE CAPITAL
TRATA E PRESTA TODAS AS INFORMAÇÕES
(Das 11 às 13 horas)

SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1
Telfs. P.P.C. (9 Linhas)
332929-51478-47018/9

AFRA FILHOS, Lda

Geral

Os quadros - trabalhadores diferentes?

Continuação da pág. 3

que o mundo dos negócios viu como expoente necessário para chamar alguns para perto de si, encarregando-os de enquadrar os outros.

Torna-se difícil salientar, numa sociedade que os quis e quer ver divididos, quais os pontos de encontro de quadros e não-quadros. **Lenine**, procurando a natureza social e de classe do que chamou «a intelectualidade» observou que «ocupa uma posição original entre as outras classes, pertencendo em parte à burguesia pelas suas relações, opiniões, etc., e em parte aos trabalhadores assalariados, à medida que o capitalismo reduz constantemente e cada vez mais a independência dos intelectuais» (1). **Wimmer** (2) salienta claramente que tal intelectualidade, o conjunto dos quadros, «não constitui uma entidade social indiferenciada». Em regime capitalista, a diferenciação, de que foi objecto face aos trabalhadores não-quadros, faz parte da estratégia de comando por parte dos magnatas económicos e deverá ser combatida.

Não procuramos aqui alterar consequências inequívocas da situação da produção no mundo de hoje. Um engenheiro ou técnico que participe no fabrico de um produto é frequentemente também um organizador da produção e intervém activamente no processo de reprodução do capital. Mas, assalariado como é, não proprietário

de meios de produção como na generalidade dos casos acontece, «determinado» também no seu trabalho, ele intervém no processo como elemento da cadeia produtiva. Faz parte do «trabalhador colectivo» de que falava Marx, conceito sobre o qual Roger Garaudy formulou comentários de apreciável oportunidade. (3)

Queríamos, assim, chegar a um ponto que, apesar de controverso, se nos afigura fundamental: as relativas e secundárias contradições geradas por uma situação diferenciada na produção não trazem interesses fundamentais diversos aos quadros e aos outros trabalhadores. A mesma situação de assalariado, o mesmo interesse global numa política anti-monopolista, o facto de não haver posse de meios de produção, traduzem pontos de identidade que é preciso valorizar. Contradições secundárias também acontecem entre trabalhadores dos diversos sectores económicos — classe operária, campesinato, outros trabalhadores dos serviços — por estarem em situações diversas na produção. Não obstante, a consciência da unidade, de que a situação fundamental de classe é a mesma, essa consciência cresce.

5. Daí, o não podermos aceitar a divisão da defesa de interesses por organizações diversas. Só sindicatos verticalmente organizados facilitam a aliança correcta dos trabalhadores não-quadros com os quadros. Só eles diminuem distâncias artificialmente criadas, socialmente impostas e pretendidas pela classe dominante em regime capitalista. Os interesses dos quadros estão objectivamente ligados aos interesses das camadas directamente produtoras. O desenrolar da luta pela partilha da riqueza social interessa, enquanto quadros, a defender interesses «corporativos» e restritos, claramente egoístas e diferenciadores. Continuam a ver o bem-estar do País pelo bem-estar do grupo de quadros é aceitar um modelo de «desenvolvimento» que, na base dessas diferenciações, motiva uns e reprime os restantes, bloqueando o trabalho em conjunto.

Nada disto, porém, tem a ver com o apelo ao igualitarismo de retribuições que um certo oportunismo «obreirista» defendeu nem com o apelo à diluição das responsabilidades de chefia e coordenação. Já foi dito, por várias vezes e de

vários quadrantes, que desde o início a Revolução em Portugal não deveria ter tomado — e não tomaria se tivesse tido uma direcção política unívoca e consequente — aspectos de feição «populista» que por vezes assumiu.

Nada disto, também, tem a ver com «a morte aos quadros» que alguns, interessados numa imagem do pós-25 de Abril «igual a caos», conseguiram criar em alguns trabalhadores, esquecendo elementos fundamentais de uma análise em termos de classe. Ainda aí, o Encontro dos Quadros Técnicos, realizado há cerca de meio ano, chegou a oportunas conclusões sobre as funções que cabem aos quadros, em conjunto com os outros trabalhadores.

Impelidos por alguns como camada social para ponto médio entre «empreendedores» e «executantes», vocacionados por esses para defenderem, em estreito horizontalismo, os «seus interesses», devem os quadros, produto social do avanço e complexidade da produção e dos seus meios e formas, estreitar ligações com o conjunto dos trabalhadores, ajudando, num esforço conjunto, a orientar a sociedade conforme aos interesses da grande maioria do povo a quem a sua qualificação deve servir.

(1) V. I. Lenine, «Oeuvres Paris-Moscou», t.4., págs. 207, 208.

(2) «Revista Internacional Paz e Socialismo», n.º de Fev. 76.

(3) R. Garaudy, «A Grande Viragem do Socialismo», 1969.

publicidade

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

INSCRIÇÃO PARA A PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA PONTE FERROVIÁRIA DE CACIA SOBRE O RIO VOUGA (LINHA DO NORTE)

Os Caminhos de Ferro Portugueses aceitam até às 16 horas do dia 21 de Dezembro de 1976 inscrições para efeito de pré-qualificação de candidatos à construção civil da Ponte Ferroviária de Cacia sobre o rio Vouga.

Podem inscrever-se empresas nacionais, isoladas ou agrupadas, que demonstrem, através de documentação autêntica, terem capacidade técnica e financeira para a realização dos trabalhos que constituem a empreitada.

As condições de inscrição e os elementos que devem ser apresentados, bem como outros esclarecimentos que se entenda serem necessários deverão ser solicitados à

Direcção de Equipamento da CP
E.P. Construção Civil
Avenida da República, 66-3.º Dt.º
LISBOA 1

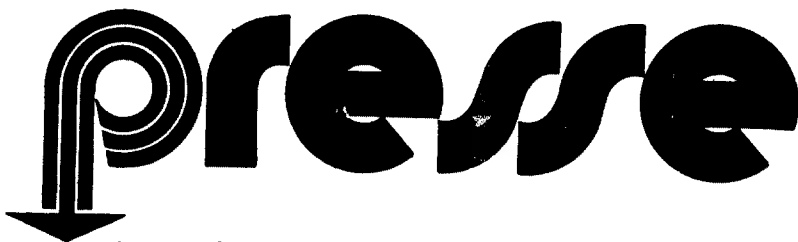
(Telefs. 772836 / 774639 / 771633 / 772451 / 772596 / 774315)

Lisboa, 24 de Novembro de 1976

O DIRECTOR DE EQUIPAMENTO
a) Joaquim A. Antunes da Cunha

Leia «PRESSE» — Assine «PRESSE» — Leia «PRESSE»

ATENÇÃO LEITOR, É PARA SI!



SEMANÁRIO DE ACTUALIDADE E CRÍTICA
SEDE: RUA GONÇALO CRISTÓVÃO, 13-7.º

Telefones: 31 18 15, 31 21 30 — PORTO

UM JORNAL DIFERENTE... AS TERÇAS-FEIRAS

24 PÁGINAS COM REPORTAGENS, ENTREVISTAS, COMENTÁRIOS, INQUÉRITOS, VERSANDO TEMAS DIVERSOS: ECONOMIA — POLÍTICA — CIÊNCIA E TÉCNICA — DESPORTO — ARTES E LETRAS — ESPECTÁCULOS — INFORMAÇÕES ÚTEIS — IGREJA — MULHER HOJE.

«EXCLUSIVOS PRESSE»

CADA EXEMPLAR 10\$00 • A VENDA EM TODO O PAÍS
Distribuidor geral — Transjornal, Telef. 78 16 92 — Lisboa

Que Azeite!
Que zeitinho!
Azeitissimo

Copaz,
o Azeite.



VA A



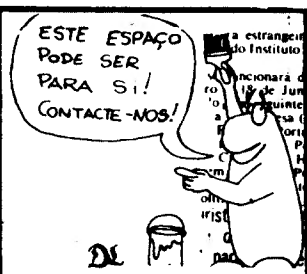
DE
26 a 29 NOV.
POR

4.300\$00

Contacte-nos pelos telef.
324484 ou 369838

SECOL

Agência de Viagens
Rua do Arsenal, 134



Mário Soares recusa encontro P.S.-P.C.P.

Em declarações prestadas esta madrugada, à chegada de Genebra, o secretário-geral do P. S., dr. Mário Soares, interrogado sobre a proposta do Comité Central do P. C. P. para um encontro entre delegados dos dois partidos («num momento particularmente crítico da vida nacional em que — sublinha o P. C. P. — as forças reacçãoárias e de direita ameaçam de forma crescente a Revolução Portuguesa»), respondeu que os dirigentes socialistas tinham já dito aos «dirigentes do Partido Comunista que não achavam oportuno esse encontro».

Soares acrescentaria, a propósito de uma conferência de imprensa dada em Genebra, que afirmara, então, ser apenas defensor de uma «aproximação com os partidos comunistas desde que fossem partidários do «eurocomunismo», dizendo ainda que a posição do P. C. P. não é essa «como resulta claramente» do relatório apresentado ao congresso por Álvaro Cunhal. Aliás, o responsável do P. S. afirmaria ser uma «completa e absoluta deturpação» aludidas divergências entre si e Willy Brandt. «Eu e Willy Brandt estamos completamente sintonizados», considerou Soares.

Registe-se, entretanto, a recente mensagem enviada pelo Partido Socialista Francês ao P. C. P., a lamentar não poder estar presente no congresso deste Partido e a assinalar a necessidade de «novas relações» entre comunistas e socialistas portugueses, pois, refere o P. S. Francês, foi essa a sua escolha ao assinar um programa comum de esquerda com o P. C. F. e Movimento dos Radicais de Esquerda pela «defesa dos interesses dos trabalhadores». O P. S. F. termina a sua mensagem manifestando o desejo de que «possam ser superados os obstáculos entre os dois grandes partidos operários portugueses».

A CARTA DO P. C. P.

É do seguinte teor a carta do Comité Central do P. C. P. dirigida à Comissão Nacional do P. S.:

«Prezados amigos,
«Num momento particularmente crítico da vida nacional em que as forças reacçãoárias

e de direita ameaçam de forma crescente a Revolução Portuguesa, o Comité Central do P. C. P., consciente da gravidade da situação actual, toma a iniciativa de vos propor com a maior brevidade um encontro de delegações das direcções dos nossos dois partidos, a fim de examinarmos em comum a conjuntura actual, as medidas pertinentes e as relações entre os nossos dois partidos.

«O Comité Central do P. C. P. vê com a maior apreensão a rápida degradação da situação política, económica e social do País.

«Crescem de maneira inquietante as actividades conspiratórias e provocatórias da direita reacçãoária. A libertação dos «pídes», de bombistas confesos e de presumíveis dirigentes da rede terrorista é um incentivo à prática de novos atentados e actos de violência.

«A ausência de medidas enérgicas e firmes da parte do Governo, no âmbito que lhe cabe, contra as actividades terroristas e fascistas faz perigar cada vez mais a liberdade e a segurança dos cidadãos e a existência da própria democracia.

«Da mesma forma a proliferação da imprensa fascista e fascizante, o recrudescimento da campanha anticomunista na imprensa estatizada e em outros órgãos de Comunicação Social sob o controlo do Estado, como a Rádio e a TV, constituem um incentivo a novos atentados e violências da direita reacçãoária.

«Por outro lado, os círculos do capital financeiro e da grande propriedade latifundiária estão levando a cabo pressões de toda a ordem no sentido de recuperação agrária e capitalista a qual, a consumar-se, significaria a destruição das conquistas da Revolução e a supressão violenta das liberdades. Esses círculos agindo no interior e no exterior do País contam com o apoio activo do imperialismo.

«Um factor de grande preocupação é a ausência de resposta adequada da parte do Governo do Partido Socialista, que leva à prática uma política em vários aspectos contrária à Constituição da República.

«O que se passa quanto à aplicação da Lei da Reforma

Agrária e à imposição compulsiva do «direito de reserva» com a intervenção maciça das forças militarizadas a mando do Governo sem cuidar da unidade e viabilidade das U. C. P., nem do direito preferencial ao arrendamento e sem ouvir os trabalhadores e cooperantes das U. C. P. e os seus organismos representativos — sindicatos e ligas — ao mesmo tempo que nenhuma medida é tomada para a aplicação da referida lei na parte relativa às expropriações, não pode deixar de constituir um grave motivo de alarme e de perturbação no País, e em particular na zona de intervenção da Reforma Agrária.

«O Comité Central do P. C. P. considera imperativo examinar com o P. S. a situação da classe operária portuguesa e das massas trabalhadoras em geral actualmente a braços com um sensível agravamento das suas condições de vida. As leis ultimamente promulgadas pelo Governo do P. S. afectam seriamente o direito ao trabalho e a garantia de emprego dos trabalhadores portugueses. Por outro lado, o pagamento compulsivo do 13.º mês em Títulos do Tesouro para os salários e vencimentos superiores a 7 mil escudos, aliado ao prático congelamento da contratação colectiva e à subida dos preços dos artigos e serviços de primeira necessidade, agravará de maneira no-

tória, particularmente, a situação económica de milhares de famílias de operários e empregados.

«O Comité Central do P. C. P. deseja igualmente debater com o P. S. a situação que resulta da entrega aos antigos patrões, que as sabotaram ou conduziram à falência, de empresas com intervenção do Estado, geridas ou sob o controlo dos trabalhadores. Da mesma maneira é preocupante a falta de apoio às empresas nacionalizadas, os atrasos na reconversão de muitas delas e a falta de incentivo às empresas cooperativas e em autogestão.

«Nas vésperas da abertura da campanha para as eleições das autarquias locais e da realização do Congresso de Todos os Sindicatos, em que é fundamental o entendimento e a unidade das forças de esquerda em geral e das classes trabalhadoras em particular, o diálogo entre comunistas e socialistas, a procura de soluções comuns e o estabelecimento de relações normais entre os nossos dois partidos, são indispensáveis à defesa da democracia, das conquistas da Revolução e da construção de um Portugal democrático a caminho do Socialismo.

«O Comité Central do Partido Comunista Português reitera a sua proposta de conversações urgentes e espera que a vossa Comissão Nacional, consciente da responsabili-

dade que aos nossos dois partidos cabe no desenvolvimento pacífico do nosso processo democrático, nos envie a sua resposta favorável com brevidade.

«O C. C. do P. C. P. reser-

va-se o direito de oportunamente dar publicidade a este documento.

«Aceitai, prezados amigos, as nossas saudações democráticas.»



comodidade
OLIVA
novos agentes
nos distritos de Lisboa,
Setúbal e Santarém

OLIVA que sempre colocou no mercado produtos da maior qualidade e da mais avançada técnica, por isso tem merecido a preferência de vasto público há mais de 20 anos, procura tornar-se cada vez mais «a comodidade do seu lar». Estamos mais perto de si — com uma vasta gama de electrodomésticos e máquinas de costura.

novos agentes

DISTRITO DE LISBOA

AFINADORA DE CAMPO DE OURIQUE — Rua Ferreira Borges, 173 A/C — T. 651087 — LISBOA
FRANCISCO GASPAR — R. Cavaleiros, 74 — T. 872950 — LISBOA
ELECTRO-VILARES, LDA. — Rua Elias Garcia, 80 B — AMADORA
ARTUR JOAQUIM SEBASTIAO — R. Henriques Barbosa, 5 — APELAÇÃO
CARLOS DE JESUS ALVES — R. do Comércio, Lote 3, 9 A — T. 2477448 — PORTO SALVO
JOAO ALVES — L. José Régio, 1 — T. 2472982 — PAREDE
ROQUE & PICADO, LDA. — R. Luis de Camões, 24 — T. 2112267 — ALGES
RAMIRO TEIXEIRA DA SILVA — Prac. das Forças Armadas, L. 8 — TORRES VEDRAS
CARLOS A. SILVA LOURENÇO — R. Ant. Quental, 3 — T. 2191840 — LINDA-A-VELHA
CASA PINTO — R. da Ponte Nova, 8 — T. 2944473 — AGUALVA-CACÉM
RODRIGUES & RODRIGUES, LDA. — R. D. Dinis, 63 A — T. 911528 — ODIVELAS
A. FERREIRA, LDA. — R. Marquês de Rio Maior, 61 C — T. 2510694 — ALHANDRA
FILAMENTO ELECTRODOMESTICOS, LDA. — Av. Duarte Pacheco, 74 B — T. 72444 — ALENQUER
COMBUSTIVEIS DE MONTE AGRAÇO — R. Miguel Bombarda, 36 — T. 74333 — SOBRAL M. AGRAÇO
HERNANI VICENTE JACINTO — T. 52514 — SOBREIRO - MAFRA

DISTRITO DE SETÚBAL

SADO COMERCIAL — Av. Comb. Grande Guerra, 7 — T. 27278 — SETÚBAL
JOSE LUIS DOS SANTOS — R. da Liberdade, 4 B — T. 2764179 — ALMADA
SOARES & SOBRAL, LDA. — Est. dos Foros, 24 — T. 2210899 — CRUZ DE PAU
J. MARTINS & IRMÃO, LDA. — R. Santos e Silva, 26 — T. 239087 — MOITA
JOSE CARLOS FERREIRA — R. 1.º de Dezembro, 21 — T. 230285 — SAMOUCO
ESTABELECIMENTOS TITO BASTOS, LDA. — R. de Timor, 14 18 — T. 2074077 — BARREIRO
LAR GRANDOLENSE — R. Almeida Garrett, 17 — T. 42068 — GRANDOLA
LOUÇAO & LARANJINHA, LDA. — R. Marquês de Pombal, 105-107 — T. 62016 — SINES

DISTRITO DE SANTARÉM

JULIO PIRES GONÇALVES — Av. Afonso Henriques, 35 — T. 25377 — SANTARÉM

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Dirija-se ao seu agente OLIVA ou directamente aos Serviços Técnicos OLIVA
Av. Gomes Pereira, 71-A (a Benfica)
Lisboa 4 — Telefones 70 67 96/7



a comodidade do seu lar

Fundação Calouste Gulbenkian

Em colaboração com a CINEMATECA FRANCESA
Sob o alto patrocínio das EMBAIXADAS DE FRANÇA E DO JAPÃO em Portugal

APRESENTA
Retrospectiva das obras de
KENJI MIZOGUCHI ... 2.ª FASE
E
JACQUES RIVETTE

Dezembro ... 1976
GRANDE AUDITÓRIO AUDITÓRIO DOIS

DEZEMBRO CICLO MIZOGUCHI

Dia 2 ... às 21,30 h. O HERÓI SACRILEGO (1955)	Dia 7 ... às 18,30 h. CINCO MULHERES EM TORNO DE UTAMARO (1946) Grande Auditório Auditório Dois
Dia 3 ... às 21,30 h. FESTA EM GION (1953) Grande Auditório	Dia 14 ... às 21,30 h. OS AMANTES CRUCIFICADOS (1954) Grande Auditório
Dia 6 ... às 18,30 h. OS CONTOS DA LUA VAGA (1953) Grande Auditório	Dia 16 ... às 21,30 h. O INTENDENTE SANSO (1954) Grande Auditório

Dia 16 ... 18 h.
Colóquio sobre a obra de KENJI MIZOGUCHI com provável projecção da última bobine de O DESTINO DA SENHORA YUKI (1950)
Orientado por JACQUES RIVETTE
Auditório Dois ... Entrada Livre

CICLO RIVETTE

COM A PRESENÇA DE JACQUES RIVETTE
Dia 9 ... às 21,30 h.
PARIS NOUS APPARTIENT (1962)
Grande Auditório

Dia 10 ... às 21,30 h. L'AMOUR FOU (1968) Grande Auditório	Dia 17 ... às 18 h. CÉLINE ET JULIE VONT EN BATEAU (1974) Grande Auditório
Dia 11 ... às 15 h. OUT ONE (Spectre) (1972) Grande Auditório	Dia 18 ... às 15,30 h. DUELLE (1975) Grande Auditório
Dia 14 ... às 18 h. A RELIGIOSA (1966) Auditório Dois	Dia 18 ... às 21,30 h. NORÔIT (1976) Grande Auditório

PROGRAMAS SUJEITOS A ALTERAÇÃO

CALENDÁRIO DA BILHETEIRA
Início das vendas avulso ... dia 29
CALENDRários EM DISTRIBUIÇÃO NA BILHETEIRA
Bilhetes para cada espectáculo ... 10500

Classificação dos espectáculos ... Não aconselhável a Menores de 18 anos

Eanes recebeu Amintore Fanfani

Foi recebido no sábado à tarde no Palácio de Belém pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, o antigo chefe do Governo de Itália e actualmente presidente do Senado italiano, Amintore Fanfani. A visita ocorreu pela passagem de Fanfani por Lisboa, em escala para o México.

Qualmente presidente da Democracia Cristã italiana, o conhecido dirigente falou aos jornalistas, no final do encontro, e disse que se tratava de «uma visita de cortesia e amizade por parte do presidente do Senado italiano, em representação do presidente da República de Itália».

Fanfani referiu-se às relações entre a DC italiana e os partidos políticos portugueses, nomeadamente o CDS, representante da DC em Portugal. Essas relações «são amigáveis», disse. E lembrou que ainda não há muito (quando das eleições italianas) se encontrara com Amaro da Costa e com ele fez um comício de campanha.

A concluir, disse Fanfani que em Itália se augura que Portugal «supere a sua crise económica», salientando que também a Itália se encontra numa situação semelhante.

COMÉRCIO IBERO-AMERICANO E FILIPINO

Ainda no sábado à tarde, Eanes recebeu no Palácio de Belém uma delegação da IX Assembleia de Comércio Ibero-Americano e Filipino que esteve reunida em Lisboa na semana passada. A delegação foi entregar no PR as conclusões da reunião.

«As conclusões que se tiraram durante estes quatro dias de deliberações (...) poderão ser muito importantes para toda a área ibero-americana e fundamentalmente para as relações futuras entre a Espanha e Portugal», disse, à saída da audiência, o presidente do comité permanente da Assembleia, que integrou a delegação.

SINDICATO DOS TRABALHADORES SERVIÇOS PORTARIA VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACTIVIDADES SIMILARES

- Aos Trabalhadores de Limpeza, de Portaria e de Vigilância
- Aos Trabalhadores Contínuos, Guardas e Porteiros Fabris

15 de Dezembro
SEGUNDAS ELEIÇÕES LIVRES NO SINDICATO

REUNIÕES DE ZONA

CAMARADA,

Para apresentar a única Lista, a Lista A, candidata aos Corpos Gerentes do nosso Sindicato no próximo dia 15 de Dezembro;
Para tomar posição contra as leis antitrabalhadoras do Governo (leis que permitem os despedimentos, etc.);
Para discutirmos o Congresso de todos os Trabalhadores vão-se realizar as seguintes

REUNIÕES DE ZONA

Zona	Dia	Local	Zona	Dia	Local
Lumiar	29-11-76 2.ª feira	Academia Joaquim Xavier Pinheiro Alameda das Linhas de Torres, n.º 45	Amadora e L. Sintra	6-12-76 2.ª feira	Soc. Filarmónica e Recreio Artístico da Amadora — Rua Elias Garcia, 142-E Amadora
Algés — Miraflores	30-11-76 3.ª feira	Liga de Algés — Rua Ernesto Silva, n.º 95	Porto	7-12-76 3.ª feira	Centro Católico do Porto — Rua Duque de Loulé, 202
Centro da Cidade (Av. N. — Av. Almir. Reis — Alto S. João)	1-12-76 4.ª feira	Anfiteatro de Electricidade - I — Instituto Superior Técnico Alameda D. Afonso Henriques	F. da Foz	8-12-76 4.ª feira 15 horas	Delegação Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos Distrito de Coimbra Rua da República, 206 Frente Naval
Benfica e Sete Rios	2-12-76 5.ª feira	Salão de Festas do Bairro das Furnas	Coimbra	8-12-76 4.ª feira 21 horas	Salão do Inatel Rua António Granja Coimbra
Oeiras e Lin. Cascais	3-12-76 6.ª feira	Junta de Freguesia Carcavelos	Setúbal	9-12-76 5.ª feira	Salão do Inatel Praça da República Setúbal
Olivais	5-12-76 domingo 15 horas	Sala Assembleia Popular — 7.ª zona (Por detrás da capela) Olivais	Almada	10-12-76 6.ª feira	Salão de Festas da Incrível Almadaense
			Barreiro	13-12-76 2.ª feira	Soc. «O Penicheiro» Barreiro
			Montijo	13-12-76 2.ª feira	Soc. Democrática 2 de Janeiro — Av. Alm. Cândido dos Reis, 46 Montijo

NOTA — Todas as reuniões começam às 21 horas, excepto a da Figueira da Foz e dos Olivais que começam às 15 horas.

CAMARADA:

VAMOS TOMAR POSIÇÃO CONTRA AS LEIS ANTITRABALHADORES
TODOS ÀS REUNIÕES DE ZONA
AVISA OS TEUS COMPANHEIROS DE TRABALHO. LEVA-OS CONTIGO
AS REUNIÕES

A DIRECÇÃO

SINDICATO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA DO DISTRITO DO PORTO

AOS TRABALHADORES DA TRANSMOTOR - NORTE

«O TOYOTA VEIO PARA FICAR,
MAS OS TRABALHADORES PARECE QUE NAO».

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto alerta todos os trabalhadores em geral e os da Empresa em particular para o perigo de uma tentativa de despedimento ilegal de trabalhadores da TRANSMOTOR - NORTE promovida pelo sr. Salvador Caetano e manobrada pelo sr. Oscar Queirós Costa, retornado das ex-Colónias, instrutor dos processos disciplinares em curso.

Dadas as ilegalidades verificadas até ao momento, rechemos que se esteja perante mais um grave atentado à Lei e à Constituição.

É necessário que todos os trabalhadores estejam conscientes de que aquilo que hoje acontece a alguns dos seus camaradas, pode amanhã acontecer a qualquer um, caso os trabalhadores não demonstrem, de uma forma inequívoca, que não consentirão atropelos à legalidade democrática e nomeadamente ao direito ao trabalho constitucionalmente consagrado.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto expressa a sua mais viva solidariedade a todos os trabalhadores da Empresa e apela para a sua firmeza e unidade total em face de mais uma provocação da entidade patronal.

Pela Direcção,

Francisco José de Azevedo, Saraiva Teixeira

Nacional

Automotora esmaga três pessoas numa passagem sem guarda

VILA VERDE, 29 — Uma força da P.S.P. continuava, esta manhã, a manter segurança a uma passagem de nível sem guarda, situada nas proximidades desta freguesia, onde cerca das 15 horas de ontem, uma automotora que se dirigia para a Figueira da Foz, trucidou um carro «Peugeot» 404, de matrícula francesa, provocando a morte imediata dos seus três ocupantes (Joaquim Matias Ferreira, de 55 anos, que

seguia acompanhado pela mulher, Maria Rosa Ferreira, de 50, e por Carlos Pedro Carriço, de 39), todos residentes em Carriço.

Segundo testemunhas oculares, o condutor teria tentado atravessar a via quando a automotora se encontrava já a cerca de 100 metros. O motorista ao aperceber-se da colisão apitou com grande intensidade, não conseguindo, porém, que a composição atingisse o carro

com grande violência, arrastando-o ao longo de cerca de 350 metros. As vítimas, embora socorridas de imediato chegaram já mortas ao hospital da Figueira da Foz.

O incidente provocou a mobilização quase imediata da população de Vila Verde, que só abandonou o local após obter, da parte da CP, a garantia de que a passagem de nível, onde os acidentes são constantes, voltaria a ter guarda.

Mais duas famílias ameaçadas por despejo

Mais duas acções de despejo intentadas por proprietários poderão colocar na rua, antes do Natal do ano corrente, mais duas famílias, a despeito dos esforços que vêm sendo desenvolvidos pelo advogado Afonso Baptista de Carvalho que, em cartas dirigidas ao alto-comissário para os desalojados e ao governador civil de Lisboa, procura impedir os dois desalojamentos.

Amadeu de Jesus Fidalgo, retornado de Moçambique, funcionário da Academia Militar, a mulher, três filhos e o pai, um homem de 76 anos que padece de uma úlcera gastroduodenal e Gilberto Afonso, casado, operário, pai de uma criança de 5 anos e cuja esposa se encontra no último período de gravidez, estão à

beira de ser despejados das casas que ocupam, respectivamente, na Rua Feliciano de Sousa, 63-1.º, em Alcântara e na Calçada da Rinchoa, 13, em Rio de Mouro.

Nove pessoas, que podem ser 10 antes do fim do ano, estão assim em risco de passar o Natal ao relento, isto é, de perderem as casas a que se julgam com direito e que a Constituição prevê, porque em ambos os casos há acções de despejo intentadas. Amadeu Fidalgo contestou a acção através do seu advogado, consoante se pode verificar no processo 5398 da 1.ª Secção do 3.º Juízo Cível de Lisboa, mas um dos oficiais de diligências do tribunal já o intimou a abandonar a casa «sob pena de lá ir com a Polícia», refere a carta

enviada pelo dr. Afonso Baptista de Carvalho ao alto-comissário para os desalojados, «para o expulsar do seu domicílio».

Gilberto Afonso ocupou a casa onde vive, na Rinchoa, com o apoio da comissão de moradores, mas tanto o proprietário como a Câmara Municipal evitaram celebrar o respectivo contrato, ao abrigo do Decreto-Lei 198-A/75, de 14 de Abril, que previa a legalização das casas ocupadas e que antes se encontrassem devolutas sem justificação legal por parte do senhorio. Impende sobre Gilberto Afonso uma «acção de restituição de posse» no tribunal de Sintra, que também abrange, no mesmo prédio, Mário Correia, metalúrgico, a mulher e três crianças de 16 meses, 2 e 5 anos.

Descubra Portugal viajando de comboio



EXCURSOES FIM DE ANO

ALGARVE	
Torralta (4 dias)	930\$00
H. D. João II (4 dias)	1600\$00
MADEIRA	
(5 dias)	3340\$00
AÇORES	
(6 dias)	5200\$00
TÂNGER	
(5 dias)	5150\$00
LONDRES	
(4 dias)	4900\$00

INFORMAÇÕES E RESERVAS

BUISSON

VIAGENS TURISMO

RUA BRAAMCAMP, 15 - D
Tels. 40459 - 40468 - 560388

Telg. BUISTOUR-Telex 12762

UMA AGÊNCIA MODERNA COM MAIS DE 50 ANOS DE EXPERIÊNCIA

AMORTECEDORES

Reparo e Reconstrução
todas as marcas,
com garantia

MEENDES Tel. 76 84 23

R. Capitão Ramires, 2-A

(Ao Campo Pequeno)

REPRESENTANTE

dos amortecedores «J. M.»

FILIAL

Av. Gomes Pereira, 61-B

(A Benfica)

Caminhos de Ferro
Portugueses

Nacional

MDP prepara actuação pós-eleitoral

Realizou-se ontem em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, o Encontro Nacional do Movimento Democrático Português, M.D.P./C.D.E. Foram analisados problemas relativos às eleições para as Autarquias Locais e à participação na F.E.P.U., bem como debatiadas as linhas de actuação do M.D.P./C.D.E. pós-eleições.

No que se refere às próximas eleições, o comunicado final do encontro conclui que «se tem revelado de importância fundamental a participação do M.D.P./C.D.E. na Frente Eleitoral Povo Unido, quer porque as eleições para as Autarquias representam uma grande batalha contra a direita reacção e as suas manobras divisionistas do movimento popular, quer porque se trata, para o M.D.P./C.D.E., de corresponder à sua perspectiva unitária que, desde a sua luta contra o regime fascista, sempre tem orientado a sua acção em defesa dos interesses populares e da dinamização cultural das populações».

Durante os trabalhos, foi ainda reconhecida a necessidade de esclarecer e mobilizar todos

os seus activistas para intervir activamente nas próximas eleições. O Encontro aprovou uma proclamação dirigida a todos os activistas sobre a importância das eleições para os órgãos do poder local e da participação de todos os aderentes e simpatizantes do Movimento Democrático Português na Frente Eleitoral Povo Unido.

«Debatendo o segundo ponto da ordem de trabalhos, relativo às linhas de actuação do M.D.P./C.D.E. para depois das próximas eleições, o Encontro pronunciou-se no sentido do reforço da organização com vista a alguns objectivos fundamentais em relação aos quais se reconhece ter o Movimento Democrático Português um papel prioritário a desempenhar, de acordo com a sua vocação voltada para a defesa dos interesses populares e que dizem respeito às Autarquias Locais e à organização popular». Neste sentido, destaca ainda o comunicado final, «foram adoptadas diversas medidas orgânicas de forma a tornar possível que o M.D.P./C.D.E. assegure a realização dos seus objectivos prioritários».

E o comunicado conclui:

«O Encontro Nacional de Delegados denunciou vivamente a ofensiva das forças antidemocráticas contra a Reforma Agrária o Ensino democrático, as conquistas dos trabalhadores, e contra o Conselho da Revolução e diversos militares do 25 de Abril e ainda contra a libertação de terroristas e a suspensão das investigações das redes bombistas, destacando a alta importância da activa participação do M.D.P./C.D.E. na grande frente patriótica de todos aqueles que, pondo de lado preconceitos partidários, se empenham firmemente em lutar pela defesa das conquistas do regime democrático português e em assegurar o seu caminho para o socialismo, como se encontra estabelecido na Constituição».

Henrique Fernandes suspenso do P.S.

Henrique Fernandes foi suspenso do P.S. A notícia foi dada em primeira mão no «Jornal de Notícias» e dela constam os motivos da decisão tomada a nível de cúpulas: o conhecido militante socialista participou na sexta-feira passada em Coimbra num comício convocado «contra o terrorismo, julgamento dos «pides» e bombistas; pela Constituição; pelo poder democrático dos trabalhadores; pelo socialismo», onde usou da palavra. Henrique Fernandes é presidente da Associação Académica de Coimbra, e, na sua qualidade de militante da J. S., encabeçou a lista B nas eleições para os corpos dirigentes desta organização no II Congresso há três semanas. A lista B, lembra-se, perdeu por cinco votos em favor da A. Todavia, aplicar-se a lei de Hondt, tanto ele como mais elementos da mesma lista

deveriam vir a integrar também a próxima Comissão Nacional da organização para a juventude do P. S. Henrique Fernandes foi da Comissão Nacional do P. S. até à realização do II Congresso desta organização em Outubro último.

De acordo com a notícia dada pelo «Jornal de Notícias», outros militantes do P. S. que participaram no comício usando da palavra terão sido igualmente suspensos. Os órgãos competentes do P. S., no entanto, ainda não tornaram pública a decisão.

Na sessão estiveram presentes Carmelinda Pereira e Armando Panguete, que usaram da palavra, e, sem falarem, Aires Rodrigues e Kalidás Barreto. Aires Rodrigues é outro dos elementos recentemente suspensos do P. S. por decisão do Secretariado Nacional.

Segundo o mesmo matutino do Porto, os outros militantes que participaram activamente no comício e foram por isso suspensos, são Carlos Almeida, Alcides Guimarães e José Gonçalves.

A título de curiosidade: a decisão terá sido tomada com base numa informação. Parece no entanto que esta informação não foi totalmente correcta, uma vez que indicou como orador da sessão um militante que apenas esteve presente sem ter usado da palavra, enquanto omitiu o nome de um orador igualmente militante do P. S.

Segundo a mesma fonte, os militantes do P. S. ora suspensos em Coimbra afirmam-se dispostos a não aceitarem a suspensão, alegando que «tem de haver uma justificação das cúpulas».

Jornalistas portugueses contra a BBC

Dois jornalistas portugueses, António Cartaxo e Jorge Ribeiro, levam a BBC a tribunal por «despedimento sem justa causa». O julgamento do primeiro caso deve verificar-se já amanhã, terça-feira, num tribunal inglês de trabalho, devendo o processo interposto por Jorge Ribeiro ser julgado em Janeiro.

Ambos os jornalistas, que consideram ter sido despedidos por «discriminação devida

a supostas ideias políticas», serão representados em tribunal por Lord Guiford, um par do reino que pertence ao Partido Trabalhista.

Na Grã-Bretanha, o caso teve repercussão a nível nacional, com tomadas de posição geralmente contra a BBC por parte de associações de profissionais, de sindicatos e de organizações estudantis.

quente ou frio

Quer diga respeito ao frio ou ao quente, a energia eléctrica é indispensável.

Segundo alguns conselhos práticos, na utilização do seu frigorífico e do seu fogão eléctrico reduz significativamente os consumos de energia eléctrica e evita gastos supérfluos.

É preciso poupar energia eléctrica.

Muita da energia que consome custa ao País — a todos nós — muito dinheiro em divisas. Poupe energia.

Descongele o seu frigorífico periodicamente.

Dura mais consome menos.

Abra-o apenas quando for indispensável.

Nunca deixe a porta aberta.

Coloque o frigorífico num local fresco e arejado.

Utilize recipientes apropriados para placas eléctricas.

Ao começar a fervura reduza a potência.

Sempre que possível utilize painéis de pressão.

Evite usar o forno.

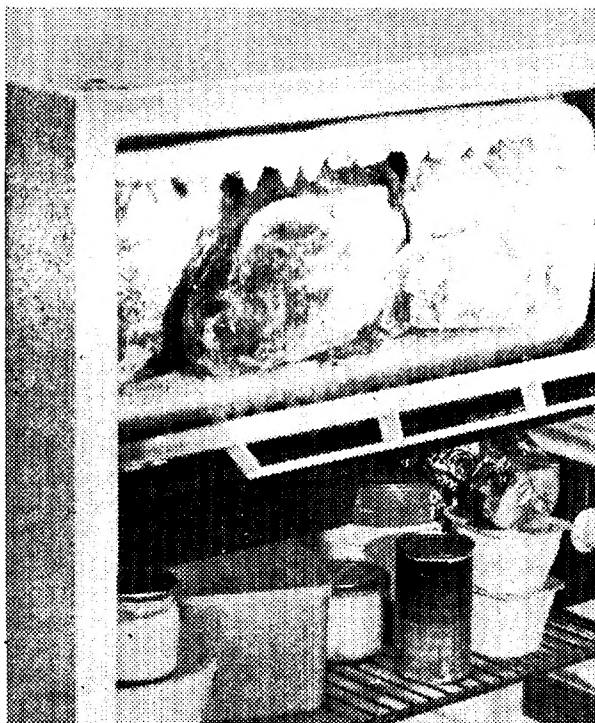
Se o fizer abra poucas vezes a porta.

Regule o termostato do forno.

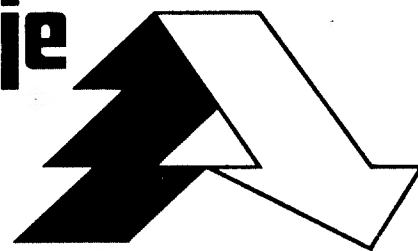
Aproveite o aquecimento das placas depois de as desligar.

Não tenha as placas ligadas sem as utilizar.

é preciso poupar energia eléctrica



poupe hoje
para ter
amanhã



DIRECÇÃO • GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS



ELECTRICIDADE DE PORTUGAL

PUB.

Empresa Pública das Águas de Lisboa

CONCURSO PÚBLICO

PARA ADJUDICAÇÃO DAS EMPREITADAS DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE CLORAGEM DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE S. JERÓNIMO E CAMPO DE OURIQUE

Faz-se público que no dia 30 de Dezembro de 1976 pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Av. da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa, até às 17 horas do dia 27 de Dezembro de 1976.

Caução provisória: Esc. 10 000\$00 (por empreitada)

Os processos dos concursos estarão patentes todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na sede da Empresa, onde poderão ser examinados e obtidas cópias.

Lisboa, 25 de Novembro de 1976

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA
O Presidente da Comissão de Fiscalização
(João Bau)

Nacional

CONCLUSÕES DO ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E SOCIALISMO..

“Criar uma moral socialista”

O ministro da Educação e Investigação Científica, Sottomayor Cardia, esteve presente ao encerramento do II Encontro Nacional de Educação e Socialismo, promovido pelo Núcleo de Educação e Cultura da Zona Norte do Partido Socialista, e que decorreu em Espinho durante o passado fim-de-semana.

Usando da palavra e reportando-se à greve dos docentes e estudantes do ensino superior, o ministro afirmou: «não são as constatações em fase descendente que me preocupam, mas sim a crise económica e o ancestralmente baixo nível cultural dos portugueses». Depois, emitiu um voto de felicitações ao modo como o Encontro decorrerá.

Quinze teses foram apresentadas ao Encontro. Ontem foram lidas as conclusões que

apontam de preferência, para o ensino pré-primário, primário e secundário e a formação dos professores.

Quanto ao ensino pré-primário e primário, defendem as conclusões: ligação da escola ao meio e do meio à escola; ligação do trabalho ao ensino; a elevação do nível científico e técnico; criação de uma moral socialista pela prática dessa mesma moral; criação de centros de apoio pedagógico para uma maior eficácia do IASE; criação a nível distrital de equipas de apoio constituídas por médicos, psicólogos e assistentes sociais.

Para o ensino secundário preconizou-se: a sua reestruturação dentro do esquema de formação básica que inclua o ensino pré-primário e primário e o secundário não diferenciado até ao 9.º ano da escolaridade.

A partir deste 9.º ano, os alunos passarão para as escolas profissionais onde se formarão técnicos de vários níveis.

Foi ainda aprovada uma proposta no sentido de a formação pedagógica e científica dos professores ser feita nas Universidades ou Institutos Superiores.

MINISTRO FOGE AO DIÁLOGO?

Encerrados os debates do Encontro, os jornalistas aguardaram a anunciada conferência de Imprensa à qual estaria presente o ministro Sottomayor Cardia, conforme foi dado a conhecer aos órgãos de Comunicação Social no convite enviado pela respectiva Comissão Organizadora. Já depois de o ministro ter abandonado o salão onde presidira ao encerramento dos trabalhos, os jornalistas foram informados de que ele voltava dentro de momentos pois fora atender uma delegação sindical. Assim, esperaram mais algum tempo. E foi com surpresa e espanto que souberam, mais tarde, ao perguntarem de novo pelo ministro, que Sottomayor Cardia já devia ir a caminho de Lisboa...

As perguntas ficaram sem resposta: a greve, a discussão de três diplomas do MEIC na Assembleia da República, a demissão colectiva dos Conselhos Directivos, as «medidas eficazes» que poderão vir (e quais) a ser adoptadas, o futuro da Universidade e do ensino superior, em suma. As perguntas ficaram de novo sem resposta.



Livraria «Seara Nova»: apresentação de «Escritos», livro de Bento Gonçalves. Presente António Ventura, a quem se deve o ordenamento das prolas daquele militante operário

“ESCRITOS” DE BENTO GONÇALVES

A «Seara Nova» lançou um livro de grande interesse: «Escritos», de Bento Gonçalves. São prosas, coligidas por António Ventura, relativas ao período compreendido entre os anos de 1927 e 1930. Uma sessão efectuada na livraria daquela editora foi um verdadeiro acto de convívio — e o livro foi sendo autografado pelos presentes na concretização de um acto de entendimento sobre o problema político que presentemente nos é proposto para resolução a bem de toda a comunidade.

Quando se fala em Bento

Gonçalves (operário-torneiro-mecânico e grande dirigente proletário português) logo duas das suas obras mais conhecidas nos vêm à memória: «Palavras Necessárias» e «Duas Palavras», bem como do relatório apresentado ao VII Congresso da Internacional Comunista e da Contestação à Secretaria do Tribunal Militar Especial que o julgou.

Tanto «Palavras Necessárias» como «Duas Palavras» foram escritas no Tarrafal em condições precárias, sem documentação e acesso a fontes imprescindíveis a uma correcta

elaboração de um trabalho em moldes científicos.

«Isto — afirma António Ventura — ocasionou algumas imprecisões de pormenor que têm sido aproveitadas por oportunistas de todos os matizes para especular sobre tudo e nada, e até para denegrirem a figura de grande herói do proletariado português que foi Bento Gonçalves».

António Ventura, numa introdução muito pormenorizada, põe os pontos, por assim dizer, nos II. E, assim, adianta que falar de Bento Gonçalves «é falar do dirigente sindical do Arsenal da Marinha; é falar da luta pela criação de um verdadeiro partido operário marxista-leninista; é falar da organização dos camponeses alentejanos e dos operários da margem sul; é falar da organização de sindicatos de classe que empreenderam lutas poderosas contra a ditadura, pelo pão e pelo trabalho...»

Em suma — um livro que se impõe no momento que todos nós estamos a viver.

ATITUDE ANTIDEMOCRÁTICA DO JUÍZ DE TORRES VEDRAS

Ao tomar conhecimento da decisão do juiz da comarca de Torres Vedras, que rejeitou os processos de candidatura da Frente Eleitoral Povo Unido relativos aos concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço, a DORL do PCP «chama a atenção da opinião pública e dos órgãos competentes para as graves incidências políticas que daí poderão resultar».

«Decisões judiciais deste tipo não prestam a magistratura, põem em causa a confiança

que a mesma deveria merecer por parte dos cidadãos, não contribuem para a construção da Democracia que o povo português votou, desvirtuam as eleições esvaziando-as do seu conteúdo democrático, perturbam e desestabilizam o próprio processo eleitoral».

E a nota da DORL termina acentuando que «se as listas de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço, não puderem ser apresentadas não há que falar em eleições democráticas nestes concelhos».

UNIVERSAL

AMANHÃ ESTREIA
AS 15, 19 e 21 H.



O INIMIGO PRINCIPAL
...O IMPERIALISMO IANQUE É O PIOR INIMIGO DOS POVOS (do filme)



Não aconselhável a menores de 18 anos

HOMENAGEM A JORGE SANGINÉS

As 17 h. — SANGUE DE CONDOR (n. ac. 18 anos)

As 23 h. — A CORAGEM DO POVO (n. ac. 13)

PUB.

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

COMUNICADO

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

Depois da aprovação do projecto de regulamento para o Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, a Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa, a partir do próximo dia 29 (segunda-feira), levará a efeito a discussão dos projectos (estatutos, programa de acção da Intersindical e da Lei Sindical) de todos os Sindicatos Portugueses.

Todos estes documentos estão desde já em poder dos Sindicatos, sendo necessário que todos os trabalhadores, pressionem as suas direcções para a sua ampla e viva discussão, com vista ao reforço da unidade e mobilização dos trabalhadores em torno do seu Congresso (a realizar em 27, 28, 29 e 30 de Janeiro de 1977), já manifestada em centenas de reuniões e plenários.

Dada a transcendente importância para a defesa dos interesses dos trabalhadores de que se reveste a ampla discussão destes documentos, a Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa, apela para os trabalhadores, que nas suas empresas e locais de trabalho marquem reuniões, para a discussão destes documentos e as comuniquem a C.D.D. ou aos Sindicatos com vista a planificarmos com eficiência a satisfação de todas as solicitações, a fim de chegarem à CNOC (Comissão Nacional Organizadora do Congresso) até 28 de Dezembro as alterações, que os trabalhadores acharem necessárias ao enriquecimento dos documentos, na defesa dos seus interesses.

- PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES
- PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
- PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL - CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

A COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRITAL DE LISBOA

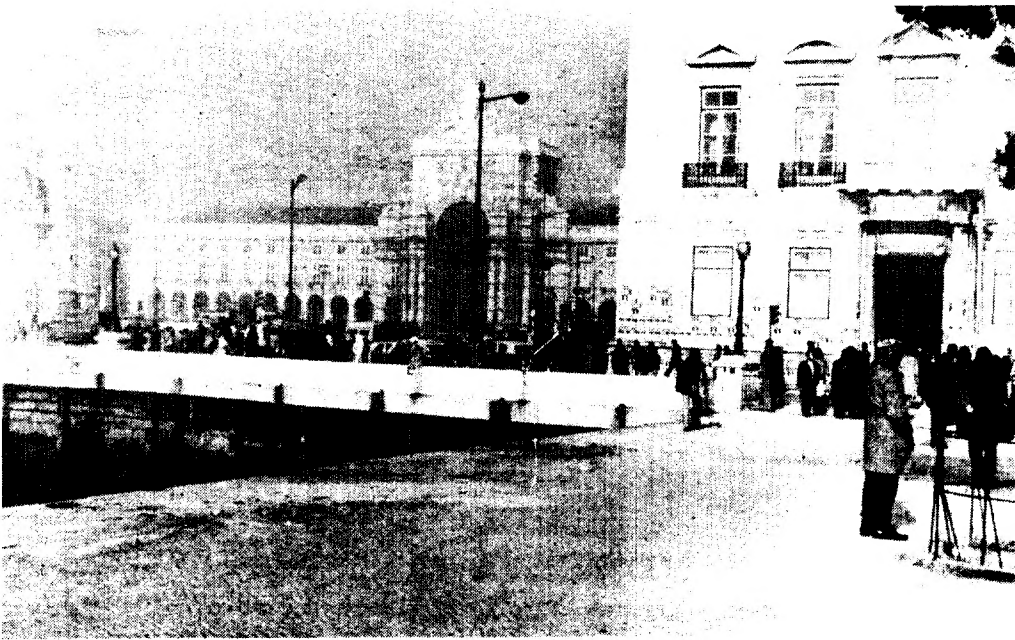
Rua Vítor Cordon, 1, 2.º — LISBOA

TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA 3.ª Vara

Faz-se saber que, por esta vara, 2.ª secção, e nos autos de acção ordinária que Manuel Peixoto da Costa, residente na Av.ª Poeta Mistral, 4, 9.º, Dt.º, em Lisboa, move contra Ascensores Abis, Lda, com sede na Azinhaga do Beco, A-S (à Charneca do Lumiar), em Lisboa, Odete de Sousa Saalfeld e marido Francisco Saalfeld, correm editos de 30 dias, a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando aquela firma, na pessoa do seu gerente Francisco José Dinis, ausente em parte incerta e com última residência conhecida na Rua Eng.º Nobre Guedes, n.º 7, r/c, Dt.º, desta mesma cidade, para, no prazo de vinte dias, decorrido que seja o dos editos, contestar, querendo, a referida acção, com os fundamentos da qual pretende o autor a sua condenação, solidariamente com os outros referidos réus, no pagamento da quantia de 200.000\$00, proveniente da letra de câmbio de que o mesmo autor é dono e legítimo portador, aceite pela citanda, através do seu sócio-gerente Abilio de Sousa, e por este mesmo avaliada em 7-7-1971, com vencimento em 7-1-1972, e, ainda, nas custas e condigna procuradoria, ficando ainda citada, por este mesmo meio, para, na contestação, declarar se confessa ou nega a firma, entendendo-se que a confessa se não fizer declaração alguma.

Lisboa, 7 de Junho de 1976

O Juiz-Corregedor,
a) MÁRIO SERENO CURA MARIANO



Os vendedores ambulantes foram afastados, pela P. S. P., da estação de Sul-Sueste, e do próprio largo fronteiro. A imagem, colhida no fim-de-semana, mostra como a circulação agora se faz mais facilmente na área que tem estado ocupada com tendas

Terceira idade terá melhor apoio em 1977

Terminaram os trabalhos da I Semana de Estudo sobre Problemas da Velhice, que decorreu em Lisboa com a participação de duzentos assistentes sociais e directores de lares para pessoas idosas.

Ao encerrar a sessão o secretário de Estado dos Assuntos Sociais, eng. Vitor Vasques, afirmou que «os problemas da terceira idade têm sido postos de lado» acrescentando que eles devem vir a ser resolvidos localmente dado que «as necessidades de uma pessoa da terceira idade do distrito da Guarda não são iguais às de Lisboa ou do Alentejo».

O eng. Vitor Vasques infor-

mou que «há dinheiro de 1976 que não chegou a ser gasto», e como «o orçamento de investimentos para 1977 quintuplicou» há possibilidade de uma melhoria na assistência à terceira idade para o próximo ano.

Durante o encontro foram abordados os aspectos demográficos, físicos e psicológicos do envelhecimento e as suas repercussões sociais, tendo sido discutidos os seguintes temas: «O Idoso na Comunidade», «O Idoso e as suas Relações com os Diferentes Grupos Sociais», «O Idoso e os Serviços Públicos», «A Saúde Mental das Pessoas Idosas»,

«A Humanização e Dinamização dos Estabelecimentos», «O Papel da Equipa Multidisciplinar dos Estabelecimentos», «Programas de Acção Dirigidos à População Idosa a nível Distrital e das Comunidades Básicas» e «O Papel dos Voluntários como Apoio à Equipa de Trabalho com Idosos».

Entre as conclusões desta semana dedicada à terceira idade, salienta-se a necessidade de instituir uma pensão social generalizada, o direito a uma alimentação adequada a garantia de equipamento e instalações e ainda «que o idoso seja ouvido quando se procura encontrar solução para a sua situação».

Raul Rego homenageado na cidade de Bragança

BRAGANÇA, 29 — Conforme noticiámos, o jornalista Raul Rego, director de «A Luta», foi homenageado no sábado, nesta cidade, no decorrer duma cerimónia que decorreu no ginásio da Escola Preparatória de Augusto Moreno. Participaram na cerimónia o ministro

Jorge Campinos, o governador civil do distrito, dr. Fernando Verdasca; o coronel António Rodrigues, em representação do brigadeiro Pires Veloso; a esposa do governador civil do Porto; o deputado Francisco Martins e o dr. Montalvão Machado, antigo governador civil

de Vila Real.

Os oradores realçaram o papel desempenhado por Raul Rego na luta contra o fascismo, tendo sido lida uma mensagem do ministro do Plano.

No final da sessão, Raul Rego recordou episódios da sua luta contra a censura.

Membros do Governo reuniram-se na Guarda

GUARDA, 29 — Este distrito acolheu durante o fim-de-semana uma delegação ministerial composta pelos ministros do Trabalho, Marcelo Curto, da Indústria e Tecnologia, Walter Rosa, das Obras Públicas, Al-

meida Pina, ainda, pelos secretários e subsecretários de Estado da Segurança Social, Vitor Vasques, da Administração Escolar, Almerindo Marques, do Fomento Agrário, António Cam-

pos, e da Comunicação Social, João Soares Louro.

Os referidos elementos do Governo efectuaram diversas reuniões de trabalho em todo o distrito recolhendo informações sobre os problemas que se colocam à população.

Por outro lado, os ministros e secretários de Estado participaram numa sessão pública realizada no Liceu da Guarda cuja nota dominante foi o diálogo entre os membros do Governo e os homens do Norte.

De assinalar, igualmente, a reunião efectuada sábado à noite no Salão Nobre do Governo Civil entre os membros do Governo e os vários grupos de trabalho que tinham elaborado propostas a apresentar aos respectivos Ministérios, com o inventário das necessidades e carências da região.

Código da Estrada tem alterações

Foram alterados cinco artigos do Código da Estrada, de modo a actualizarem-se algumas regras.

Os artigos cuja redacção sofreu alterações são os n.ºs 3, 5, 14, 40, 47 e 55, e dizem respeito a prioridade para a saída de transportes colectivos dos locais de paragem, actuali-

zação das regras de estacionamento e paragem, trânsito de peões, averbamento do serviço público nas cartas de condução e apreensão preventiva de licenças de condução.

O decreto que introduz as alterações no Código foi publicado no «Diário da República», I Série, n.º 279.

MDM no Porto

O papel da mulher na libertação dos povos

PORTO, 29 — «Para a nossa libertação, muito contribuiu o esforço das mulheres progressistas de todo o mundo, e muito particularmente aquelas mulheres que, nas ex-colónias dominadas pela reacção portuguesa, pegaram em armas para combater o inimigo comum: fascismo e imperialismo. Os nossos problemas, os problemas do Povo Português e do povo africano, são os mesmos. Nada há que separe os povos irmãos» — foram palavras de Virginia Moura, durante o comício que se realizou a noite passada no Porto, na Faculdade de Engenharia e em que estiveram presentes algumas das delegações estrangeiras que participaram no Encontro da FDM em Portugal.

O prof. Ruy Luis Gomes, que não pôde estar presente, enviou uma mensagem, ida pelo dr. Armando Castro, em que depois de saudar as representantes da FDM, afirma: «Sejam quais forem as circunstâncias e reflexos do processo revolucionário iniciado pelos capitães de Abril, o que é indiscutível é que já fazem parte

do património nacional como aquisições irreversíveis: as liberdades do nosso povo e o nosso próprio contributo para a independência dos povos africanos, nomeadamente Guiné-Bissau, Angola e Moçambique».

MULHERES NO SACERDÓCIO

TORONTO, 29 — (FP) — Seis mulheres vão ser ordenadas brevemente pastores da Igreja Anglicana do Canadá.

A assembleia geral desta igreja tinha, pela primeira vez no Canadá, autorizado no ano passado o acesso de mulheres ao sacerdócio, reservando porém aos bispos o direito de não praticar a ordenação nas suas dioceses.

O bispo de Niagara (Ontário), o reverendo John Botwell, procederá na terça-feira à ordenação da primeira mulher pastor, Mary Lucas, de 28 anos de idade.

HOMENS GANHAM MAIS

WASHINGTON, 29 — (FP) — O Departamento do Trabalho dos Estados Unidos publicou ontem um estudo em que afir-

ma que a diferença entre o rendimento médio de homens e mulheres duplicou em favor dos primeiros desde 1955 até 1974.

Segundo o mesmo relatório são dois os principais elementos causadores desta diferença: o número crescente de mulheres no mercado de trabalho e a sua concentração em empregos mal remunerados.

Em 1974, por exemplo, 63 por cento dos trabalhadores na escala mais baixa de salários eram mulheres. No escalão imediatamente superior a maioria ainda era as mulheres. Contudo prossegue o relatório, desde 1975 o fosso tem tido tendência para diminuir, ou pelo menos para estabilizar.

MANTENHA O SEU EQUILÍBRIO



A ginástica requer perícia e graça. E rigorosa concentração para manter o seu equilíbrio. Mas, algumas vezes, enquanto você pratica, necessita de uma pequena ajuda do treinador para lhe dar confiança.

Os tampões Tampax podem também dar-lhe confiança em dias em que você possa sentir-se um pouco em baixo de forma por causa do seu período. Usam-se internamente, portanto sem volumes. Você sente-se segura todo o dia e sabe que a suave protecção interna que usa tem grande poder de absorção. E o aplicador-contentor acetinado torna a aplicação segura, fácil e confortável. Pode sentir-se em forma todos os dias do mês, porque usa o mais perfeito tampão do mundo: o tampão Tampax.

A protecção interna em que mais mulheres confiam



PROTECÇÃO HIGIENICA PARA USO INTERNO

PEÇA UMA AMOSTRA A: ANTONIO PACHECO AGOSTINHO, LDA R. RODRIGUES SAMPAIO, 15-2 - LISBOA

Empresa Pública das Águas de Lisboa

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE CLORAGEM DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE SACAVÉM

Faz-se público que no dia 28 de Dezembro de 1976 pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Av. da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa, até às 17 horas do dia 27 de Dezembro de 1976.

Caução provisória — Esc. 20000\$00

O processo do concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na sede da Empresa, onde poderá ser examinado e obtida cópia.

Lisboa, 25 de Novembro de 1976

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA
O Presidente da Comissão de Fiscalização
(João Bau)

EXTERNATO CICLO PREPARATÓRIO CURSO LICEAL NOCTURNO

ABERTAS AS INSCRIÇÕES

(das 17 às 23 horas)

Av. Duque de Loulé, 71, 2.º — Telef. 40345

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI, 5-D—R. Infanteria 16, 55-C—LISBOA

Nacional

"Entregar a terra a quem não a trabalhou é defender a exploração do homem pelo homem"

Em face da grave situação que se vive neste momento no distrito de Beja, onde o Governo decidiu iniciar o processo da entrega das reservas aos agrários (antes de proceder às expropriações e o mesmo em terras de 700 mil hectares e sem estabelecer um critério selectivo que oriente o direito de reserva) ouvimos José Soeiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Baixo Alentejo. Um Sindicato que não se demitiu do seu papel de vanguarda na luta travada pelos trabalhadores rurais na defesa da Reforma Agrária. A propósito da atitude tomada pelo sindicato quando das desocupações, José Soeiro afirmou:

«As desocupações processaram-se em Beja de uma forma diferente da dos outros distritos. Aqui houve uma imposição do CRRA com o aval do Governo Civil. Não houve negociação com os representantes dos trabalhadores. Nós acabamos a ordem e desocupamos as herdades em causa, mas ao mesmo tempo apresentamos uma exposição na qual exigimos que essas herdades fossem de novo entregues aos trabalhadores depois de ter sido feito um inquérito a cada caso, na medida em que o CRRA estava a agir apenas baseado na informação dos agrários. Continuamos ainda a aguardar os resultados desse inquérito».

O Governo comprometeu-se com as organizações sindicais que representam os trabalhadores rurais em fazer as expropriações dos 700 mil hectares que estão ao abrigo do Decreto 406-A/75. O Governo assumiu, portanto, o compromisso de cumprir a lei, não só nos aspectos favoráveis aos agrários, mas nos aspectos favoráveis aos trabalhadores.

«É evidente que, atendendo às leis existentes e à Constituição, os trabalhadores viriam a beneficiar com a negociação. Quando decidimos desocupar pretendíamos retirar à direita o pretexto para qualquer ataque à Reforma Agrária. Sobre a atitude do Governo em entregar as reservas, antes das expropriações, só podemos concluir que os órgãos do Poder estão a fazer o jogo da CAP e da reacção».

Mais uma vez o CRRA na questão das reservas desempenha um papel que os trabalhadores consideram incorrecto e prepotente, na medida em que se limita a fazer as convocatórias às comissões directivas das UCP's (onde pretende fazer a entrega das reservas) sem estabelecer uma ordem de trabalhos nem discutir a especificidade de cada caso com os trabalhadores. Nos contactos e nas reuniões para tratar dos problemas, o Centro tem procurado impor, através da ameaça, que os trabalhadores aceitem a atribuição das re-

servas. Qual é a posição do sindicato?

A TERRA NÃO CHEGA

«Em primeiro lugar achamos que devem ser expropriados os 700 mil hectares. Por exemplo: no distrito de Beja ainda estão cerca de 70 mil hectares nas mãos dos agrários. Por outro lado há muitos hectares que estão ocupados, mas não expropriados. O Governo em vez de mandar entregar as reservas devia preocupar-se em definir certos aspectos da lei, como, por exemplo, a questão do subaproveitamento das herdades e a constituição de assembleias locais para proporem as expropriações. O Centro não fez nenhum estudo sobre o aproveitamento das herdades e por isso mesmo não deve entregar as reservas. Depois há os UCP's já constituídos e o direito de reserva. Sem se analisarem cuidadosamente as condições, a entrega das reservas vai fatalmente pôr em causa a viabilidade económica das mesmas. Temos ainda de considerar os agrários que fizeram sabotagem económica. Nos casos concretos da «Margem Esquerda», «Otelos Saraiva de Carvalho» e «Terra de Pão» há que ter em conta os dois aspectos que frisei: sabotagem económica e subaproveitamento. A leviandade e a falta de profissionalismo do Centro é de tal ordem que procede à entrega de uma reserva a um indivíduo que, juntando os 50 mil pontos ao que já possui, fica com cerca de 75 mil pontos. Ora atenderdo à lei este indivíduo tem de ser expropriado de novo».

Sobre a nota oficiosa do MAP, que se refere ao desemprego nas zonas de intervenção da Reforma Agrária, José Soeiro acrescentou:

«Parece-me que não é despedido os trabalhadores que se consegue acabar com o desemprego. A entrega das reservas vem agravar a situação de uma forma gritante. Para além do mais isso é anticonstitucional, pois ficou consignado na Constituição que todas as pessoas têm direito ao trabalho».

Ainda a propósito da atribuição de reservas, o dirigente sindical observou com uma certa ironia: «Se o Governo satisfizer todos os pedidos de reserva já feitos pelos agrários a terra do Alentejo não vai chegar... Se calhar temos de ir pedir terra emprestada à Espanha».

José Soeiro analisou, depois, os pontos «quentes» do distrito de Beja. Aqueles para onde o governador civil mandou as forças da G.N.R. intimi-

dar os trabalhadores. Nenhum dos agrários que reclamam as reservas (Palma Cano, Manuel Nunes e Ernest Phillimore) trabalhou alguma vez as terras. Será que agora, eles que nunca fizeram nada, estão a pensar em trabalhar devidamente a terra?

«Nós ocupamos as terras porque o aparelho de Estado não conseguia responder à evolução do processo revolucionário. Tivemos, portanto, de recorrer aos nossos próprios meios. Os agrários tinham as terras num estado lamentoso. Uns viviam das rendas e outros dos rendimentos fáceis que obtinham através da exploração desenfreada dos poucos trabalhadores que empregavam. Da cortiça. Da venda do gado. Por isso o Governo devia proceder ao arrendamento compulsivo da terra das reservas às cooperativas ou mesmo comprá-la para depois a entregar aos trabalhadores. Entregar a terra a indivíduos que não a trabalharam é querer começar com a exploração do homem pelo homem. Não basta dizer que estamos a favor da Constituição e queremos construir o socialismo. É preciso que essas boas intenções sejam aplicadas na prática. Lamentamos que o oportunismo de certas pessoas que se dizem socialistas não sejam desmascaradas. Há medidas que se tomam agora a que nem sequer o Marcelo Caetano se atreveu...»

REPUDIAMOS A VIOLÊNCIA

O Governo resolveu entrar em choque com os trabalhadores agrícolas cedendo às exigências da CAP e dos partidos que dão cobertura a essa organização de agrários.

De novo perguntamos: que pensa fazer o sindicato? «Prossiguir com as formas de luta até às últimas consequências. O Governo deve lembrar-se que se voltarmos ao fascismo não são só os trabalhadores os prejudicados. Os fascistas também não perdoam aqueles que se dizem socialistas...»

Na sequência das palavras de José Soeiro quisemos saber o que é que ele entendia por «últimas consequências».

«É difícil explicar na medida em que nos ameaçam com as armas. Se começarem a disparar sobre nós teremos de tomar uma posição que vai certamente reflectir-se em todos os sectores da vida nacional. Ninguém sabe o que pode acontecer. De qualquer maneira não somos nós que provocamos esta situação. A responsabilidade do que pode vir a acontecer será do Governo. Repudiamos a violência. Se fossemos pela violência, já os agrários cá não

estariam. Nós não temos a mesma maneira de ver dos agrários. Eles colocam bombas e praticam actos terroristas. Nós ainda não lhe tocámos sequer com uma flor como se costuma dizer. Mas eles que tenham cuidado porque a paciência tem limites. Se tocarmos num trabalhador é muito possível que sejam obrigados a fugir do Alentejo».

Por outro lado os militares não fizeram o 25 de Abril para os agrários lucrarem nem para que tudo volte ao estado anterior.

Esses homens certamente não vão permitir que o seu esforço seja baldado».

Certas medidas recentemente tomadas pelo MAP, nomeadamente a extinção da Comissão Paritária que tinha poderes para discutir a colocação de trabalhadores desempregados nas herdades exploradas pelos agrários também foram abordadas na conversa que travámos com José Soeiro.

«Essa Comissão visava não só a colocação dos trabalhadores nas herdades, mas também salvar a economia nacional porque os agrários não trabalhavam as terras. Nós não vamos permitir que as terras permaneçam incultas. Se o Governo continuar a defender os agrários, está sujeito a acontecer-lhe o mesmo que aconteceu ao Governo de Marcelo Caetano. Por exemplo: o ministro do Trabalho tem tomado medidas que só vão prejudicar os trabalhadores».

A criação do chamado Instituto de Gestão Fundiária vai colidir com os interesses dos trabalhadores...

«Foi outra medida tomada sem a participação dos Sindicatos. Pensamos que já há muito o Governo aspirava controlar as cooperativas. Acusa os sindicatos de controlarem as Unidades Colectivas e as Cooperativas. Ora na prática quem assume essa posição é o Governo».

José Soeiro manifestou ainda preocupação pelo facto do Governo fazer tudo para beneficiar os agrários. «Empenhamo-nos em suma na recuperação capitalista». As atitudes de Apóstolo Godinho e Romana Martins, na função que desempenham como directores do CRRA foram alvo de severas críticas da parte do dirigente do sindicato de Beja.

«Nós estamos convencidos que o Centro Regional da Reforma Agrária tinha à sua disposição os elementos fornecidos pela Comissão de Análise e não os utilizou. Prefere impor medidas antidemocráticas pela força das armas. Não interessa o partido a que as pessoas pertençam. Importa, apenas, que sejam honestas. E os directores do CRRA já demonstraram que não o são. Até agora têm estado a fazer, de olhos fechados, o jogo da CAP. Quanto a nós, esses senhores deviam demitir-se das suas funções. Sabem que contam com o repúdio dos trabalhadores. Ainda no dia 20, quando da grandiosa manifestação efectuada em Beja, os trabalhadores mostraram bem a opinião que têm dos directores do CRRA, do governador civil e das suas



O dirigente sindical Soeiro, que abordou para o «D.L.» a questão das reservas

HERDADE DA LOBATA

-G.N.R. dentro, trabalhadores fora

Os trabalhadores da «Margem Esquerda» continuam no seu posto de luta. Nem sequer durante o fim-de-semana arderam pé da terra contigua à herdade da Lobata, já que a GNR os impede de ali entrar. Entretanto constou que os agrários da região iam realizar uma jornada de trabalho, solidarizando-se com o seu amigo Palma Cano.

A fim de se prevenir com essas eventualidades, os trabalhadores mobilizaram para o monte do Farrobo cerca de 40 tractores e máquinas

agrícolas. No entanto, a jornada dos agrários não se viria a concretizar.

Por outro lado, as forças da GNR retiraram, no sábado, da herdade da Cigana, integrada na U. C. P. «Terras de Catarina», em Baleizão. Apesar de não terem voltado a recuperar a herdade, os trabalhadores permanecem nas imediações 24 horas por dia: dormem e comem no local. De vez em quando patrulhas de GNR passam perto dos trabalhadores com a missão de observar o que eles estão a fazer.

Trabalhadores agrícolas

pedem a Eanes que defenda a Reforma Agrária

Vários plenários e reuniões têm vindo a realizar-se no distrito de Beja com vista à defesa da Reforma Agrária, seriamente ameaçada pela marcação das reservas. A propósito desta questão, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora divulgou um comunicado manifestando o seu repúdio perante mais uma ofensiva das forças da reacção e do fascismo contra a Reforma Agrária, apoiadas nas medidas ilegítimas tomadas pelo Ministério da Agricultura.

O documento reflecte-se ainda ao facto de os responsáveis pelo Governo darem ouvidos aos sectores reacçãoários (P.P.D./P.S.D., C.D.S., C.A.P. e C.I.P.) no sentido de se substituir os trabalhadores que têm trabalhado a terra com resultados espectaculares pelos agrários absentistas e sabotadores. Mais adiante, no texto do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, surge uma interrogação: «Não será isto uma política para a recuperação capitalista e agrária?»

tenham sido efectuadas as expropriações que falta fazer, conforme está na Constituição e conforme compromisso assumido anteriormente pelo próprio Governo.

Entretanto, num plenário da cooperativa «Rainha do Sul», em Santa Suzana, foi aprovada por unanimidade uma moção dirigida ao Presidente da República.

Nessa moção, os trabalhadores exigem que a Reforma Agrária seja defendida e se cumpra integralmente a sua lei, especialmente no que se refere às expropriações ainda por efectuar. Reivindicam ainda os trabalhadores da «Rainha do Sul» que a viabilidade económica das U. C. P.'s não seja posta em causa através das desanexações e entregas das reservas e que não se faça correr o risco de desemprego aos trabalhadores agrícolas. Exige-se também que o Governo impeça que as reservas sejam atribuídas antes das expropriações ou que sejam entregues a sabotadores. A terminar, a moção propõe que sejam concedidas as reservas nas áreas ainda por expropriar, tendo as U. C. P.'s o direito de arrendar aquelas que foram entregues a quem não trabalhe directamente a terra.

ASSALARIADOS RURAIS DO PORTO

PORTO, 29 «Somos nacionais e não podemos compreender por que o salário mínimo nacional (de que fala a Constituição e que é considerado como mínimo para se subsistir) não é aplicado ao nosso sector. Somos trabalhadores, não queremos esmolas.»

Esas palavras de assalariados rurais do distrito do Porto numa exposição enviada ontem ao Presidente da República, na qual reivindicam regulamentação do trabalho para o seu sector. Tal exposição, perante uma reunião de trabalhadores agrícolas realizada, ontem, em Penafiel, e promovida pelo sindicato, alude ao aumento de terras incultas e subaproveitadas, enquanto muitos trabalhadores continuam

Trabalho

CONCENTRAÇÕES NO SÁBADO

Trabalhadores dizem "não" à recuperação capitalista

Largas dezenas de milhares de trabalhadores manifestaram-se este sábado, em Lisboa, Porto e Coimbra, contra ofensiva de recuperação capitalista e a falta de firmeza, do Governo, declarando-se dispostos, no entanto, «a discutir e a cooperar com os órgãos do poder na definição e execução de uma política económica e social progressista que corresponda aos interesses e aspirações populares, aos interesses de Portugal democrático a caminho do socialismo».

Para tal — afirma-se numa moção aprovada em Lisboa — haverá que respeitar os direitos e interesses dos trabalhadores e do povo português, bem como «as conquistas populares e as transformações revolucionárias já realizadas», tendo como objectivo «assegurar a melhoria das condições de vida da população e do progresso e desenvolvimento do País».

Defesa do direito ao trabalho contra as medidas de liberalização dos despedimentos, denúncia da política de sabotagem do patonato no domínio da contratação colectiva, manifestação de solidariedade activa para com a Reforma Agrária, oposição ao pagamento de parte do 13.º mês em títulos do tesouro — são as maiores preocupações do povo trabalhador patenteadas nas concentrações realizadas no sábado. Milhares de pessoas lotaram os recintos do Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, do Palácio de Cristal, no Porto, e do Pavilhão dos Olivais, em Coimbra, correspondendo, assim, à convocatória das organizações sindicais, de base, de empresa, e políticas, que promoveram ou apoiaram a iniciativa.

O desejo de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República foi uma nota dominante nestas concentrações. Em Lisboa, por exemplo, exigiu-se, no final, a aplicação da nossa lei fundamental, «e, para tanto, que não sejam promulgados ou sejam revogados os decretos-lei do Governo que violam o direito ao trabalho e à segurança no emprego, mantendo em vigor as leis progressistas publicadas depois do 25 de Abril».

PELA REFORMA AGRÁRIA

Apoio incondicional à Reforma Agrária e solidariedade activa para com os operários agrícolas e agricultores nela

empenhados, foram denominados comuns das intervenções realizadas e nas moções aprovadas durante as concentrações.

Exigiu-se, nomeadamente, que o Governo «prossiga com as expropriações», e afirmou-se a «inquebrantável disposição de prosseguir a luta pela Reforma Agrária até às últimas consequências». Os trabalhadores declararam-se, também, dispostos a impedir que as «forças reacçãoárias actuem utilizando como instrumentos órgãos do Estado que, em lugar de cumprirem a Constituição, põem em perigo o trabalho e a produção do nosso País».

A política do Governo, no tocante a esta questão, foi vivamente criticada, responsabilizando-se desde já aquele órgão do Estado «por qualquer quebra de produção de cereais no próximo ano» (moção aprovada em Coimbra). Denunciaram-se, ainda, as manobras de recuperação latifundiária desenvolvidas pelos agrários e pelas forças reacçãoárias, designadamente a tentativa de provocar confrontos entre os trabalhadores e as forças militarizadas. Em Coimbra, especificamente, exigiu-se a imediata desocupação das unidades colectivas de produção e a sua restituição a quem nelas trabalha, o cumprimento da lei do arrendamento, e a aplicação do artigo da Constituição que prevê a eliminação dos latifúndios.

CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

O patronato reacçãoário e as suas organizações — particularmente a CIP, a CAP e a Confederação do Comércio — foram claramente responsabilizados pelas manobras de recuperação capitalista em curso, materializadas, por exemplo, no boicote à contratação e nos despedimentos.

Os oradores imputaram algumas culpas por esta situação ao Ministério do Trabalho, cuja orientação «permite o lock-out, facilita os despedimentos sem justa causa, avaliza o silêncio cúmplice as manobras criminosas e o avanço das forças do passado».

Segundo foi lembrado, são mais de trinta os contratos colectivos cuja negociação foi boicotada pelo patronato, afectando deste modo as condições de vida de mais de milhão e meio de trabalhadores e seus agregados familiares. Tal impasse só é possível devi-

do às lacunas da lei actualmente em vigor (Decreto-Lei n.º 164-A/76), cuja revogação imediata foi pedida. Essa diploma, na perspectiva dos trabalhadores, retira ao Ministério do Trabalho poderes de intervenção para impor regulamentação de acordo com os interesses dos trabalhadores. Como alternativa aponta-se, no essencial, o projecto de lei sobre contratação colectiva elaborado pelo Movimento Sindical e já entregue na Assembleia da República.

«A luta é de todos. Hoje os têxteis, a construção civil, as madeiras, os trabalhadores dos vinhos, os químicos, a panificação, os trabalhadores do comércio e todos aqueles que enfrentam as manobras do grande capital. Amanhã, outros sectores necessitarão do apoio de todos nós, unidos uma frente que oponha ao capital a força indestrutível dos trabalhadores organizados e decididos a lutar pelo fim da exploração capitalista», foi lembrado no Porto.

Denunciou-se igualmente a «campanha de despedimentos e de negação do direito inalienável ao trabalho, com total impunidade para os seus autores», e criticou-se a actuação do Governo neste domínio, por ter facilitado recentemente o despedimento de trabalhadores. Essa campanha, consoante foi salientado, atinge inclusivamente dirigentes e delegados sindicais. Entre os casos referidos, contam-se a Macondé, a Gevaert, e a Cambournac.

Também a situação das empresas intervencionadas e em autogestão esteve em foco. Nesse campo — disse-se — o Governo parece apostado em facilitar o regresso dos patrões e em substar a capacidade e iniciativa dos trabalhadores. Exemplos citados: Sanimar, Metalúrgica Duarte Ferreira, J. Pimenta, AC.

PAGAR MAIS QUEM MAIS TEM

O pagamento de parte do 13.º mês em títulos do tesouro, através de empréstimo forçado, mereceu severo repúdio por parte dos trabalhadores: «não comemos no Natal com salários de papel», foi a palavra de ordem gritada a propósito. «Não seria melhor que o Governo obrigasse a pagar mais quem mais tem?», perguntou alguém. Foi notada aliás, a ausência de medidas para fazer pagar aos capitalis-

tas o custo da crise.

«Obrigando-nos à poupança forçada o Governo, em contrapartida prepara-se para pagar aos grandes agrários e capitalistas as indemnizações que estes vêm reclamando em altos gritos e que atingem muitos milhões de contos», afirmou-se.

Moções aprovadas durante as concentrações, contemplando estes e outros aspectos, apontavam também para a «participação determinante e organizada dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho e a revogação de todas as leis antioperárias e contrárias à Constituição».

Ficou patente, ainda o desejo de lutar pela unidade dos trabalhadores a todos os níveis, especialmente no Movimento Sindical, «denunciando as manobras divisionistas, exigindo o fim de todas as formas de ingerência na Organização Sindical e da política do facto consumado de alterações à Lei Sindical antes da realização do Congresso de Todos os Sindicatos, e reclamando a não promulgação do decreto sobre a quotização sindical».



Lisboa: unidade na acção em defesa dos direitos conferidos aos trabalhadores pela Constituição

10 MESES PASSADOS

“Carta aberta” propõe agora definição clara da sua linha

Os ataques habituais à Intersindical, algum desentendimento entre os presentes e a definição, que numa primeira leitura nos parece ter sido feita de emergência, das linhas de actuação que visam implantar entre os trabalhadores os princípios que defendem são as notas mais salientes da reunião em Coimbra, neste fim-de-semana, das direcções sindicais subscritoras ou aderentes à «Carta Aberta».

Preocupação constante da mesa, entre cujos membros se encontravam figuras de proa da «Carta», como José Luis Gaspar (dos Escritórios de Lisboa) e Vitor Gonçalves (dos Bancários do Sul), foi a de que aquele grupo de direcções sindicais tivesse «qualquer semelhança com uma central sindical paralela». Por outro lado, e digamos que «paralelamente», foi sublinhado que não existe qualquer intuito de destruir a Intersindical. Este segundo princípio sofreu contestações, algumas de sinal contrário. Durante a discussão, alguém se lamentou: «Quanto mais plenários fazemos em Coimbra menos gente aqui temos». Uma certa perplexidade se evidenciava quanto ao verdadeiro espaço que restaria para os sindicatos da «Carta Aberta» no campo sindical, já que não querem nem uma segunda central, nem destruir a que existe e resiste desde o tempo do fascismo.

Entram aqui as já referidas linhas de actuação imediata, constantes de uma proposta base da Comissão de Redacção da Carta Aberta. Delas se depreende, que, com vista ao seu apregoado intuito de construir uma «central sindical

única, democrática, verdadeiramente independente» os defensores da «Carta Aberta» se propõem fazer um trabalho de dinamização dos trabalhadores, quer eles estejam ou não inscritos na Intersindical. Para esse trabalho, no entanto, conforme foi referido, é necessário definir claramente a linha político-sindical do «movimento» da «Carta Aberta», necessidade esta, curiosamente, apontada quando largos meses se passaram sobre a eclosão do afamado documento.

De notar que, dentre as 31 direcções sindicais representadas no encontro de Coimbra, algumas tinham apenas estatuto de observador e outras estão obrigadas a participar no Congresso de Todos os Sindicatos, por vontade soberana de assembleias gerais. Este facto agudizou a questão do Congresso e actuação perante ele dos defensores da «Carta Aberta». Uma proposta para participação no Congresso para defesa dos princípios «carta-abertistas» foi rejeitada. Aproveitou-se entretanto que os sindicatos presentes que ainda se não tinham pronunciado sobre a matéria levem a efeito referendos para obter o sim ou não, facto que não deixa de merecer algum reparo, já que as assembleias gerais são, conforme a lei, o órgão deliberativo máximo dos trabalhadores e nada impede a sua convocação para o efeito. Vitor Gonçalves, presidente da Direcção dos Bancários do Sul e personalidade cuja meteórica ascensão no panorama sindical e político nacional nos tem sido sublinhada por trabalhadores do sector (ele é também figura destacada do PS)

anunciou, antes de abandonar a reunião, que haverá, na 5.ª feira próxima, na sede do sindicato que dirige, uma conferência de Imprensa sobre os resultados do último encontro de Coimbra.

MAIS SINDICATOS DIZEM NÃO À «CARTA ABERTA»

Por decisão dos associados do Sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Aveiro, a respectiva direcção é forçada a retirar-se imediatamente da «Carta Aberta». Com esta nova saída, os defensores do contestado documento de princípios passam a contar apenas com um sindicato operário — o dos Cerâmicos de Aveiro, cuja direcção deixou de ter a confiança da classe. Ao mesmo tempo, os empregados de escritório e caixeiros do distrito de Viana do Castelo reafirmaram o seu apoio à Intersindical e ao Congresso de Todos os Sindicatos. Também, por decisão da assembleia geral, o Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas vai participar no Congresso. Registraram-se apenas dois votos contra.

Um sindicato — o dos Escritórios do Algarve — tomou posição contrária, através de referendo, processo muito caro à «Carta Aberta». O referendo deu um resultado favorável em 63 por cento aos princípios da «Carta» e à não participação no Congresso. Participaram no referendo menos de metade dos associados.



Porto: repúdio unânime pelas manobras do patronato

Nacional

QUEM GOVERNA OS



Mota Amaral, da ex-ANP ao Governo Regional dos Açores, uma carreira que sempre teve por meta o anticomunismo e agora o separatismo

Sem nos mover qualquer perseguição pessoal, entendemos que certas personalidades políticas devem ser discutidas, não no âmbito da sua vida privada mas apenas nos seus actos públicos, como dever imperioso de informar a opinião pública, alertando-a para os perigos que possam surgir em determinadas circunstâncias históricas. Fundamentalmente, pretendemos encontrar o fio que liga a actividade política do actual chefe do governo regional João Bosco Mota Amaral desde o «Desafio Açoriano», lançado por ele em 1972, e o actual «Plano de Arranque» da autoria daquele governo, além dos antecedentes e da actividade actual daquele personagem.

Quem é Mota Amaral?

Protegido em Lisboa por um ex-responsável da PIDE em Ponta Delgada, Rosa Casaco, ex-chefe de redacção da revista *Rumo*, considerado como sendo, membro da «Opus-Dei», ex-secretário de Marcelo Caetano, ex-deputado da UN-ANP durante as legislaturas de 1969 e 1973, deputado pelo PPD açoriano na Assembleia Constituinte, defensor do capital estrangeiro, admirador da colónia americana de Porto Rico (pseudo estado americano) e apologeta da via da «independência pacífica» para os Açores e, porque não, do capitalismo selvagem, é hoje o presidente do Governo Regional dos Açores — região que se pode considerar barómetro da contra-revolução ou, melhor, o pólo de pressão e chantagem nacional e internacional, contra a libertação do Povo Português (1). Esta situação pode ser bem caracterizada por «O Milhafre no Poder» (2).

Mas, vejamos o que diz o próprio Mota Amaral por ocasião da campanha eleitoral, pela ANP, em 1973:

«Quanto a mim, expus e justifiquei a substância e o estilo da minha actuação como deputado, ao longo dos últimos anos e, correspondendo a incontáveis expressões de confiança e adesão à linha por mim seguida, comprometo-me a continuar» (3).

Tudo leva a crer que fosse a linha da «evolução», constante da famosa «máxima» de Marcelo Caetano, a «evolução na continuidade». Assim o deu a entender Mota Amaral:

«Defendemos a política ultramarina proposta ao país pelo presidente do Conselho, prof. Marcelo Caetano, que tem por conteúdo a conquista da paz para a África portuguesa, mediante a progressiva au-

tonomia e desenvolvimento desses territórios».

E, mais adiante: «Programaremos também uma linha política de reformas arrojadas, garantia do progresso do País, a realizar em clima de autêntica paz» (4).

Esta necessidade de reformas profundas era baseada na definição duma política de bem estar social mas pelas reformas então efectuadas, se poderá avaliar o futuro dos Açores! Quanto a bem-estar social, lembre-se que até a extensão da Previdência Rural que instituiu abono de família aos filhos dos pequenos agricultores e lavradores rendeiros dos Açores, foi condenada com êxito por Mota Amaral na UN-ANP, sob a argumentação de que a referida lei não se ajustava à realidade açoriana (claro que se referia aos grandes proprietários senhores de S. Miguel). Todavia, apesar da lei não ter sido então aplicada, os senhores das terras aproveitaram a oportunidade para subir as rendas e despedir rendeiros, ficando portanto, em dupla vantagem. Mas continuemos a transcrição:

«Votar em mim, na lista em que o meu nome figura, não há-de significar conformismo com o que está, resignação com o que se logrou alcançar. Estou convencido do que, sem reformas profundas, não nos será possível de frontar e vencer todos os desafios que estão postos a Portugal, agravados pela herança de um regime que vozes insuspeitas não hesitam em qualificar como uma das mais pesadas da nossa História».

Aqui, é nítida a profissão de fé no regime de Caetano e uma ligeira crítica, pela boca de outrém, a Salazar, verificando-se assim a escolha da linha «evolutiva» em que Mota Amaral acreditava.

Esta linha de evolução, favorecia, no caso particular de S. Miguel, o capitalismo monopolista, mas entrava em contradição com os interesses dos latifundiários, o que muitas vezes se verificou na prática e na teoria inerentes à «evolução na continuidade».

Mas, muito embora plenamente integrado na evolução fascista do caso português, Mota Amaral revela as suas qualidades de oportunista quando lhe é perguntado: «Acha que podem vir a ser tomadas pela Assembleia Nacional durante a XI legislatura, decisões importantes para o futuro do País?». A resposta foi: «A pergunta está formulada em termos de possibilidade; a minha resposta é pois claramente afirmativa» (5).

No entanto, foi nesta XI legislatura que Mota Amaral, numa tentativa de restringir ainda mais os já tão espezinhados direitos do Povo português, defendeu, numa moção por ele apresentada, a declaração do «estado de emergência».

Para finalizar esta pequena introdução, transcrevemos de «O Milhafre» a seguinte passagem:

«O dr. Mota Amaral, a mais discutida figura política açoriana e, sem dúvida, o mais talentoso político da actualidade, incólume na sua participação activa com o regime passado, consegue a espectacular nomeação para 1.º ministro dum governo de desconhecidos, cuja experiência governativa é pouco mais que nula».

DESAFIO AÇORIANO

No dia 12 de Abril de 1974, Mota Amaral promove um colóquio na Casa dos Açores em Lisboa, que se intitula «O Desafio Açoriano». Não faltaram belas fotos das ilhas comentadas pelo autor do colóquio (já realizado na Lagoa e Ribeira Grande) que, depois de traçar diversas ópticas de desenvolvimento e de as ir condenando sucessivamente, uma a uma, opta por aquela que, no essencial se resume no seguinte: aos açorianos, abre-se um autêntico desafio — à sua capacidade de iniciativa, saber, vontade e poder — especialmente aos mais jovens, para transformar o arquipélago numa região onde os seus naturais possam viver e prosperar.

Para melhor compreender este «desafio» dirigido aos açorianos, lembre-se que Mota Amaral tinha, na véspera, defendido na UN-ANP, a entrada de capitais estrangeiros. Se bem que este apelo seja discutível, consoante as circunstâncias e as condições relacionamos os factos da época para melhor entendermos as coisas.

Após uma visita à ilha de Porto Rico, Mota Amaral escreve as suas pressões num jornal de Ponta Delgada (6). Afirma:

«Porto Rico apresenta-se como um desmentido formal às teses, segundo as quais é impossível fazer desenvolvimento a sério, e muito menos, desenvolvimento industrial, nas ilhas». Mais adiante diz: «Pude conversar, informalmente, em diversas oportunidades e com o maior proveito com pessoas nas condições mais dispares: estudantes universitários, homens de negócios...» Disse ainda «é difícil para um insular reprimir a admiração ao visitar Porto Rico».

Sobre estas afirmações, acrescentava o jornal «República». «Em Outubro de 72 escreveu o deputado o seu artigo. Em Outubro de 72, foi tornado público que a ITT queria explorar as verdes pastagens dos Açores. Coincidências? Ironia do destino?».

Sobre o assunto ITT, o mesmo jornal transcreve ainda afirmações daquele deputado em entrevista concedida ao Emissor Regional dos Açores:

«Quanto a mim, o famoso memorial (leia-se memorial da ITT), que deu origem a toda esta discussão que está em curso, apresenta o projecto da empresa dum forma muito sumária». Acrescenta ainda que «agir apenas por receio ao estrangeiro, também não parecia razoável».

Mota Amaral, parece ter pretendido aqui, muito cuidadosamente, acalmar alguns agrários e certos industriais dependentes de produtos da terra, que viam ruir os seus inte-

resses com a entrada da ITT, e, em contrapartida, defender veladamente o investimento estrangeiro.

Entretanto, um tal Soares Botelho, correspondente do «Expresso» em Ponta Delgada e redactor da revista «Rumo», quando o seu chefe de redacção se chamava Mota Amaral, informava aquele jornal do seguinte modo: «O Grupo-síntese da Comissão de Planeamento dos Açores deu parecer favorável à pretensão da ITT» e, mais adiante «Do Grupo-síntese fazem parte lavradores, pelo que é de presumir que a lavoura açoriana nada tem, em princípio, a opor ao projecto ITT, que, ao que se pensa, se localizará essencialmente na ilha de S. Miguel» (7).

Como se sabe, outros deputados da ANP e outros interesses, ligados à linha da «continuidade» encarregaram-se na altura, de travar o projecto ITT. É pois nesta contradição entre as forças mais conservadoras (ligadas essencialmente à terra) e a burguesia monopolista que residirá a viabilidade ou não, do famoso «plano de arranque» da autoria do Governo Regional, que levará certamente a uma abertura ao capital estrangeiro. É no entanto de salientar que esta facção tem a seu favor as forças reacçãoárias do continente (mesmo os grandes agrários despeitados e os grupos monopolistas desalojados do poder económico) e do imperialismo, que jogam nos Açores a recuperação do sistema capitalista em Portugal, tanto através da desestabilização como de pressões diversas, respeitando um processo chamado «experiência social-democrática do PPD».

Finalmente e apenas para lembrar o paraíso de Mota Amaral — Porto Rico, via Açores — refira-se que o Pentágono, a CIA e a AID utilizam Porto Rico para variados e celestiais fins, nomeadamente: alvo de experiências com bombardeiros aeronavais, depósitos de munições, experiências com desfolhantes de selvas tropicais (conhecidos por herbicidas, arbusticidas, etc.) utilizados inclusivamente no Vietname treino de contra-revolucionários para actuação em diversos países onde se impõe a desestabilização, instalações militares ocupando 13 por cento da área sobre terrenos dos mais férteis, esterilização de mulheres e homens com apoio da AID, instalação de indústrias poluentes e obtenção de sangue humano barato, cujo negócio é altamente rentável nos EUA.

Referindo ainda este paraíso, não resistimos à transcrição de afirmações do ministro da Economia de Porto Rico (8): «O índice de desemprego ascende a 24,2 por cento e tende a aumentar ainda mais. As perspectivas para aliviar a situação dependem do que acontecer à economia norte-americana — explicou Silva Recio, ao reconhecer que a economia do seu país é uma das mais dependentes do mundo. Isto acontece — acrescentou — porque em Porto Rico se exporta quase tudo o que se produz e se importa quase tudo o que se consome».

Este é pois o «paraíso» de Mota Amaral.

PLANO DE ARRANQUE

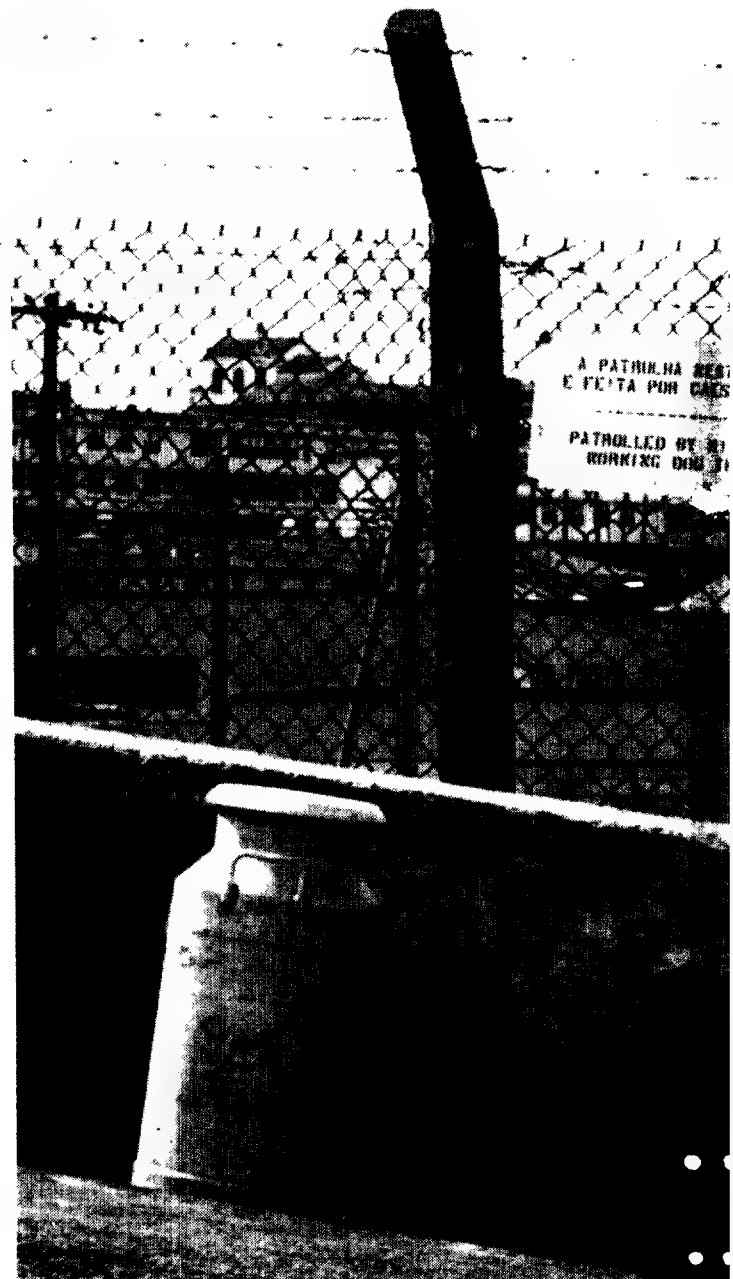
Para melhor compreendermos o «plano de arranque» divulgado na 1.ª «conversa em família» do actual presidente do governo açoriano, temos de

o relacionar com o estrebuchar da burguesia açoriana em movimentos separatistas, camuflados ou não de autonomia — não a autonomia desejável, necessária e até constitucional mas a autonomia selvagem e terrorista que, em determinada fase, aproveitando demagogicamente o real descontentamento das classes mais exploradas durante o fascismo, conseguiu a adesão de parte da pequena burguesia e de alguns agricultores pobres.

Vejamos então alguns episódios referentes ao comportamento do PPD açoriano ao longo do processo de autonomia-separatismo.

dência dos Açores (10). Refira-se que aquela Junta era dominada por elementos afectos ao PPD açoriano e que um dos seus elementos defendeu a compra directa de tabaco à Rodésia — José Pacheco de Almeida — hoje, secretário regional dos Transportes e Turismo.

Mas, a actuação do PPD açoriano sob a chefia de Mota Amaral, não deixa qualquer margem de dúvidas quanto à sua prática separatista. Ainda na última campanha eleitoral, os seus militantes de Ponta Delgada arrancaram a palavra Portugal dos cartazes de propaganda nacional daquele partido, antes de procederem à



A base americana das Lajes é das realidades controversas da de Mota Amaral propôs-se negociá-la directamente com os E. U. A.!

Um grupo de professores de Ponta Delgada acusa a intromissão directa do PPD açoriano — por intermédio de Mota Amaral — na actividade sindical, como manobra divisionista da classe. Por sua vez a Comissão Coordenadora da Associação Provisória dos professores do distrito de Ponta Delgada, estranha que professores primários anunciem uma reunião com a presença e sob a tutela de uma pessoa estranha ao professorado — Mota Amaral, do PPD — o mesmo que em Outubro passado havia feito uma campanha pseudo-eleitoral sob o signo da sua amizade com Marcelo Caetano (9).

Segundo o «Portuguese Times», a Junta Governativa dos Açores inclui elementos que defendem a indepen-

sua colagem (11). Aliás, esta informação foi divulgada oportunamente em comunicados do PS.

Entretanto, Mota Amaral, em mesa-redonda levada a efeito pelo «Expresso», afirmava: «O desejo de independência é um sentimento generalizado da população dos Açores» (12). Igualmente em vésperas das eleições presidenciais foi acusado de excitar as populações numa comunicação que fez através da RTP Açores (13).

Segundo Jaime Gama, «... o estatuto de autonomia dos Açores — elaborado por uma comissão técnica nomeada pela Junta Regional — não passa de uma plataforma de entendimento entre a FLA, o PPD e o C. D. S. açoriano». E, mais adiante diz «...bastante sin-

AÇORES ?

mático que no preâmbulo desse documento se faça o elogio rasgado dos benefícios do movimento separatista». (14).
Veja-se no entanto a conjugação perfeita entre o separatismo e o terrorismo. Sabe-se que actos de banditismo estão a ser preparados pelos separatistas (integrados no PPD e CDS locais) para o Verão que se aproxima. No dizer dos terroristas, «trata-se de demonstrar ao mundo, através dos turistas, que os açorianos lutam pela independência!» (15).

Que linda democracia esta elogiada pelo próprio secretário-geral do PPD — Sá Carneiro. Ouçamo-lo: «O PPD vai

democraticamente legitimados», Mota Amaral faz uma hábil apelo à «colaboração dos trabalhadores com os patrões, à união das ilhas entre si e da população com o governo».

No sector público, recorrerá: «... aos recursos do orçamento regional; os facultados pelos órgãos de soberania (neste ponto talvez não interesse muito a independência!) e, o auxílio económico e financeiro de países estrangeiros». No sector privado, «A metodologia social-democrata do governo regional reclama e valoriza a participação da iniciativa privada» e, acrescenta «Relativamente ao sector privado, o plano de arranque terá natureza indicativa e não imperativa».

Fica assim aberta a porta ao investidor que das mais diversas paragens do mundo queira fazer dos Açores o paraíso social-democrata, à imagem e semelhança de Porto Rico, «... sem natureza imperativa» nem «...interferência espúrias» (naturalmente que de Lisboa).

O que torna mais curioso tudo isto, é que se diz ser esta política realizada em nome da melhoria de condições de vida dos mais necessitados, pois como afirma Mota Amaral, com humor, «Precisamos de arranjar os Açores desta situação lastimosa, a que nos conduziu décadas — ou, talvez melhor, séculos — de abandono, de exploração, de mau sistema de governo». Cabe-nos indagar com quem colaborava nessa altura, o autor desta afirmação!...

Mas, defender as classes menos protegidas através dessa apregoada via, tem muito que se lhe diga, pois os sintomas da investida estrangeiras já se fazem sentir pela própria mão do governo regional. É ou não verdade que o norte-americano Norman Bailey, actual director do Centro de Estudos de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, foi encarregado de estudar um plano de «desenvolvimento» para a região? É ou não verdade que técnicos da AID, onde um dos elementos reconhece publicamente a presença da CIA, divagam pelos Açores, dando a entender que só agora descobriram as ilhas para as ajudar? É ou não verdade que se multiplicam o vai-vém de técnicos e conselheiros, banqueiros e psicólogos dos EUA?

Vejam alguns exemplos: — «A fim de estudar as carências psicológicas da população do distrito da Horta, encontra-se em: e nós o dr. Carlos Amaral, formado em medi-



A miséria, o subdesenvolvimento, são constantes das populações das ilhas, onde faltam as infra-estruturas minimamente desejáveis

cina psicológica, radicado em New Bedford, USA» (17).

— Numa entrevista no «Portuguese Times», conduzida por Mário Vargas e Ernest Ladeira de Fall River e, transcrita no jornal «Açores» de 13/10/76, pode ler-se: «Tentarei dentro da medida do possível fomentar a indústria de lá, e para tal já me reuni com sete ou oito industriais meus conhecidos, incentivando-os para que se desloquem aos Açores e observarem pessoalmente como lá se trabalha. Se existem empresas americanas em tantas terras, mormente em Porto Rico, não vejo a razão porque estas não se possam estender também ao arquipélago açoriano». E, mais adiante, à pergunta «se tinha encontrado nos açorianos aquela ideia de independência que há tempos prevaleceu» respondeu: «Não. Há um ano e tal quando o governo de Lisboa estava na iminência de cair no comunismo, estou de acordo em que os açorianos exigissem a sua independência e, neste sentido, eu os aplaudia. Não ao comunismo! Agora, com um governo democrático, concordo com apenas uma autonomia, mas no sentido exacto da palavra. Repito, não ao comunismo...».

No mesmo jornal «Açores», havia outra transcrição do «Portuguese Times», relatando alguns promenores da projectada visita de Mota Amaral aos

E. U. A. e declarações suas de que a ida a Fall River, onde vive Ernest Ladeira, na data prevista, teria de ser adiada, devido à discussão na Assembleia Regional do Orçamento.

Para fiktizar, transcrevemos de «O Milhafre» a seguinte passagem bem significativa:

«A luta entre a influência do chefe do Governo e os representantes de Lisboa (ministro da República e comandante chefe) vai ser a da evolução do processo histórico açoriano. O que vencer a querela, vai ditar a paz ou a guerra no ter-

ritório açoriano». E, noutro passo, «Resta finalmente o Governo de Lisboa que tudo fará para que o seu partido mande aqui. E nada impedirá de o tentar. A não ser a FLA».

A nós resta-nos transcrever as palavras duma simples e ansiosa camponesa da ilha do Pico:

«Será verdade que o Mário Soares nos abandonou?».

J. A.

Notas:

(1) — «República» 14/10/75; Seara

nova de Agosto de 74 e outras fontes.

- (2) — Veja-se o n.º 1 do jornal fascista-separatista «O Milhafre», cujo director é o conhecido ex-ANP José de Almeida
- (3) — «Expresso» 13/10/73
- (4) — «Expresso» 20/10/73
- (5) — «Expresso» 5/1/74
- (6) — «República» 19/9/73
- (7) — «República» 27/9/73
- (8) — «República» 19/9/75
- (9) — «República» 24/5/74
- (10) — «A Capital» 1/9/75
- (11) — «O Diário» 7/5/76
- (12) — «Expresso» 14/2/76
- (13) — «O Diário» 7/5/76
- (14) — «Diário de Lisboa» 27/2/76
- (15) — «O Diário» 12/6/76
- (16) — «Diário de Lisboa» 3/7/76
- (17) — «Correio da Horta» 2/6/76



política açoriana: o governo

realizar nas ilhas uma experiência social-democrática, primeiro passo da social-democracia por tuguesa servindo como exemplo e testemunho da viabilidade deste caminho para o caso português (16).

Referia-se ainda que o actual líder do PPD na Assembleia Regional José Nuno de Almeida — é um acérrimo separatista, comprovado quer pelos seus escritos, quer pelo emblema separatista da FLA que ostenta descaradamente.

É pois neste contexto que surge o já referido «plano de arranque» de Mota Amaral.

Para os bons êxitos deste plano, isto é, para se alcançar «...uma política de desenvolvimento regional, definida e prosseguida sem interferências espúrias, pelos órgãos de governo próprio dos Açores

ENFERMEIRAS (OS) AUXILIARES E ESTUDANTES DE ENFERMAGEM

Ja esta a venda o novo livro «ENFERMAGEM MEDICA» da colecção

«Manuais de Enfermagem» Volume anterior: «Higiene Individual e Saúde Pública»

Em todas as livrarias Uma edição de

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria Vieira, 7

A JOFRAMA TEM UM SENSACIONAL LOTE DE LENÇÓIS DE FLANELA - 100 % ALGODÃO

São 40 000, mais quentinhos que um cobertor.

PARA VENDER A MENOS DE METADE DO SEU VALOR

Jogo de Cama de 1 Pessoa	— 1 lençol 1,6x2,7 a 110\$	JOGO completo 265\$
	— 1 lençol de baixo a 110\$	
	1 almofadão a 45\$	

Jogo de Cama de Casal	— 1 lençol 2,2x3 a 175\$	JOGO completo 440\$
	1 lençol de baixo a 175\$	
	2 almofadões a 45\$	

Lençol 1,8x2,0	— 150\$	OCASIÃO ÚNICA DE COMPRAR BARATO
» 2,4x3	— 180\$	

ESTE É MAIS UM BRINDE DA JOFRAMA O CAMINHO DA AUSTERIDADE PASSA PELOS NOSSOS PREÇOS

JOFRAMA

SEDE — RUA DOS FANQUEIROS, 226 - 232 (frente à Rua da Assunção)

FILIAIS: RUA JOÃO DAS REGRAS, 4 - B (junto à Praça da Figueira)

RUA DA MADEIRA, 203 - 217

Telefones: 86 28 99 - 87 21 56 - 87 33 40 - 86 85 72

— LISBOA - 2

ENVIAMOS A COBRANÇA PARA TODO O PAÍS

Estrangeiro

Social-Democracia, caminho para o Socialismo?

ARTUR HORTA

«Quando fizeram experiências de Poder, os partidos socialistas de então (pós-guerra de 1914-18) limitaram-se, por assim dizer, a gerir, a serem bons gestores do capitalismo, e perderam assim parte do seu prestígio. (...) Nem todas as experiências dos partidos socialistas daquela época foram, porém, negativas.

Há experiências positivas, e uma delas, que me apraz assinalar, é a do Partido Social-Democrata sueco, que conseguiu fazer sair a Suécia de uma situação de subdesenvolvimento, de tal modo que este país é hoje um dos mais avançados do ponto de vista da democracia política, da democracia económica e da democracia cultural, criando condições materiais e culturais para uma passagem pacífica para formas de um socialismo avançado e democrático que até hoje não existe».

Das declarações do secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, ao «DL», publicadas em 26/10/76

A opinião acima expressa, fundamenta-se num conceito amplamente divulgado entre nós, misto de realidade e de ampliação, a que se poderá chamar «Capitalismo de Rosto Humano», mas certas pessoas, por desconhecimento ou por desejo de confundir ideias, esforçam-se por apelidar de «socialismo». Pretende-se assim, emprestar à realidade sueca, uma feição que esta não tem na realidade. Estou lembrado de um compêndio de Organi-



A escola tem um papel mais importante na educação dos filhos do que têm os próprios pais



O entretenimento dos fins-de-semana...

zação Política e Administrativa da Nação, para uso dos alunos do 3.º ciclo do liceu, onde se definia o sistema sueco como «Socialismo Moderado, ou Socialismo Propriamente Dito». Descontando as circunstâncias históricas (salazaristas) em que tal compêndio foi escrito, não há dúvida, porém, que tal ideia a respeito do socialismo continua a subsistir. Não será menor dos perigos deste conceito, o de confiar na «via pacífica para o socialismo», pelo facto de «já ter resultado»... Consequência da necessidade de não confundir conceitos, é a de procurar analisar as causas próximas ou remotas de tal confusão, é, em suma, ver até que ponto é humano o rosto do capitalismo sueco.

O quotidiano Sueco. Forma mais primária de organização social, a família sueca constitui um elo de uma cadeia pouco comunicante. Mesmo no interior de cada elo-família, as relações entre os seus membros não se efectuam na base de um entendimento afectivo perfeito. Não será alheio a tal facto o sistema educacional praticado neste país. Numa sociedade em que grande parte dos casais tem uma actividade profissional em tempo inteiro, as crianças, depois dos seis meses de idade, são colocadas grande parte do dia em infantários (Barnmamma), privados ou municipais, até à idade de entrarem para a escola. Pode dizer-se, sem exagero, que a escola tem uma participação mais activa na educação das crianças do que os pais (um pouco à semelhança do que já se vai encontrando por Portugal, em certos meios, embora estejamos praticamente no início).

A autoridade paterna é bastante restringida por lei. Por curiosidade, pode citar-se o facto de ser frequente ouvir-se crianças, para fugir a um outro castigo corporal mais severo, declarar aos pais que iriam queixar-se à Polícia.

A escolaridade mínima obrigatória é de 9 anos, a partir dos 7 anos de idade. Há pequenas diferenciações nos 2 últimos anos, atendendo aos cursos que se pretenda seguir posteriormente, ou à actividade profissional a desenvolver. De qualquer modo, mesmo que não venham a continuar os estudos, os jovens já foram suficientemente educados (ou condicionados...) para a vida numa organização social muito peculiar...

A partir dos 18 anos, os jovens podem sair de casa, e a maior parte deles fá-lo, após arranjar emprego. As tão faladas aulas de educação sexual (a principiar por volta dos 11-12 anos) não são mais do que descrições do funcionamento dos órgãos sexuais e dos cuidados sanitários a ter, assim como de noções de contracção. Durante o período escolar não há, verdadeiramente, nenhuma disciplina em que se procure educar sexualmente os alunos. Apenas em casos claramente patológicos se verifica que um professor indique ao aluno a necessidade de consultar o *kurator* (assistente social), existente em todas as escolas. A partir dos 15 anos, há liberdade sexual, e as questões relacionadas com a prática sexual são encaradas de uma maneira natural. No entanto, tal liberdade não contraria a união permanente (legítima ou ilegítima), antes a facilita, pela eliminação de tabus ou preconceitos. Lá como cá, todo o ser humano tem horror à solidão, sente necessidade de construir um lar.

Constituída a família, completa-se o processo de integração: a partir daí, todas as aspirações de um casal se resumem a uma vida calma, desafogada, próspera. Os ritmos de trabalho elevados, característicos de quase todas as actividades profissionais, impedem-nos, durante os dias úteis da semana, de pensar noutra coisa que não seja trabalhar e descansar. Complemento indispensável do seu descanso, é a televisão: é espantosa a importância de tão poderoso meio de informação, na vida de todo o pacato cidadão sueco! Para além da fascinação exercida pela imagem colorida, a televisão constitui, para muita gente, um autêntico substituto da sua consciência individual. Veículo de cultura ou de alienação (conforme as circunstâncias), a sua esfera de influência é enorme: lança campanhas para influenciar a opinião do público e apresenta-se como «a expressão da opinião pública»; mitifica a sociedade sueca, elevada ao nível da mais perfeita das sociedades humanas; é responsável, de parceria com os outros órgãos de informação, pela criação de um sentimento de superioridade, misto de racismo velado e de segregação social benevolente, que todo o

bom cidadão nascido neste país nutre pelos imigrantes.

Periodicamente, opera-se no espírito de todo o sueco (e sueca) uma curiosa transformação: a evasão dos fins-de-semana. Ansiosamente aguardados durante uma semana de trabalho esgotante, os fins-de-semana são como que «sorvidos até à última gota», com um entusiasmo que é bem a medida inversa do desprezo de um trabalho alienante. Assiste-se então ao «cair da máscara» da fleuma ou frieza que os caracteriza: procuram nos «dancings», algumas horas de aturdimento e de despreocupação; bebem, avidamente, buscando uma embriaguez que lhes empreste a alegria que normalmente não têm.

Complemento indispensável dos divertimentos, nos fins-de-semana, são as compras nos supermercados e nas lojas em geral, no mesmo período. É curioso como um povo, rico e próspero como este, frequentemente com problemas de excesso de rendimento familiar, consegue transformar em distração e entretenimento, uma actividade como aquela. Aliás, ao fazê-lo, nada mais demonstra que a sua perfeita integração na sociedade de consumo em que vive, onde se lhe «exige» que «deite para o lixo» os seus móveis, roupas, calçado, automóveis, quase novos, porque «já estão fora de moda»... (Na verdade, é preciso escoar os grandes níveis de produção industrial, para que a sociedade não entre em crise...).

Quando comparado com os degradantes níveis de vida dos países subdesenvolvidos, dir-se-ia estar-se num outro mundo... «outro mundo» cujas ramificações industriais, aliás, sabem servir-se muito bem do atraso desses países subdesenvolvidos, para os explorar... Sob este aspecto, é curioso referir que a quarta cidade industrial sueca é... S. Paulo, no Brasil, e que, nessa cidade, a Saab-Scania e a Volvo, já rivalizam entre si...

Elevado nível de vida, aburguesamento geral da população, indiferença por projectos ou ideologias revolucionárias, são algumas das características de um povo habituado a olhar sobretudo para si mesmo, nos estreitos limites das relações familiares. Por isso, as contestações aos excessos do fisco e da burocracia, situam-se mais na esfera das relações particulares, são a tradução de um mal-estar individual, não constituindo uma oposição sistematizada à organização social. (Nem se vê como isso poderia ser possível numa tal sociedade...).

INSTALADO NA AL. D. AFONSO HENRIQUES
(JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)

O PÚBLICO CONTINUA A APLAUDIR COM GRANDE ENTUSIASMO
A NOVA COMPANHIA DO MAIOR E MAIS ALEGRE ESPECTÁCULO DO ANO

CIRCO MARIANO
(O VOSSO CIRCO) EMP. HENRY TONY

TODAS AS NOITES, às 21.30

Venham ver em todos os espectáculos, a alegria das crianças e adultos

HEIDI, PEDRO, AVÓ ALP E YUKI

DUAS PARELHAS DE PALHAÇOS
«OS ELIZABETH'S E CAMPOS FILHOS»

1.ª vez em Portugal vindos directamente de Inglaterra

«OS ELEFANTES BEBÉS»



IMPORTANTE: NO CIRCO MARIANO, O MAIS LUXUOSO DE PORTUGAL, NÃO CHOVE, AS CADEIRAS SÃO ESTOFADAS E TEM AQUECIMENTO GERAL
ATENÇÃO: PREÇOS ESPECIAIS PARA ESCOLAS, COLÉGIOS E ORGANIZAÇÕES DE FESTAS. Contactar com HENRY TONY ★ Telef. 2911082 ou no CIRCO

- ESPECTÁCULOS TODAS AS NOITES, às 21.30 horas
- QUINTAS e SÁBADOS «MATINÉES», às 16.30 horas
- DOMINGOS e FERIADOS: 2 «MATINÉES», às 15 e às 18 horas
- PARA TODOS

(As bilheteiras abrem às 17 horas). — Dias de «matinéas» abrem às 11 horas

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA AFRICANA

Estrangeiro

MERCADO COMUM

Começa hoje em Haia a última cimeira do ano

HAIA, 29 (ANOP, FP, R e «DL») Com uma Europa «fortemente sacudida pelas tormentas económicas e monetárias», segundo uma expressão do presidente francês, Giscard d'Estaing, os dirigentes dos nove países do Mercado Comum Europeu iniciam hoje, em Haia, dois dias de uma reunião que será a última cimeira deste ano. Agenda: problemas económicos e relações com o Terceiro Mundo. Reunidos na Holanda, os representantes dos países membros da C.E.E. estarão também com o pensamento voltado para o Qatar onde, a 20 de Dezembro, os países da O.P.E.P., determi-

narão a taxa do esperado aumento do petróleo. Os diplomatas dizem que uma atitude «construtiva» e «compreensiva» dos Nove poderia fazer com que as nações reunidas na O.P.E.P., pelo seu lado, fossem «moderadas» no aumento das ramais.

Os chamados «observadores», entretanto, não esperam que um comunicado final anuncie o relançamento da projectada União Económica e Monetária, preconizada por Giscard d'Estaing na passada sexta-feira. Pois todos concordam que a hora não é de iniciativas para acelerar a construção europeia, sendo mais urgente dar

solução a problemas mais prementes e, sobretudo, fazer um balanço da situação, onde sobressaem economias em perigo, moedas errantes, ameaça nos custos da energia e o fantasma de cinco milhões de desempregados, número que poderá ser agravado com mais despedimentos.

A Comunidade Europeia vai também fixar a sua política sobre as exportações japonesas para o Mercado Comum. Neste capítulo, os ingleses consideram insuficientes as garantias dadas por Tóquio e estarão dispostos a formar uma «linha dura» nesta cimeira de Haia.

AS «AJUDAS» DO F.M.I. A LONDRES

Condições inaceitáveis para a economia britânica

LONDRES, 29 (R) O chanceler do Tesouro (ministro das Finanças), Denis Healey, discutiu com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, William Simon, problemas relacionados com o pedido da Grã-Bretanha de um crédito permanente de 3,9 biliões de dólares segundo revelaram hoje fontes bem informadas.

Os dois ministros tiveram ontem em Londres discussões durante duas horas e as mesmas fontes disseram que Healey afirmou que o Governo trabalhista não chegara ainda a acordo com os inspectores do Fundo Monetário Internacional, que se encontram na capital britânica, acerca das condições do empréstimo.

O ministro britânico sugeriu que os termos pretendidos pelos homens do FMI prejudicariam a economia do País, declararam as fontes.

Essa sugestão está a ser interpretada em Londres como significando que a Grã-Bretanha estava a ser pedida para efectuar reduções enormes nas despesas públicas que aumentariam o desemprego atingindo agora 5,8 por cento da população que trabalha — e diminuiria a produção industrial e os investimentos.

Sabe-se que o gabinete britânico se encontra dividido acerca das medidas necessárias para iniciar uma recuperação económica. Um dos seus

membros, o ministro do Meio Ambiente, Peter Shore, declarou ontem numa Radiodifusão que grandes reduções nos gastos governamentais seriam «um acto estúpido de loucura».

Simon, efectuando uma escala no fim da semana para visitar Londres, deverá partir ainda hoje para Moscovo, onde vai assistir à sessão anual do Conselho Comercial e Económico dos Estados Unidos e URSS.

As conversações de Simon e a Healey juntaram-se ontem Edwin Yeo, subsecretário norte-americano do Tesouro para questões monetárias, e Harold Lever, conselheiro económico especial do primeiro-ministro James Callaghan, que visitou recentemente Washington.

Os directores do executivo do FMI para a Grã-Bretanha e Estados Unidos, William Ryrie, e Sam Cross, assistiram também às discussões.

Um informador da Embaixada norte-americana salientou que as conversações não eram uma sessão de negociação, mas notou que elas proporcionarão a Healey a apresentação de um quadro geral da situação económica britânica.

Além do pedido de empréstimo ao FMI as conversações abrangem a pretensão da Grã-Bretanha de auxílio internacional no valor de muitos biliões de dólares para consoli-

dar a capacidade volátil do esterlino, revelaram fontes britânicas.

Fontes afectas ao Governo britânico observaram que o Gabinete estudará ainda esta semana que probabilidades económicas, se existem algumas, serão necessárias para satisfazer as condições pretendidas pelo FMI ou pelos grandes associados industriais da Grã-Bretanha.

Observadores políticos aquardam que Healey anuncie novas medidas de austeridade em meados de Dezembro. As diferenças entre os ministros abrangem o volume das reduções propostas nos gastos públicos, com verbas entre um e dois biliões de libras sendo citadas geralmente como alvos possíveis.

Outros ministros, além de Shore, têm argumentado que reduções demasiado grandes seriam política e socialmente inaceitáveis para os influentes dirigentes sindicais e partidários trabalhistas.

É provável que Callaghan aproveite os seus encontros de hoje e amanhã com o presidente Valéry Giscard d'Estaing da França e o chanceler Helmut Schmidt da República Federal Alemã, na Cimeira Europeia, para insistir em apoio ao pedido de empréstimo da Grã-Bretanha, ao FMI e para auxílio ao esterlino, afirmaram fontes bem informadas.

trovadas que causaram enormes inundações.

Por outro lado, dá-se como certa a presença no comboio de alguns delegados que assistem à Conferência Geral da UNESCO, que decorre em Nairobi. Contudo a Rádio Quênia diz que é pouco provável que os delegados tenham sido directamente atingidos, uma vez que as carruagens de primeira classe e as carruagens-cama, não estariam entre as que submergiram nas águas. Na semana passada, um autocarro foi arrastado pelas águas, na mesma zona, morrendo o seu condutor.

Por outro lado, dá-se como certa a presença no comboio de alguns delegados que assistem à Conferência Geral da UNESCO, que decorre em Nairobi. Contudo a Rádio Quênia diz que é pouco provável que os delegados tenham sido directamente atingidos, uma vez que as carruagens de primeira classe e as carruagens-cama, não estariam entre as que submergiram nas águas. Na semana passada, um autocarro foi arrastado pelas águas, na mesma zona, morrendo o seu condutor.

Por outro lado, dá-se como certa a presença no comboio de alguns delegados que assistem à Conferência Geral da UNESCO, que decorre em Nairobi. Contudo a Rádio Quênia diz que é pouco provável que os delegados tenham sido directamente atingidos, uma vez que as carruagens de primeira classe e as carruagens-cama, não estariam entre as que submergiram nas águas. Na semana passada, um autocarro foi arrastado pelas águas, na mesma zona, morrendo o seu condutor.

Por outro lado, dá-se como certa a presença no comboio de alguns delegados que assistem à Conferência Geral da UNESCO, que decorre em Nairobi. Contudo a Rádio Quênia diz que é pouco provável que os delegados tenham sido directamente atingidos, uma vez que as carruagens de primeira classe e as carruagens-cama, não estariam entre as que submergiram nas águas. Na semana passada, um autocarro foi arrastado pelas águas, na mesma zona, morrendo o seu condutor.

VICE-MINISTRO SOVIÉTICO

RECEBIDO CALOROSAMENTE EM PEQUIM

Em «atmosfera extremamente calorosa» (palavras da AFP) decorreu a recepção no Aeroporto de Pequim em homenagem ao chefe da delegação soviética ido à capital chinesa para negociações fronteiriças com a China. O vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Ilytchev, foi recebido de modo muito cordial pelo seu homólogo chinês, Yu Chan, que com ele vai continuar as negociações em curso desde 1969. Um aperto de mão, grandes sorrisos sublinharam boas-vindas.

Esta cena decorrida no Aeroporto Internacional de Pequim lançará, se for seguida de actos concretos, muita angústia e muito regozijo em todo o mundo. Angústia naqueles que têm explorado o conflito sino-soviético, seguindo a velhíssima receita de dividir para reinar. Regozijo em todos quantos neste mundo, pejado de injustiça e emperrado na exploração do homem pelo homem, anseiam pela paz, pelo progresso, pelo socialismo. Se pudesse ressuscitar dos mortos um dos que rejubilaram com a normalização sino-soviética seria o grande estadista chinês Sun Yat Sen. No seu mausoléu no «Templo das Nuvens de Azul» em Piyunshi, não longe de Pequim, podiam ler-se há dez anos as palavras testamentárias por ele legadas ao seu povo sobre as relações com a União Soviética. Se os homens ainda de lá não as riscaram, elas poderão continuar a ser lidas pelas jovens gerações. Na sua mensagem, o primeiro presidente da República chinesa falava de uma nova China poderosa que constituiria um factor de influência posi-

tiva para a situação internacional. Mas punha em destaque a necessidade para o povo chinês de conservar e defender a amizade com o povo soviético. A verdade é que as possibilidades abertas pela via socialista só adquirirão a sua plenitude na cooperação com o mundo exterior, sem a qual dificilmente uma economia tão atrasada como a da China prerrevolucionária poderá dar um salto verdadeiro para a fase socialista avançada. O concurso da URSS e dos restantes países do campo socialista é uma das conquistas máximas dos povos que hoje enveredam pelo socialismo, e que podem percorrer as várias etapas da via para o comunismo em circunstâncias bem mais propícias que as do primeiro Estado socialista da História. Em Janeiro de 1975, Chu En-lai assinou concretamente a tarefa da transformação da China num Estado socialista desenvolvido. No discurso que então pronunciou perante a Assembleia Nacional dos Representantes do Povo da China preconizava a normalização de relações sino-soviéticas de Estado para Estado e o alargamento das relações económicas exteriores da China. Estas teses têm vindo a ser ultimamente reafirmadas na imprensa chinesa. Há que recordar, aliás, que há 27 anos quando Pequim encetou a sua revolução socialista, a cooperação com a URSS numa base planificada mutuamente vantajosa foi essencial para os êxitos obtidos.

A queda do «bando dos quatro» pode marcar — e parece ter marcado — a derrota de métodos económicos totalmente errados, em que as decisões volun-

taristas foram coroadas pela recessão e pelo afrouxamento do ritmo do desenvolvimento. Entre essas decisões podemos citar a recusa à utilização de material e equipamento estrangeiro. Todos os que ousavam propugnar a cooperação internacional eram atacados de servilismo ante o estrangeiro, ainda que pretendessem apenas importar material planificadamente e com um fim muito concreto em vista. A «recepção calorosa» feita agora ao dirigente soviético parece vir na linha da importante mensagem enviada por Pequim a Moscovo por ocasião do aniversário da revolução de Outubro. Nesse texto os dirigentes chineses afirmavam que as questões secundárias que separam a China da URSS não entrariam nas relações de Estado para Estado entre ambos os países e que essas relações se desenvolveriam na base de cinco princípios: respeito recíproco, soberania e integridade territorial; não agressão recíproca, não ingerência nos assuntos internos de cada qual, igualdade, vantagem mútua e coexistência pacífica.

Em temas de tão decisiva importância para a marcha do mundo como a este das relações entre os dois gigantes do socialismo as notícias pequenas, as brisas subitas de mudança têm de ser encaradas como tal. Pequenos factos concretos, que no seu quase silêncio, valem muito mais que o forte crocitar dos corvos que apostam no ódio e na destruição. Por hoje as notícias são estas, ténues mas reais como um desenho oriental.

ALICE NICOLAU

Caleidoscópio

CAMBERRA, 29 (R) As autoridades comerciais e industriais da Austrália mostram-se hoje confiantes em que as exportações do país aumentariam a seguir à desvalorização de 17,5 por cento do dólar australiano, ontem, à noite. Contudo, poucas esperanças vislumbram de uma expansão do comércio com a Grã-Bretanha.

As acções das minas de níquel, ouro, cobre e ferro registaram hoje subidas substanciais na bolsa de valores. Afirma-se que dirigentes industriais estão a planejar campanhas conjuntas de vendas no estrangeiro para aumentar as exportações da Austrália. Entretanto, a Nova Zelândia desvalorizou também a sua moeda em sete por cento.

ROMA, 29 (R) As agências noticiosas nacionais italianas encerraram esta manhã por 24 horas quando operadores de telex entraram em greve, na primeira fase de uma paralisação nacional que amanhã envolverá sete milhões de trabalhadores industriais. As agências noticiosas foram hoje atingidas, bem como os jornais, para evitar que os periódicos saíam amanhã. A greve foi convocada pelas três principais confederações sindicais italianas para protestar contra as medidas de austeridade do governo para combater a inflação.

ter a inflação, a crise económica e um grande défice na balança de pagamentos.

PARIS, 29 (ANOP) Personalidades gaullistas afirmam que as bases do partido apoiam completamente a decisão de transformar numa associação política agressiva e de eleger Jacques Chirac como seu primeiro presidente em domingo.

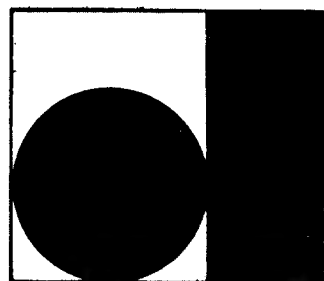
TELAVIVE, 29 (ANOP) O ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Yigal Alon, considera que o governo libanês é responsável pela manutenção da ordem na região entre a fronteira israelita e a linha avançada das forças sírias que ocupam o resto do Líbano.

Entretanto, o diário «An-Nahar» de Beirute escreve que a progressão da força de paz árabe no Sul do Líbano começará nos próximos dias depois de uma «combinação» concluída com Israel por intermédio dos Estados Unidos.

NOVA YORK, 29 (ANOP) O «Glomar Explorer», um navio mandado construir pelo multimilionário Howard Hughes e utilizado pela CIA, conseguiu retirar um submarino soviético, com os seus mísseis de ogiva de hidrogénio, de uma profundidade de cerca de 4.800 metros, no Oceano

Central nuclear ameaçada a bomba

VARBERG (SUÉCIA), 29 (ANOP) «Colocámos explosivos perto da Central Nuclear de Ringhal. Este é o nosso último aviso. Da próxima vez, a central será destruída». Este foi o teor de um telefonema recebido por um jornal sueco, ao alvorecer de ontem. Pouco depois, a Polícia descobria mais de 25 quilos de explosivos perto desta central nuclear, após três horas de incansáveis buscas. A bomba estava armada numa bilha de gás. A central de Ringhal está localizada a 70 quilómetros de Gotemborg.



decorama
iluminação moderna
... diferente

DESCARRILAMENTO NO QUÊNIA
• 300 mortos não confirmados

NAIROBI, 29 (ANOP, FP, R e «DL») Centenas de pessoas morreram esta madrugada, no descarrilamento do expresso Mombaca-Nairobi. O acidente ocorreu às 2, 20, hora local, em Kathekani, perto da cidade de Voi. A Rádio Quênia noticiou que, pelo menos cinco carruagens de segunda classe, transportando cada umas 70 pessoas, saltaram dos carris, despenhando-se nas águas revoltas de uma inundação, ficando os vagões completamente submersos. O comboio transportava aproximadamente 600 passageiros e os primeiros balanços apontam para um número de mortos.

Entretanto, autoridades ferroviárias desmentiram que as carruagens estivessem submersas e que as informações sobre centenas de mortos «eram falsas». Ao mesmo tempo, dirigentes dos serviços nacionais de salvamento disseram que, após cinco horas, as carruagens ainda estavam totalmente submersas e que, tanto de Mombaca como de Nairobi, haviam partido brigadas de socorro.

Voi, o local do acidente, está localizado a 320 quilómetros de Nairobi, em plena área de caça grossa. Durante os últimos dias a zona tem sido fustigada por chuvas torrenciais,

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DEFENDERÃO COM ÊXITO A SEMANA INGLESA E O DESCANSO AO DOMINGO

O fascismo reprimiu, resistiu e violou, sempre, as lutas, as reivindicações e as conquistas dos trabalhadores do comércio (e de todos os outros trabalhadores do País) em especial a sua importantíssima aspiração que foi sempre a semana inglesa e o descanso ao domingo.

A luta dos trabalhadores do comércio por estes objectivos vem, de longe. Já em 1911 os Caixeiros de Lisboa lutaram por aquelas importantes reivindicações, paralisando o trabalho, fazendo concentrações e greves que levaram à demissão do próprio ministro do Interior.

Nos últimos anos do fascismo a luta dos trabalhadores do comércio pela semana inglesa e o descanso ao domingo assumiu proporções de grande envergadura, que teve o seu ponto mais alto quando da grande concentração dos Caixeiros de Lisboa em 15 de Março de 1971, junto do Palácio de S. Bento.

A semana inglesa e o descanso ao domingo é hoje uma conquista generalizada dos trabalhadores do comércio, de grande alcance social, que lhes veio proporcionar a possibilidade do convívio normal com as famílias, o aumento de tempos livres nos fins-de-semana, com reflexos positivos em especial para as mulheres que trabalham, para os jovens que estudam e, também, para uma maior inserção e participação de todos na vida social e política do País.

NÃO ÀS PRETENSÕES DO GOVERNO PELA DEFESA DA SEMANA INGLESA UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores do Comércio, para um plenário geral de trabalhadores, a realizar segunda-feira, dia 29 de Novembro, pelas 21 horas, no SALÃO DO INATEL em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — PERÍODOS DE ABERTURA/SEMANA INGLESA
- 2 — 13.º MÊS EM TÍTULOS DE TESOURO
- 3 — QUOTIZAÇÕES AOS SINDICATOS
- 4 — INFORMAÇÕES

Santarém, 25/11/76

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

PLENÁRIO DE TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO C. C. T. ARMAZENISTAS DE MERCEARIA, BATATA, AZETE E FRUTAS

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores abrangidos por este C. C. T., para um plenário a realizar no próximo dia 2 de Dezembro, pelas 21 horas, NA UNIÃO SINDICAL DE TORRES NOVAS, para:

- 1 — INFORMAÇÕES SOBRE O C. C. T.
- 2 — FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PARA LUTAR

Santarém, 25 de Novembro de 1976

A DIRECÇÃO

Camarada,

Junto enviamos uma cópia do comunicado emitido pelos sindicatos outorgantes do C. C. T. ARMAZENISTAS DE MERCEARIA, BATATA, AZETE E FRUTAS.

Como podes verificar pelo mesmo, as associações patronais têm utilizado todo o tipo de manobras para se furtarem a sentar-se à mesa das negociações. Os ordenados auferidos pelos trabalhadores deste sector já por si são miseráveis e com o aumento do custo de vida a subir em flecha como está a acontecer qualquer dia têm de comer do ar.

É no sentido de nos organizarmos para evitar que amanhã comas do ar que apelamos para que não faltes ao plenário do dia 2.

COMPARECE!
PODE ESTAR EM JOGO A TUA SOBREVIVÊNCIA

Estrangeiro Um "pivot" chamado Angola

THIAGO MASSINGA

MAPUTO, (IPS) — A virtual admissão da República Popular de Angola na Organização das Nações Unidas foi saudada nos meios políticos africanos como um significativo indício de quais podem ser as orientações da política pós-Kissingeriana no Cone Austral do continente.

Na noite de 22 os Estados Unidos mudaram o seu voto para abstenção quando, no Conselho de Segurança da ONU, foi submetida a votação a proposta dos representantes africanos — Líbia, Benin e Tanzânia — para que fosse reconsiderada a admissão de Angola, que fora objecto do veto dos Estados Unidos no passado mês de Julho. O caminho para que se converta no estado 146 daquela organização internacional está agora aberto.

O representante norte-americano na organização, William Scranton, salientou que a abstenção se baseava no «respeito pelos desejos expressos pelos nossos amigos africanos», um factor que antes das últimas eleições presidenciais não teria sido tomado em conta com tanta atenção.

Os meios diplomáticos desta capital indicam, no entanto, a necessidade de aguardar mais algumas semanas antes de prognosticar a profundidade da nova atitude dos Estados Unidos: entretanto, afirmam, ver-se-á se, em atenção aos amigos africanos (e em resultado da passagem do poder para Jimmy Carter), as autoridades de Washington também exercem os seus bons ofícios para que cessem as acções de sa-

botagem contra o regime angolano da guerrilha da FNLA, financiada, treinada e orientada pelo Governo pró-norte-americano do Zaire de Sese Seko Mubutu.

A mudança dos Estados Unidos do veto para a abstenção constitui sem dúvida uma vitória política do Governo angolano de Agostinho Neto, que obtém assim a formalização internacional absoluta da sua legitimidade.

As repercussões deste triunfo diplomático atingem globalmente a delicada situação da África Austral, onde se dirime agora a questão rodesiana, a independência da Namíbia e o regime político da África do Sul.

Estes problemas estão no centro das preocupações dos países independentes africanos, tanto como estava, até há dias atrás, a admissão de Angola na ONU, e o Governo racista de John Vorster tentou usar de todas as suas influências para que os Estados Unidos mantivessem o veto.

Alguns observadores políticos africanos afirmam, no entanto, que seria ilusório pensar que os Estados Unidos se renderam agora à evidência e se propõem coexistir pacificamente com Angola e com os movimentos de libertação da África Austral.

A atitude norte-americana, mesmo no caso de demonstrar maior profundidade do que a retirada do veto, pode pelo contrário ocultar o por em mar-

cha de novos métodos, na linha de uma estratégia não muito diferente da praticada até agora.

De acordo com esses observadores africanos, o custo que os Estados Unidos têm pago perante a opinião pública africana devido à sua atitude no Cone Sul do continente é demasiado alto para os excessos proveitos que até ao momento têm obtido: o Governo nacionalista moderado da Tanzânia e mesmo o pró-ocidental Quênia, por exemplo, foram forçados a marcar uma certa distância em relação a Washington.

A Conferência de Genebra sobre o futuro da Rodésia, por outro lado, aproxima-se do seu fracasso total e definitivo e, se as autoridades norte-americanas não abandonarem a sua política de apoio ao binómio racista de Salisbúria e Pretória, podem ver-se envolvidas contra os seus próprios desejos na estratégia de internacionalização do conflito impulsivada por Ian Smith.

Pelo contrário, se os Estados Unidos recorrerem ao antigo e mais flexível recurso do «New Deal» nas suas relações com o nacionalismo africano arriscam-se a perder a amizade de Smith e de Vorster, mas estarão em melhores condições de estabelecerem novas amizades valiosas com os seus eventuais sucessores e de deteriorar a sólida frente dos cinco países do chamado campo de batalha: Angola, Tanzânia, Zâmbia, Botswana e Moçambique.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS

CONVOCATÓRIA

Em conformidade com o art.º 10.º do Anexo I dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Delegados a reunir no próximo dia 9 de Dezembro de 1976, pelas 21 horas, NO SALÃO DO INATEL, sito no Campo Emílio Infante da Câmara, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — LEGISLAÇÃO DO TRABALHO
- 2 — CONGRESSO DOS SINDICATOS
 - a) Estatutos da Intersindical Nacional
 - b) Programa de Acção
 - c) Lei Sindical
- 3 — DIVERSOS

Santarém, 25 de Novembro de 1976

A DIRECÇÃO

Camarada,

O movimento sindical está a viver um momento particularmente difícil. As razões desta afirmação por demais conhecidas para que percamos tempo a enumerá-las.

Queremos, contudo, chamar a atenção para um facto em especial — O CONGRESSO DOS SINDICATOS. Este Congresso é um marco importante na história do Sindicalismo. Ele pode modificar substancialmente o rumo do Sindicalismo em Portugal.

Aos delegados cabe um papel importantíssimo na vida dos sindicatos. Eles actuam como elementos de ligação entre as direcções dos sindicatos e os trabalhadores por eles representados. A eles lhes compete representar o sindicato nos locais de trabalho, informar os trabalhadores da actividade sindical e estimular a participação activa dos trabalhadores na vida sindical.

Por tudo isto, camarada, esperamos que não faltes a esta assembleia. O que é de todos por todos deve ser resolvido. Não deixes que os outros resolvam os teus problemas, assume as tuas responsabilidades.

COMPARECE, DISCUTE, PARTICIPA

NOTA: O Sindicato suportará todas as despesas que efectuares para participares nesta assembleia.

Se tiveres meio de transporte, traz os que não têm. Se não tiveres contacta com os que têm.

Estrangeiro

29 de Novembro, festa nacional jugoslava

A colaboração técnico-científica entre Belgrado e os países em vias de desenvolvimento

DRAGAN MILOSAVLJEVIC

BELGRADO — Vários milhares de estudantes estrangeiros nas universidades jugoslavas, mais de 2000 peritos jugoslavos na África, Ásia e América latina, uma série de projectos comuns, alguns dos quais atingem um valor de algumas centenas de milhões de dólares, eis as marcas fundamentais da colaboração científico-técnica entre a Jugoslávia e os países em vias de desenvolvimento.

Neste momento, as empresas jugoslavas realizam trabalhos importantes, e concluíram 63 contratos em países em vias de desenvolvimento. Essa actividade fértil e útil na assistência aos países em vias de desenvolvimento representa há já dois decénios, um componente inseparável da política externa e interna da Jugoslávia. O ano passado, a colaboração técnico-científica aumentou 30 por cento devido à assinatura de novos acordos. É de esperar que tal tendência se mantenha este ano. Até ao fim do ano deverão ser assinados mais 14 contratos.

A escolaridade e as bolsas atribuídas aos estudantes estrangeiros dos países de baixo orçamento nacional é um dos aspectos da colaboração pre-

vista por tais acordos. Neste momento, uns 1500 estudantes dos países menos desenvolvidos são bolsiros na Jugoslávia. Neste Outono, a escolaridade de mais trezentos jovens dos países amigos de todos os continentes, será assegurada sem compensação. Os novos bolsiros chegam às Universidades jugoslavas, na base de um acordo entre as repúblicas e as províncias. Este Outono já não estão portanto debaixo da asa do fundo da federação, mas são hóspedes das instituições das repúblicas e das províncias. A mudança reside essencialmente no facto de a partir de agora todos os centros jugoslavos podem os meios de que dispõem e os seus melhores professores à disposição dos futuros engenheiros, médicos, agrónomos.

O ano passado, 213 jovens dos quatro cantos do mundo obtiveram na Jugoslávia os seus diplomas em várias especializações.

OS PERITOS, EMBAXADORES DA BOA VONTADE

Infelizmente a Jugoslávia não pode assegurar o número

de peritos que lhe é pedido pelos países em vias de desenvolvimento. Isto apesar de 2000 jugoslavos trabalharem hoje nesses países, em lugares de responsabilidade. A Líbia, por exemplo, pede nada menos do que 2000 médicos. Uns 450 estão actualmente a trabalhar nas três clínicas melhor equipadas da Líbia, onde são excepcionalmente apreciados.

A tecnologia jugoslava e os resultados da sua ciência, assim como o equipamento das suas fábricas, estão cada vez mais presentes nos países em vias de desenvolvimento. Um exemplo característico é a participação da indústria alimentar jugoslava que colabora com uns 70 países em vias de desenvolvimento. O complexo agrícola «Beograd» trabalha por contrato no desenvolvimento de grandes complexos alimentares no Peru, no Iraque, no México. O objectivo desses projectos é a produção de alimentação moderna, massiça, barata e do mais elevado teor científico. Um desses projectos, para o qual foi justamente concluído um acordo, na realização do qual participa o PKB, é o sistema Dujaila, no Iraque, cuja primeira fase custará 330 milhões de dólares.

Entram nestes projectos as instituições científicas jugoslavas, e, antes de mais, os institutos agrícolas. Tendo em conta as especificidades dos países em vias de desenvolvimento, estes estabelecimentos enviam para todos os continentes os melhores cereais jugoslavos. A Jugoslávia exporta com êxito 44 espécies de milho híbrido criadas pelos peritos do país. Três delas estão entre as que dão melhor rendimento no mundo. São exportados grãos de milho se semeiam dois milhões de hectares de planícies.

A colaboração cada vez mais forte com os países em vias de desenvolvimento estimula a criação de associações correspondentes nas economias jugoslava, em que se as-



O marechal Tito (descendo os últimos degraus da escadaria) quando da sua visita a Portugal. Hoje ocorre o Dia Nacional da Jugoslávia, motivo por que o embaixador de Belgrado oferece uma recepção extensiva a altas individualidades da vida portuguesa

sociam a produção, a ciência e o financiamento. Em tais bases, numa dezena dos maiores complexos agrícolas jugoslavos, fábricas de maquinaria agrícola e estabelecimentos científicos, foi recentemente assinado um acordo acerca de um acesso comum aos outros países.

Um dos domínios em que a ciência jugoslava está particularmente interessada e cada vez mais engajada é o problema da transferência da tecnologia e a utilização máxima dos potenciais e das possibilidades dos países em vias de desenvolvimento. Segundo o cálculo da Jugoslávia, é um

dos problemas-chave, da solução do qual depende o êxito na passagem do fosso que separa os ricos e os pobres.

No Centro de estudo de colaboração com os países em vias de desenvolvimento, situado em Ljubljana, terminou recentemente o estudo «Experiências dos países não-alinhados na organização do trabalho comum de investigação e aplicação dos seus resultados». Foi elaborada na Jugoslávia uma importante análise sobre o tratamento preferencial dos países em vias de desenvolvimento e sobre a transferência internacional da tecnologia. A Câmara Económica

publicou um catálogo de 90 licenciaturas jugoslavas e o Instituto de Ciências Económicas de Belgrado publicou recentemente um estudo intitulado «Posição dos países em vias de desenvolvimento em relação à utilização das patentes e das licenciaturas e das outras formas de How-know dos países desenvolvidos, com especial referência ao papel das companhias multinacionais».

Os países em vias de desenvolvimento, os países não alinhados e, entre eles, a Jugoslávia, optam neste domínio pela colaboração mútua o mais estreita possível e pelo apoio nas suas próprias forças.

Feministas espanholas contestam dupla moral

O problema do adultério tem vindo de há duas semanas para cá a agitar a opinião pública em Espanha onde o código penal, através do artigo 449.º, condena à prisão as mulheres casadas que «tenham relações sexuais com alguém que não seja o marido».

A propósito de um julgamento, em Saragoça, de uma jovem acusada de adultério, as feministas espanholas realizaram em Madrid as primeiras manifestações de rua contestando a dupla moral que condena a mulher adúltera e deixa impune o homem frequentemente

encorajado para aventuras extraconjugais que lisonjeiam a sua virilidade.

Lutando para que a mulher adquira identidade como ser autónomo do ponto de vista social, económico e sexual, as feministas espanholas, recentemente organizadas em movimento, denunciam a educação sexista que transforma a mulher em objecto que se oferece ou recusa ao homem, reivindicando o direito ao próprio corpo, o que implica uma educação sexual e planeamento familiar generalizados a toda a população.

PASBJOR

ÚLTIMO GRITO EM MÓVEIS/ESTANTES!



VEJA E COMPRE NAS NOSSAS LOJAS

ALFREDO A. MOREIRA, LDA.

(a Casa dos Berbequins)

sede R. Ferreira Borges, 16-18 - Lisboa - Tel. 662146-668656

Loja Hobby no Drugstore Apolo 70

Av. Júlio Dinis, 10 - Tel. 774094 - Lisboa

Loja Hobby no Drugstore Alvalade

Praça de Alvalade - Lisboa - Tel. 804913

Lojas Hobby abertas todos os dias até à meia-noite

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

ASSEMBLEIA GERAL

— EXTRAORDINÁRIA — 5.ª SESSÃO

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 do Artigo 24, dos Estatutos, convoco todos os sócios deste Sindicato, no pleno uso dos seus direitos sindicais, para a quinta sessão da Assembleia Geral Extraordinária de 22 de Outubro de 1976, a realizar no INATEL — Rua António Granjo em COIMBRA, no dia 29 de Novembro, pelas 21 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO

REVISÃO DO C. C. T.

Coimbra, 25 de Novembro de 1976

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

O PRESIDENTE DA M. A. G.

Álvaro Ribeiro

Espectáculos

Um regulamento contra o teatro

CARLOS PORTO

Entre as várias lutas que neste momento se travam em Portugal, uma decorre num palco e parece-nos ser um mau melodrama, em que há trabalhadores que temem — e com razão — ficar sem trabalho e vilões que puxam os cordelinhos, mais ou menos ocultos, exactamente como nos maus melodramas. Não foi Shakespeare quem disse que «o Mundo é um palco»? Pois é, agora para o teatro português o palco chama-se Secretaria de Estado da Cultura, onde um encenador com mais manha do que talento dirige mal actores que não sabem os papéis, embora tentem enganar o público.

Como se sabe, foi publicado o Regulamento para a atribuição de subsídios referentes a 1977. Aqui, convém pôr algumas perguntas: quem atribui os subsídios? para quem? com que objectivos? Os subsídios estão a ser atribuídos por aquilo a que chamam Conselho Sectorial de Teatro que é constituído por quatro personalidades especialmente convidadas pelo secretário de Estado da Cultura, e que são: a actriz Maria Barroso; o actor e encenador Carlos Wallenstein; o dramaturgo e parece que crítico, Carlos Manuel Rodrigues ou Carlos Silva. Se exceptuarmos o caso de Wallenstein, parece-nos evidente a inadequação destas personalidades para as tarefas de que foram incumbidas: Maria Barroso, cujo desconhecimento do que se passa no nosso teatro é natural; Ribeiro, cujas ligações ao regime fascista ninguém esqueceu e cujo desfazimento com o teatro contemporâneo ninguém ignora, e Carlos Manuel Rodrigues.

Convém esclarecer que o ódio que este senhor tem manifestado em relação ao que de melhor se tem feito no teatro português depois do 25 de Abril, sendo de teor patológico, tem causas muito objectivas. O sr. Rodrigues refere-se com obsessiva frequência à pretensa e inventada vocação ditatorial daquilo a que estúpida e infamemente chamam «o nefando período gonçalvista». Ora, devemos esclarecer que o sr. Rodrigues — que acusa os grupos de delapidarem os dinheiros públicos — pretendem obter em 1974, juntamente com um grupo de que fazia parte na qualidade de «dramaturgistas», um subsídio de mais de 2500 contos que incluía uma folha de companhia superior a 1500 contos. Acontece que esse subsídio foi recusado pela Comissão que então funcionava junto do Fundo de Teatro. Além disso, devo ainda acrescentar que o sr. Rodrigues viu recusados por grupos que agora ataca originais seus que pretendia ver representados. É bom que isto se saiba para que se perceba as motivações profundas de certas atitudes.

Voltando ao Conselho Sectorial de Teatro. Além das quatro personalidades citadas, compõe-se aquele de representantes das seguintes entidades: Sociedade Portuguesa de Autores; Federação das Sociedades de Cultura e Recreio; Teatro Nacional D. Maria II; Direcção-Geral de Espectáculos, cargo que não se sabe se já foi ou não oficialmente preenchido. Pergunta-se: como pode a Federação das Sociedades de Cultura e Recreio representar o que quer que seja quando a Associação Portuguesa de Teatro Amador (APTA) essa efectivamente representativa — não faz parte do Conselho Sectorial? Pergunta-se: como

pode o Teatro Nacional estar representado quando o Teatro Nacional não existe como tal? A razão é óbvia: interessa constituir um Conselho Sectorial cuja democraticidade possa ser manipulada.

Recordemos agora o que era a Comissão Consultiva para as Actividades Teatrais. Recordemos que a maioria daqueles que a constituíam representavam efectivamente trabalhadores de qualquer maneira ligados à actividade teatral: além do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo, a Sociedade Portuguesa de Autores, a Associação Portuguesa de Escritores, o Sindicato dos Músicos, a Associação Portuguesa de Críticos, a APTA, o Conservatório Nacional, a Fundação Gulbenkian, a RTP, e durante algum tempo, a Associação dos Empresários. Isto sem falar do INATEL e dos Partidos Políticos, de início os da coligação governamental, depois os da Assembleia Constituinte. Imagine-se que até o C.D.S. chegou a estar representado nessa Comissão!

Oh! Suprema hipocrisia — pensar-se que somos nós, isto é, os responsáveis pela formação da C.C.A.T. e aqueles que nela participamos, acusados de tendência e vocação ditatoriais, quando neste famigerado Conselho Sectorial, e não obstante os esforços de Luís Francisco Rebelo, nem sequer o respectivo Sindicato está representado...

É aqui que tocamos num dos pontos fulcrais da actual política socialista do teatro (e não só): a recusa em se considerar os trabalhadores como parte activa, interessada e essencial na concepção de qualquer política digna desse nome.

Curioso, entretanto, é o facto do S.T.E. ter sido convidado a participar no trabalho da comissão encarregue de redigir o projecto da nova lei de teatro. Não se entende muito bem por que o Sindicato pode participar na, necessariamente lenta, elaboração da lei (prometida pelo Governo para Dezembro!) mas não pode participar nos trabalhos relacionados com um regulamento de emergência do qual depende o seu trabalho e, ao fim e ao cabo, o teatro que interessa. Não se quererá destruir o que de bom existe no nosso teatro para se fazer — sabe-se lá o quê?

É a altura de vermos o que se passa com esse famoso Regulamento cuja revogação não só é necessária como inevitável (aliás, todos os grupos, sem excepção, o recusam).

Como cortina de fumo para enganar tolos, o Regulamento mistura medidas de fundo e medidas de emergência. Fala, por isso, na criação de, nada mais nada menos, duas companhias nacionais — uma em Lisboa, outra no Porto —, e quatro Centros Dramáticos no continente — a juntar ao de Évora —, um na Madeira e um nos Açores.

É claro que a criação do Teatro Nacional do Porto e dos Centros Dramáticos não se faz de um dia para outro, como se calcula. Mas isso não importa, porque se trata de promessas. O mesmo poderemos dizer do apoio à criação e manutenção de companhias de teatro regionais ou municipalizadas, de carácter profissional, semiprofissional ou simplesmente amador. Aqui, há a assinalar, desde já, uma das contradições em que este docu-

mento é fértil: sublinha-se com ênfase que os subsídios dos grupos não poderão em caso nenhum ultrapassar 18 mil contos. Mas então onde se vai buscar o dinheiro para apoiar a criação e manutenção daquelas companhias? Há Verba ou não há Verba? Se não há Verba — para que se fala nisso? Se há Verba porque não se aplica a apoiar grupos já existentes embora impondo determinadas medidas de descentralização que permitam que o teatro não seja só para Lisboa?

Quanto a essa verba de 18 mil contos, devemos, antes do mais, esclarecer que se trata de uma verba insignificante. Para dar um exemplo: só o teatro da cidade de Bordéus — que é uma cidade de tamanho médio, como se sabe — recebe anualmente do respectivo município mais de 12 milhões de francos, qualquer coisa como 84 mil contos. Isto para um único teatro de uma cidade francesa da província.

Vamos, porém, admitir que o Governo não disponha de mais de 18 mil contos para dar aos grupos (embora tenha cerca de cinco mil para dar ao teatro Maria Matos). Nesse caso, o que seria de esperar? Precisamente que fizesse o contrário do que fez: isto é, que chamasse os trabalhadores e os pusesse perante os problemas existentes para que estes pudessem discutir e resolvê-los em comum e de acordo com as suas próprias capacidades, que nada têm a ver com as das personalidades do Conselho Sectorial do Teatro. Não: o sr. secretário de Estado da Cultura preferiu assumir e impor medidas que são absolutamente inaceitáveis. Vejamos. Impõe-se que pelo menos metade do elenco artístico dos grupos seja constituído por sectores sindicalizados há mais de 4 anos, imposição anticonstitucional que reflecte desde logo a incompetência da maioria que aprovou este Regulamento, e de quem o redigiu. Lembremo-nos que se tal facto se concretizasse um grupo como o Teatro de Campolide, não poderia profissionalizar-se; o grupo Centelha, além de outros, tinham que desaparecer!

Vamos passar por cima de exigências que são risíveis na medida em que não se dão aos grupos as necessárias condições que, porventura, tornassem essas exigências aceitáveis. É o caso de cada grupo ser obrigado a estreiar 3 espectáculos por ano, e a efectuar pelo menos 210 representações anuais, sendo pelo menos 100 de textos portugueses. Estas exigências são injustificáveis nas condições deste Regulamento e são-lhe com qualquer outro. São compromissos que os grupos não podem assumir por razões óbvias: basta pensar que o Grupo 4 tem um espectáculo em cena há 6 meses, com grande êxito de público, e nada garante que possa, em consequência, apresentar mais 2 espectáculos. Isto só para dar um exemplo.

(Entre parêntesis: de acordo com este Regulamento, um espectáculo como o «Círculo de Giz Caucasiano» não seria possível!)

Além disso, diz-se mais adiante que os grupos ficarão sem os subsídios se não apresentarem um número mínimo de espectáculos: 14 nos meses de estreia ou quando em digressão, e 24 nos restantes meses. Fazemos contas: um grupo é obrigado a estreiar 3



Cena de «O Círculo de Giz Caucasiano», uma peça de teatro que de futuro será impossível ver em Portugal se for por diante a aplicação da política definida pela Secretaria de Estado da Cultura

peças. Portanto 3 vezes 14 são 42 espectáculos; mais ou vezes 24 (com 1 mês de férias), ou seja 192 espectáculos. Juntando os 42: 234. Em que ficamos: os grupos são obrigados a apresentar 210 espectáculos ou 234? Resolve-se o problema dizendo que a cláusula pode não ser aplicada durante os primeiros 45 dias do ano de 1977?

Vamos igualmente esquecer coisas do género dos grupos serem obrigados a entregar 15 dias após a estreia do espectáculo todos os justificativos das despesas, devidamente selados e autenticados; e até ao dia 4 de cada mês, um relatório com os comprovativos do pagamento dos direitos de autor, aluguer, água e electricidade relativos ao mês anterior. Não é preciso saber de teatro, basta ser cidadão para se saber que isto não é possível (quem é burocrata, quem é?).

Uma das obrigações dos grupos consistiria em ter uma média mensal de frequência não inferior a 40 espectadores por representação. Bem gostaríamos de saber onde diabo se foi buscar este número. Bem gostaríamos de saber se não se distingue entre determinados espectáculos e entre determinados espaços. Entre os 80

lugares da Casa da Comédia e os quase 300 do Teatro Aberto, por exemplo. Gostaríamos, além disso, de saber se as companhias do Maria Matos e do S. Luís serão igualmente obrigadas a essa obrigação. Ou há discriminações?

Tudo isto, porém, é relativamente secundário ao que fundamentalmente interessa: o facto de o subsídio não contemplar o pagamento dos ordenados dos trabalhadores, o que impossibilita o compromisso destes em relação a um trabalho que deve ser projectado a meses de distância. Pretender-se-á que os trabalhadores façam teatro comercial à maneira de Vasco Morgado?

Um outro tema importante: diz-se no Ponto 4 do Artigo 8, que poderá ser causa para suspensão imediata do subsídio «a utilização comprovada do subsídio para fins diferentes da actividade teatral ou a utilização da própria actividade teatral para fins antidemocráticos, contrários aos princípios expressos na Constituição».

Estes termos abrem perspectivas para a criação de uma actividade censória encapotada. Parece-me conveniente ter isto em atenção.

No preâmbulo do Regulamento para a atribuição de subsídios, lê-se que «o Teatro, como parte integrante da cultura dum Povo e dum País, é um dos seus mais ricos valores de identidade nacional» (...). «considerando urgente iniciar-se, de acordo com princípios consignados na Constituição, uma prática consequente de preservação do património cultural, de estímulo à criação dramaturgical nacional, de aproximação ao grande teatro europeu e mundial, bem como contribuir decisivamente para a consolidação democrática da sociedade portuguesa, alargando a todos os portugueses os direitos e deveres culturais que são expressões autênticas duma nação e não apenas de uma região ou duma elite privilegiada».

Palavras bonitas, não há dúvida. Que se dirá de quem as escreve e ao mesmo tempo impõe medidas que impedem a simples existência de uma actividade teatral digna e livre? Só quando o teatro for considerado como serviço público, tal proposta — atirada uma vez mais como cortina de fumo — poderá ser posta em prática.

PUB.

SINDICATO DA MARINHA MERCANTE

COMISSÃO SINDICAL DO ACT/TAP

MOÇÃO

— Considerando que foi correcta a decisão da Comissão Sindical de assinar já o Acordo de Princípio referente às tabelas salariais correspondentes a 1/10/75, uma vez que se inscreve nas intenções já afirmadas pelos trabalhadores em plenários anteriores;

— Considerando que o 3.º ponto da resposta do Ministro dos Transportes e Comunicações em aprovar como «acto de gestão» o aumento de quadros e técnicos a partir de 1 de Janeiro de 1977, demonstra claramente a intenção de não proceder à revisão das tabelas salariais dos restantes trabalhadores a partir de 1/10/76 como determina o A.C.T.;

— Considerando que este «acto de gestão» marginaliza a organização sindical de forma incompreensível, pois os trabalhadores já tinham afirmado diversas vezes não porem quaisquer entraves a aumentos a quadros e técnicos, desde que se produzissem através das negociações gerais com a Comissão Sindical, como, de qualquer modo estava a acontecer;

— Considerando ainda que tal atitude, além de ir contra o estabelecido no A.C.T., é anticonstitucional, podendo pela frequência com que está a ser utilizado noutras empresas; ser interpretada como uma das vias para a recuperação capitalista.

OS TRABALHADORES DA TAP REUNIDOS EM PLENÁRIO EM 24/11/76 DECIDEM:

- 1 — Concordar com a decisão da C.S. de assinar o Acordo de Princípio relativo à revisão das tabelas salariais de 1/10/75.
- 2 — Repudiar a intenção do Conselho de Gerência de proceder ao aumento dos Quadros e Técnicos através de um «acto de gestão», reservando-se os trabalhadores o direito de virem a tomar medidas que entenderem necessárias, na altura devida. Mais, responsabilizar o C.G. pelas consequências que daí possam advir.
- 3 — Mandatar a C.S. para apresentar ao C.G. a proposta de revisão das tabelas salariais referentes a 1/10/76, o mais cedo possível.

NOTA: Desta moção será dado conhecimento ao Presidente da República, Assembleia da República, Ministério dos Transportes e Comunicações, Ministério do Trabalho e ao Conselho de Gerência.

Será também publicada nos principais órgãos de informação diária.

Televisão

Canal da Crítica

NA TV FALOU-SE DA RÁDIO

Venho do fundo, nem eu sei já de onde. Talvez, esperem lá, talvez da *telemissa*, passando pelos *pica-paus* americanos, por todos os verbos de encher na forma de desenhos animados. Passando pela fita do Norman na tropa que era, nem mais nem menos, do que uma paródia à guerra e eu recordo-me que às vezes até me queria rir e não podia, não podia, nem a guerra com seus milhões de mortos escapa à ganância do lucro, arre diabo! Passando pelo *haja saúde*, a propósito do tabaco, com todo o perigo das entrevistas em que o tabaco aparece como um inimigo invencível e depois o filme em que se mostra o mecanismo da célula cancerosa. O dr. Tropa!, isso não resolve nada. Há uma, porque essa propaganda não se pratica com a frequência necessária. Há duas, porque os preconceitos, os hábitos, as angústias exigem os seus direitos que podem ir até às feras caseiras como o tabagismo. Há três, porque a propaganda do tabaco, quando não é paga de propósito, nos cerca por todos os lados com a maior facilidade, e todos conhecemos o valor do exemplo. Ontem, por exemplo, José Manuel Nunes teve consciência disso quando, referindo-se ao mau exemplo que estava a dar, esmagou o cigarro no cinzeiro o que não impediu, daí a momentos, de voltar a cavar com a enxada do caranguejo.

Não vale falar aqui dos tempos perigosos em que foi tratada a rubrica dedicada ao corpo humano. Eu cá, se fosse hipertenso e sugestivo, tinha-me dado ali uma coisa, aí isso tinha. Nem vale a pena falar do concurso para a malta mais pequena «Cabeça, Tron-

co e Membros», a não ser para de passagem chamar a atenção para os critérios do júri. Nesses critérios, a rima sobrepõe-se à realidade o que me não parece correcto. «Próprio do cão é ladrar/Próprio do lobo é devorar». Ou seja: *devorar por uivar*. O júri considerou certo, sendo certo que *devorar* não é uma forma de linguagem. «O filho do galo é o pinto. É a fivela que aperta o sapato.» Ou seja: *sapato*, em vez de *cinto*. O júri considerou errado. No primeiro exemplo, rimava, mas era mentira; no segundo, não rimava, mas era verdade.

Não vale a pena falar daquele *Telejornal* de esgoto onde se dá reportagem filmada a uma pobre reunião de sindicalistas da carta amarela e se passa ao largo de uma grande reunião da juventude trabalhadora. Onde se dedicam duas palavras à reunião do M. D. P./C. D. E., promotor do «Povo Unido» e se dá ampla reportagem filmada ao «congresso» não sei de quê contra os sociais-fascistas... Onde, após total silêncio sobre a presença da F. D. I. M. em Portugal, se colhe um breve depoimento da sua presidente, Freda Brown, a quem, ainda para cúmulo, chamam Eva...

Não vale a pena. Com uma data de horas de emissão no bucho, e farto do gesto é tudo e das gracinhas do Fialho, fiz um fossado ao segundo programa, contra o que é meu hábito.

E FICAMOS A COMPREENDER

Havia lá uma mesa-redonda sobre a situação da Rádio em Portugal. Moderador, António Jorge Branco. Presentes, José Manuel Nunes, Matos Maia e Armando Marques Ferreira.

Como sempre pode acontecer nestas mesas-redondas, os tralhões mentais levam vantagem. Tais são os problemas que levantam que, de duas uma: ou se deixam passar as tralhuices em claro e se

assume a cumplicidade da sua circulação; ou se corre a estacada, e aí estamos caídos no terreno do tralhuice mais propício às suas zaragatas.

Isso foi, em grande medida, o que aconteceu ontem.

Marques Ferreira não faz a mínima ideia do que seja informação, liberdade, qualidade, socialismo, responsabilidade, consciência de classe, independência. Para ele, as condições para bem informar e para um trabalho radiofónico de qualidade estão nos Estados Unidos e no Brasil... Para ele, a dependência económica confunde-se com a verdadeira independência... Para ele, a Rádio Renascença é uma rádio independente em lugar de uma rádio ao serviço da hierarquia católica, criada em condições especiais de servilismo da dita hierarquia ao fascismo, arma anticomunista ao serviço do grande capital e dos seus interesses.

Torna-se impossível dar uma pálida ideia do diálogo de surdos a que pôde conduzir uma tentativa de conversa nestes termos. Mas quando se assiste ao espectáculo de um sujeito que leva duas horas a falar de «progressistas com aspas» da República chamada Democrática Alemã e outros mimos do género e quando sabemos que esse sujeito tem à sua conta três horas diárias de antena então, mais do que através de todas as palavras e de todos os argumentos, ficamos a compreender um pouco a espécie de rádio que ainda se faz no nosso país...

E O QUE NÃO SE DISSE

José Manuel Nunes esforçou-se por arrumar a casa e a verdade é que alguma coisa ficou desses esforços.

O entendimento, por exemplo, da função cultural que deve ter a Rádio, particularmente num País, como o nosso, de tão elevada taxa de analfabetismo; a necessidade igualmen-

MÁRIO CASTRIM

te de retirar as armas da Rádio e da Televisão das mãos de particulares: é nas mãos da colectividade que elas devem estar; a denúncia da falsa ideia de «liberdade» dos produtores comerciais.

Já me parece, por outro lado, muito contestável a sua ideia da «vocação» dos canais radiofónicos: uns seriam culturais, outros seriam de entretenimento.

Em primeiro lugar, haverá que não fazer distinções tão exactas entre divertimento e cultura. O bom será que não se saiba onde começa um e acaba o outro.

Mas, atendendo à divisão causada pela viciação de valores numa sociedade capitalista, parece errado, por exemplo, colocar numa cadeia, a música clássica e na outra a música ligeira. Cá temos em acção uma directiva elitista, mascarada de necessidade de arrumação.

Tal como o próprio José Manuel Nunes argumentou para o caso do desporto, tornado absorvente na Rádio fascista, o mesmo acontece noutros sectores, onde foi completa a erosão cultural. Educados na facilidade, mais largamente se busca o faduncho e o corridinho do que a ópera e a sonata. Conquistar para a função das mais complexas formas artísticas, eis uma função da Rádio e isso não se conseguirá, na actual fase da sociedade portuguesa, com a compartimentação estanque.

Por outro lado, falar da «Europa dos países socialistas» convida a perguntar que países são esses: a Alemanha? A Inglaterra? A Áustria? A França? A Suécia? O José Manuel, considera você que nesses países se considera minimamente abolida ou a caminho disso, a exploração do homem pelo homem?

E quando você diz, José Manuel, que nos países do grupo dos nove se vive bem, a quem

Continua na pág. 18

Hoje



Rock em Stock

I PROGRAMA

1.º Período

13.30 Ciclo Preparatório TV
18.05: Fecho

2.º Período

18.30 Abertura e Um Mundo para Descobrir
19.00 Abre-te Sésamo — infantil. Explicação do: «Sete», «O Homem de Neve» o «Egas e o Becas e as Bolachas», o «Elefante»; o Bob vai contar-nos uma história muito, muito antiga. Além de mais explicações que nos vão dar o Egas e o Becas e o Comilão.
19.25 Lami — programa dedicado a actualidades da música.
19.55 Teledeporto
20.30 Telejornal — 1.ª edição
21.05 O Sentido das Formas — escultura temas e formas. Programa apresentado pelo dr. Ferreira de Almeida.
21.55 «O Acontecimento» — uma obra de Guy Foissy realizada por Jean-Louis Colmant. Produção da RTB (Radiotelevisão Belga).
22.45 Telejornal — 2.ª edição
23.15 Fecho

II PROGRAMA

20.28 Abertura
20.30 Telejornal
21.00 Rock em Stock — programa realizado por Luis Andrade com o grupo inglês Curvad Hair e Jorge Palma com apresentação de Jaime Fernandes e João David Nunes.
22.00 O Nosso País — documentário sobre a República Democrática Alemã.
22.30 Fecho

DESTAQUES

I PROGRAMA

«O Acontecimento» (21.35)

II PROGRAMA

Rock em Stock (21.00)

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — 13.00: Ciclo Preparatório TV; 18.05: Fecho. 2.º Período — 18.30: Abertura e Diário das Fábulas — «A Grande Floresta» e «Os Ratos Ratoles»; 19.00: Peça a Palavra — o trânsito; 19.30: O Inglês a Sorrir; 19.55: Telecinema — quinzenário cinematográfico; 20.30: Telejornal — 1.ª edição; 21.05: Momento Político; 21.15: «O Detective Aristocrata»; 22.15: Programa da Direcção de Informação; 23.15: Telejornal — 2.ª edição; 23.30: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal — documentário; 22.00: «Lembranças de Green»; 23.00: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13 B - Rua Macau, 8

decorama
tecidos modernos
...diferentes

NEURO
grupo 4
O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO
Amanhã às 21.15
Dia 1 (feriado):
Às 15.30 e 21.15
ÚLTIMAS

OLIMPIADA DE CIRCO
TODAS AS NOITES às 21.30 h.
QUINTAS e SÁBADOS, «Matinées»
às 16 horas
DOMINGOS e FERIADOS
2 «Matinées», às 14.30 e 17.30 h.
★ STEEL ★
O HOMEM VOADOR! ATIRA-SE DA CÚPULA DO COLISEU PARA A PISTA! 30 METROS DE ALTURA!
ALCARAS — Espantoso no Tapete Voador!
JAFARINO — Desconcertante Ilusionista Ladrão!
KASKLIMA — Arrepiante no Mastro do Diabo!
METALIS — O Máximo em Malabares!
OLIMPICOS — Virtuosos em Arte Circense!
PERCHIS — Novidade em atracções Ginásticas!
STONYS — Sobressaltante no Triplio Salto Mortal!
★ MONTY — Espectacular na Moto Rolante! ★

BLACK SWAN

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
Diariamente às 21.30 h.
O Muro
Inspirado em
«AS AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO»
de José Gomes Ferreira
Domingo só «matinées»
às 18 h.
PREÇO ÚNICO - 40\$00
Condições especiais
PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVA
Telefone 76 26 24

PUB.

SINDICATO DOS PROFESSORES

da Grande Lisboa

CPES e SECUNDÁRIO

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Dada a impossibilidade de utilização da sala do ISE, no passado dia 26, para a efectivação da Assembleia prevista, por razões de greve académica, conforme informação local de funcionários, comunica-se aos delegados do CPES e ES que tal Assembleia foi transferida para terça-feira, dia 30, às 21 h e 30 m na Rua do Alecrim, 46 - 1.º.

O SECTOR

PUB.

CONVOCATÓRIA

C. C. T. (Vertical)

FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO

Convocam-se todos os DELEGADOS SINDICAIS para uma reunião, a efectuar

TERÇA-FEIRA

DIA 30-NOV.-76, ÀS 20.30 HORAS

no SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL — Av. Almirante Reis, 74-G, 4.º, Lisboa.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — Análise do processo de negociação;
- 2 — Preparação do Plenário de trabalhadores do Sector.

23/11/76

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

Director: Eduardo Graça Órgão do Movimento de Esquerda Socialista



EDITORIAL

MUP
grande vitória do povo na luta contra a ameaça fascista a recuperação capitalista e a ingerência imperialista.

VI ANIVERSÁRIO
I CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS
LISBOA, 18/19 DEZ. 1976

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA

ESTA A VENDA

Desporto

ANDEBOL PORTUGUÊS CONQUISTA LOUROS

José Gomes Machado e a turma directiva da Federação de Andebol estão (já) de parabéns: a formação portuguesa tem correspondido, na fase de apuramento para o «mundial», ao esforço desenvolvido na expansão da modalidade olímpica, mau grado intensos ataques feitos à chefia técnica, a determinação dos jogadores convocados

e, sobretudo, ao bloco da gerência federativa, alvejado a torto e a direito meses a fio.

Amanhã, para a fase final do Grupo C, os rapazes de Portugal vão alinhar lado-a-lado com as representações da Suíça, Holanda e Finlândia no Campeonato do Mundo, marcada para a Áustria, em Fevereiro do próximo ano.

Tem sido brilhante a carreira dos portugueses: 42-8 à Inglaterra, 21-15 à Bélgica, empate a 19 golos com a Holanda. Vencendo a sua série, os portugueses entram amanhã, no Pavilhão da Ajuda (pelas 20 e 5) dispostos a defrontarem a Finlândia, 2.ª classificada no Grupo B.

Pontuação nas duas séries de apuramento: Por-

tugal e Holanda (5 pontos), Bélgica (1) e Inglaterra (0), no Grupo A; Suíça (6), Finlândia (4), Ilhas Faroe (2) e Luxemburgo (0), na Série B.

Ontem, perante a Holanda, alinharam e marcaram os seguintes portugueses: Carlos Silva; José Manuel (2), Ferreira, Vasco (1), Espadinha (1), Adão, Hernâni (9), João Gonçalves (3), João Manuel (1) e Jorge (2).



Perante a Holanda: energia e entusiasmo



O empate foi decidido pelo «goal-average»

Volta a Londres em 80 horas (1)

Basquete verde tomba de pé

NEVES DE SOUSA nosso enviado especial

Basquete foi o pretexto: Cinzano com Sporting, para a «Taça dos Campeões Europeus», o motivo para 80 horas em Londres, num pulo do Rossio para Picadilly, de Belém para Buckingham, da Avenida da Liberdade para Regent Street.

O jogo-motivo, no cenário impressionante do Crystal Palace, foi bastante emotivo e, tal como veio a lume, reflectiu o melhor «Sporting internacional da temporada», com os pupilos de Mário Albuquerque a baterem o pé aos profissionais da Cinzano, que têm um «coach» norte-americano (Tom Wisman), dois jogadores também «biancos» (Jimmy Guymon e Mark Saiers), um «team manager» (Vally Williams) que orienta o «cinco» no mínimo das dez viagens ao estrangeiro que estão anualmente programadas no calendário cinzanístico da bola ao cesto.

O despique com os portugueses, apenas para cumprir calendário e nada mais, reflectiu a inofensível verdade: não sendo o Cinzano de gabarito a primeiro nível europeu, nem o Sporting tão fraco como as decepcionantes jornadas caseiras feitas em Alvalade, a verdade do despique ficou escrita nos números: 95-92 para os representantes do aperitivo italiano, depois de dois ou três valentes sustos, quando a honra do convento londrino esteve a um palmo de cair por terra.

Jogaram muito bem alguns portugueses. Por exemplo: o sensacional Lisboa, que durante o período da 1.ª parte em que alinhou foi um flagelo ininterrupto para os «cinzanos» e Rui Pinheiro que, com os seus 38 pontos, se catalogou como o encestador mais produtivo da velada. Aliás, para a história vale a pena recordar como formaram e atiraram ao arco os homens em confronto:

Cinzano: Jimmy Carmichael (12), Paul Philip (24), Jimmy Guymon (29), Mark Saiers (11), Walter Edeuwa (4), Willie Cameron (8), Martin Hall (7) e Vic Tinsley.

Sporting: Mário Albuquerque (2), Rui Pinheiro (36), Lisboa (10), Quim Neves (7), Nelson Serra (29), Carlos Sousa (4) e Helder (4). Como suplentes não utilizados estiveram Sobreiro, Roque e Tó Mané. Outro «leão» (Vitor) não chegou a equipar-se.

Pode dizer-se que foi muito correcta a arbitragem da dupla germano-belga (Dishoeck-Ferdinand). O público (logicamente) «torceu» pelos homens da Cinzano: mas o Sporting nunca foi vaiado ou pateado, porquanto os dois mil espectadores aceitaram com o maior «fair play» a réplica animosa de quem tinha de sobrepor entusiasmo e raça à falta de capacidade técnica, aqui e além disfarçada pelo talento estratégico de Albuquerque, pela juventude de Lisboa e pela mão firme de Pinheiro, aliados à boa meia-distância de Nel-



Quim Neves tenta um «cesto»: no Crystal Palace chegou a pairar a hipótese de vitória sportingista

son Serra. Cremos (porém) que o Sporting apenas não saiu vitorioso do duelo por não ter, no banco, um técnico que somente se preocupasse com o andamento do jogo, alheio (portanto) de nele participar directamente. Quer dizer: há muito caiu pela base a suposição de que um treinador poderá, simultaneamente, aliar funções de controlo à actividade como jogador. As funções estão diametralmente opostas: Mário Albuquerque terá de ser o primeiro a compreender que o seu posto é (mesmo) na chefia extra-acção do seu «cinco». E, como ele deu plena sugestão de ser técnico actualizado e competente, julgamos que não será por aí que o Sporting verá baquear uma das suas representações mais categorizadas interfronteiras. A propósito, aqui vai um registo à consideração dos responsáveis Verde-brancos: queixam-se os basquetebolistas do «leão» de terem constatado, com certa mágoa, que o mais bonito dos novos pavilhões de Alvalade tem piso de cimento, o que rouba espectáculo e destreza de manobra ao basquete moderno. Daí a pergunta: não haverá possibilidade de, em futuro próximo, mais um esticão nos cordões da bolsa verde facilitar a colocação de ladrilhos de madeira no pavilhão que os sócios queriam ver com o nome de João Rocha?

PORTUGAL

Lisboa, ao derrotar o Porto (por 78/76, com 49/39 ao intervalo) foi a vencedora do torneio quadrangular inter-selecções regionais de basquetebol, que teve a sua final no pavilhão do Lima (Porto). No

outro encontro Coimbra venceu Setúbal, por 89-81 (40-33 ao intervalo).

Este torneio foi integrado nas comemorações das «bodas de ouro» da Associação de Basquetebol do Porto.

A minha presença aqui é uma forma de apoio ao basque-

tbol, uma das modalidades prioritárias no programa do Governo — afirmou o major Rodolfo Begonha, director-geral dos desportos, quando presidiu à sessão solene do 50.º aniversário de fundação da Associação de Basquetebol do Porto.

A cerimónia teve lugar no anfiteatro da Casa do Desporto e contou com a presença de dirigentes, técnicos, jogadores do presente e do passado, incluindo António Henriques Cardoso (um dos fundadores da Associação, em representação do centenário Fluvial).

Desporto

Futebol em vários quadrantes

"Esperanças" brilham no Luxemburgo

Aliados do Lordelo cintilam em Leixões

O portista Gomes e o «leão» Libânio assinaram os golos portugueses na vitória (2-1) perante o Luxemburgo, em confronto entre «esperanças», ontem desenrolado no Estádio «Emil Mairisch», no jogo de abertura do campeonato europeu da categoria. A turma (dirigida por Juca) formou do modo seguinte: Tibi; Teixeira II, Festas, Eduardo Luis e Cardoso; José Luis, Barão e Chalana; Albertino, Gomes e Libânio (Sousa).

Os portugueses chegaram ao 2-0, mas os luxemburgueses atenuaram o desaire com um tento (aos 86 minutos), por Dresch. Segundo a crítica presente, os nomes em evidência na turma nacional foram Chalana, Albertino, Eduardo Luis, Teixeira, Barão, Tibi, Festas e José Luis. O embate número 2 deste torneio europeu ocorrerá no Funchal, a 23 de Dezembro, perante italianos.

PARTICULAR

Em Sófia (Bulgária) o Belenenses foi batido pelo Lokomotiv (1-3), em confronto particular vincado por nítida superioridade do «onze» local. Os pupilos de Carlos Silva alinharam deste modo: Melo (Figueiredo); Sambinha, Ouaresma (Paulo Oliveira), Luís Horta e Esmoriz; José Rocha, Isidro e Godinho; Vasques (Lima), Artur Jorge (Alfredo) e Gonzalez. O tento dos futebolistas do Restelo foi obtido por Sambinha, aos 81 minutos, quando os «azuis» sofriram o 0-3.

TAÇA

Com um longo estendal de «shows», iniciou-se a fase verdadeiramente certa da «Taça de Portugal». Para já, houve proezas bem curiosas, desde os 13 tentos logrados pelo Varzim frente ao despretencioso Desportivo da Guarda até aos dois golos enfiados pelo Penafiel do Castelo nas redes do poderoso Sporting, com passagem (espectacular) pelo empate a zero que os moços do Aliados do Lordelo conseguiram no despique com os profissionais dirigidos por Joaquim Meirim (no Leixões) e pelo Desportivo de Chaves, que obrigou os estorilistas a terem de defender o branco no marcador, para não regressarem à Amoreira ao peso de desaire maior.

Enfim: registem-se os resultados. Como segue: V. Guimarães-U. Montemor: 6-0; Salguei-



Festa em Penalva do Castelo, para ver Márinho e seus pares



Réplica bonita dos rapazes do Riopelle aos (muito) profissionais do Benfica

ros-Joane, 2-1; Acad. Viseu-F.C. Porto, 0-2; Benfica-Riopelle, 3-0; Leixões-Aliados, 0-0 (após prolongamento); Mirandela-Montijo, 0-2; Chaves-Estoril, 0-0 (com prolongamento); A. Reguengos-Beira-Mar, 0-2; Mangualde-Beja, 1-0; Elvas-Agueda, 1-0; Farense-Torriense, 2-0; Elétrico-Naval, 2-0; Marinhense-Alcochetense, 1-0 (com prolongamento); Louisanense-CUF, 1-2; C. Caparica-Olhansen, 2-0; Odiveias-Penafiel, 1-3; Viseu Benfica-Pombal, 4-0; U. Tomar-Rio Ave, 4-1; Esperança-Barreirense, 0-5; Bombarralense-Vilavovenses, 5-0; Famalicão-Elvense, 3-1; P. Ferreira-Marrazes, 2-1; Bragança-Seixal, 2-0; S. L. Olivais-Batalha, 2-1; Gil Vicente-S.L. Nisa, 5-0; Almeirim-Levorense, 2-1; Luso-S. Cacém, 2-0;

Alverca-Vieirense, 3-0; Benfica C. Branco-Maria Fonte, 0-2; Avintes-Gouveia, 4-0; Bucelenses-Alba, 1-1; Alcobaca-Caldas, 1-2 (após prolongamento); Amora-Benavente, 0-2; Feirense-Vila Real, 2-1; Alcanenense-Covilhã, 2-4; Nacional-U. Coimbra, 2-1; Sesimbra-Monção, 1-0; Fafe-Tirsense, 2-1; Marialvas-Loures, 2-1; Régua-Paredes, 3-1; Vilanovense-Sacavense, 2-1; Arrifanense-Leça, 3-0; Oliveira Bairro-Oliveirense, 2-0; Infesta-Lusit. Eova, 3-1; Peniche-Lourosa, 1-1 (teve prolongamento); Vasco Gama-Almada, 1-2; Limianos-U. Leiria, 2-1; Juventude-Paio-Pires, 4-3; Sanjoanense-Aves, 1-0; Oriental-Casa Pia, 2-0; Aljustrel-C. Piedade, 0-0; Moura-Espouse, 2-0; Silves-U. Lamas, 0-2; S. Bragança-Campomaiorense, 5-0; Penafiel-Sporting, 2-6; Académico-Lamego, 3-1; e Varzim-Guarda, 13-0.

Apurados para a próxima eliminatória, a realizar no dia 26 de Dezembro: V. Guimarães, Salgueiros, F.C. Porto, Benfica, Montijo, Beira-Mar, Mangualde, Elvas, Farense, Elétrico de Ponte Sor, Marinhense, CUF, Costa da Caparica, Penafiel, Viseu Benfica, U. Tomar, Barreirense, Bombarralense, Famalicão, Paços de Ferreira, Bragança, S.L. Olivais, Gil Vicente, U. Almeirim, Luso, Alverca, Maria da Fonte, Avintes, Caldas, Feirense, Covilhã, Nacional, Sesimbra, Fafe, Marialvas, Régua, Vilanovense, Arrifanense, Oliveira do Bairro, Infesta, Almada, Limianos, Juventude, Sanjoanense, Oriental, U. Lamas, S. Bragança, Sporting, Académico, Varzim, Moura e Benavente.

Falta conhecer os apurados dos jogos que acabaram empatados, e cujas repetições se devem efectuar depois de amanhã (feriado nacional): Aliados do Lordelo-Leixões, Estoril-Chaves, Alba-Bucelenses,

Lourosa-Peniche e Cova da Piedade-Aljustrelense.

Esta eliminatória completa-se com os jogos Marítimo-Espinho (dia 1 de Dezembro), Atlético-Portimonense (dia 4), Santarém-Belenenses, Ançã-V. Setúbal (em Cantanhede) e Valecambrense-Boavista (os três últimos no dia 8).

JUNIORES

A jornada 8 do nacional de juniores deixou um jogo fora dos palcos: Boavista e Académico de Viseu defrontam-se a 1 de Dezembro. Nos restantes embates previstos, os desfechos foram normais. Na zona A, eis os números: Vianense-V. Guimarães, 0-2; Varzim-Gil Vicente, 0-0; Ermesinde-Sp. Braga, 0-1; Chaves-Infesta, 3-1; Marco-Leixões, 0-1 e Amaranthe-Mirandela, 1-0. Zona B: Vilanovense-Lourosa, 1-3; Académico-Sanjoanense, 0-0; F.C. Porto-Guarda, 7-0 e Feirense-Arrifanense, 0-2. Zona C: U. Leiria-Mirandense, 1-0; Sporting-Vilafranquense, 3-2; Peniche-U. Coimbra, 0-1; Torriense-United, 2-1 e Vit. Lisboa-Caldas, 2-2. Zona D: V. Setúbal-Almada, 4-0; Sesimbra-Atlético, 3-0; Esperança-Belenenses, 1-1; Farense-S. Luis, 0-0 e CUF-Benfica, 1-4.

SELECÇÃO

Nova concentração de futebolistas, com vista a um encontro internacional, principiou ontem, em Lisboa. Desta feita o parceiro para a festa será o Chipre, e os convocados por Pedroto lá ficaram (no Tivoli Jardim) aguardando a hora da partida para Limassol.

Neste estágio encontram-se os sportinguistas Laranjeira, Mendes e Manuel Fernandes, os benfiquistas Moínhos, Bento, Nenê, Artur e Toni, os portistas Tai, Oliveira e Octávio, mais o «axadrezado» Botelho. Barros esteve presente à chamada, mas alegando lesão impeditiva da viagem, voltou para casa. Vítor Baptista não apareceu à hora da chamada e, até de madrugada, não enviava novas nem mandados. Chalana reúne-se hoje aos colegas, enquanto há muitas dúvidas sobre a vinda de Alves e mantém-se a absoluta impossibilidade de Humberto Coelho vir de Paris, ao apelo federativo. À cautela, o Comité Técnico da Praça da Alegria reuniu à FIFA nomes de suplentes: Freitas, Tibi, Albertino e Francisco Mário estão nesse rol.

MUDANÇAS

Salgueiros muda de treinador: Francisco Andrade rescinde o compromisso e o seu posto passa para o jogador Vítor Cabral. António Esteves é substituído por Rodrigues Dias, no comando técnico do Sintrense, e a turma do Beira-Mar (Eusébio como cartaz maior) abala até à Venezuela, no princípio da recolha de fundos que se tornou possível graças à contratação da «pantera» moçambicana.

Ainda de viagens: o Leiria e Marrazes jogará em Marrocos, nos meados do mês próximo, enquanto que também para aquele país (precisamente para Rabat) larga hoje a selecção nacional de juniores, com 23 nomes na comitiva, 16 dos quais de jogadores: Madureira, Padrão, Pereirinha, Chico Silva, Pinto, Pita, Margaça, Araújo, Manuel Jorge, Ademir, Nogueira, Diamantino, Nelson, Freire, Jorge e Rafael.



Beira-Mar recolhe dividendos

A equipa de futebol do Beira-Mar, integrada já da sua nova aquisição (o famoso Eusébio) partiu hoje para a Venezuela, onde disputará três jogos de carácter particular, respectivamente com o Galicia (no dia 1 de Dezembro), selecção da Venezuela (no dia 3), e o Desportivo Português (no dia 5). Está previsto um quarto jogo, em Curaçau, não sendo conhecido ainda o parceiro.

A representação do Beira-Mar é constituída pelos seguintes elementos: Angelino Apolinário (presidente), Mário

Moreira e José Oliveira (directores), Joaquim Alves (secretário-geral e enviado do jornal do clube), Óscar Neves (médico), Carlos Sanazola (secretário permanente) que viaja a convite de um director, Arlindo Fonseca (roupeiro), Manuel de Oliveira (treinador) e 17 jogadores (Jesus, Domingos, Marques, Guedes, Soares, Quaresma, Vítor Manuel, José Sobral, Rodrigo, Zéinho, Garcês, Abel, Manecas, Eusébio, Sousa, Garcês e Jorge).

TOTOBOLA

BOLETIM COM 13

LUXEMBURGO - PORTUG.	2
Chaves - Estoril	X
Farense-Torriense	X
Marinhense-Alcochetense	X
Odiveias-Penafiel	2
Régua - Paredes	1
Peniche - Lourosa	X
Alcobaca - Caldas	X
Nacional - U. Coimbra	1
Infesta - Lusitano E.	7
Limianos - União Leiria	2
Silves - União de Lamas	2
Marialvas - Loures	1

Atenção, orientalistas

Um imponderável obriga a adiar o encontro Oriental-Peniche, previsto inicialmente para 4.ª feira, dia 1 de Dezembro. Motivo: o Peniche desloca-se ao campo do Lourosa para, ao abrigo do regulamento da «Taça de Portugal», efectuar o desafio integrado nesta eliminatória da prova. Ontem, ao empatar no seu terreno (1-1) forçou ao embate no terreno contrário.

Se tem automóvel ESTE ANUNCIO É IMPORTANTE PARA SI COTAL

CONJUNTO TÉCNICO DE AUTOMÓVEIS, LDA.

Nós cuidamos do seu automóvel e oferecemos
por 1.000\$00 ou 1.500\$00
os seguintes serviços:

- Lavagem completa estrada (para verificação de todos os órgãos a vista).
- Lavagem exterior do motor.
- Limpeza dos contactos da placa, rotor, bobine e terminais de velas.
- Limpeza de platinados e controle de pressão da mola e respectiva afinação.
- Afinar folga de válvulas, nos motores com válvula na culassa.
- Limpeza e ensaio de velas à máquina e seu calibre.
- Reaperto de todos os contactos eléctricos.
- Afinar regimen de carga e regulador de voltagem.
- Focagem de faróis à altura indicada na fábrica.
- Examinar se há folgas na suspensão e seu reaperto.
- Examinar se há folgas na direcção e seu reaperto.
- Ajustar o sector de direcção.
- Desmontar e montar as rodas e limpar travões.
- Examinar estado dos retenedores e lavar cubos e meter massa nova, se necessário.
- Desmontar e montar o carburador, limpeza, nivelamento e afinação.
- Limpar filtro da bomba de gasolina.
- Limpar filtro de ar do carburador.
- Aperto Geral.
- Limpar bornes da bateria e aplicar massa nos mesmos.
- Lubrificação geral.
- Experiência na estrada.
- Apresentação, ao cliente, do relatório das avarias ou correcções que se notem necessárias, incluindo preço e prazo para os trabalhos a efectuar.

OS CLIENTES PODEM ASSISTIR ÀS REPARAÇÕES
APROVEITE A NOSSA CAMPANHA DE INVERNO

VISITE-NOS

COTAL - A Rua Artilharia Um, 105-A Tel. 68 3131

LISBOA - 1

COTAL - B. Rua dos Lusíadas, 113-A Tel. 63 10 57

LISBOA - 3

Recusar o Chile

Cerca de 2000 pessoas, reunidas num comício dirigido pelo presidente do município de Roma e por um membro da direcção do Partido Comunista Italiano, pediram ao Governo para cancelar a participação da Itália nas finais da Taça Davis, em ténis, que se realizam em Santiago do Chile, no próximo mês.

Este comício, efectuado num teatro da capital italiana, foi o último de uma série de protestos da esquerda contra a participação da Itália nas finais daquela taça.

Espero que a Itália vença a Taça da Liberdade e da solidariedade internacional, renunciando às finais da Taça Davis.

Afirmou Giancarlo Pajetta, membro do politburo do P. C. I., durante o comício. Por seu lado, o presidente do município de Roma (o comunista Carlo Giulio Argan) disse que a Itália devia boicotar a prova, para preservar os italianos de uma profunda ofensa à digni-

dade do País.

Ainda de Roma, outra notícia: três tenistas da selecção italiana não participam no torneio final da Davis, que amanhã começa (em Santiago do Chile) embora se desconheça a posição oficial do Governo italiano sobre a questão. Corrado Barazzutti e António Zugarelli (inscritos naquele torneio) anunciaram a sua recusa em participar, após uma longa reunião com o «capitão» da equipa, Nicola Pietrangeli. Por seu lado, Paolo Bertolucci (que se encontra na Argentina) também não participará no torneio.

A posição dos jogadores italianos deve-se (segundo disse) à situação extremamente confusa sobre a «finalíssima», pelo que preferiram não partir para Santiago do Chile, para evitar interpretações polémicas da atitude. Favoráveis à participação, declararam-se três ex-jogadores da Taça Davis: Vanni, Canepile e Orlando Sirola.

Geral

Movimentação na Madeira a pensar nas eleições

FUNCHAL, 29 — Com o PS ainda pouco «agressivo», decorre na Madeira a campanha eleitoral para as autarquias locais.

A UDP explica-se: todo o apoio aos GDUP, «os ricos que paguem a crise», nenhum apoio à lista Povo Unido.

Posição anunciada pelos GDUP: os Grupos Dinamizadores de Unidade Popular acei-

tam toda a gente no seu movimento. A pergunta «mesmo elementos do CDS?» foi respondido que «sim», pois havia na Madeira camponeses que, só pelo facto de pertencerem ao CDS, não podiam ser considerados fascistas ou reaccionários.

Para o PCP, por altura da apresentação do programa do governo (regional) foi aproveitada a oportunidade para uma descarada propaganda eleitoral do PPD. Acrescenta o PCP que, na ocasião, não foi dita uma única palavra sobre os atentados terroristas e as indemnizações devidas às vítimas.

Entretanto, o PPD diz que o Povo tem agora oportunidade de demonstrar o seu apreço por um partido que tão «boas provas» tem dado nestes dois meses.

Finalmente, o CDS pergunta se «o medo faz parte do processo democrático» e afirma que elementos do seu partido têm sido ameaçados por outros, de um partido chamado democrático — nítida alusão ao PPD.

PERNA DE PAU PERO NEGRO



D. Maria Helena da Conceição Crispim dos Santos

FALECEU

Os sócios da Camionagem Central de Povo Negro Lda (Manias) — participam com profundo pesar o falecimento da esposa do seu sócio sr. José Matias dos Santos e que o funeral se realiza amanhã, 3.ª feira, às 14 horas saindo da sua residência para o cemitério de Turcifal, com passagem por Casal de Barbas onde será celebrada missa de corpo presente na capela desta localidade.

Agência José Duarte
Sobral de Monte Agraço
Tel. 74208

PERNA DE PAU PERO NEGRO



D. Maria Helena da Conceição Crispim dos Santos

FALECEU

Seu marido, José Matias dos Santos, Emília das Dores Mota, sogra, irmãos, cunhados, sobrinhos e demais família cumprem o doloroso dever de participar o falecimento da sua muito querida e chorada mulher, filha, nora, cunhada, tia e parente e que o funeral se realiza 3.ª feira às 14 horas saindo da sua residência para o cemitério de Turcifal, com passagem por Casal de Barbas onde será celebrada missa de corpo presente na capela desta localidade.

Agência José Duarte
Sobral de Monte Agraço
Telej. 74208

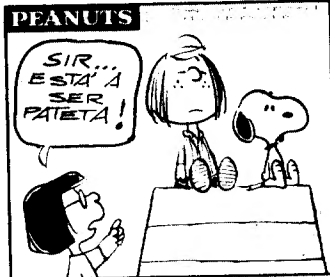
BARES - BOTES

RESTAURANTES

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Strip-tease

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264945



CANAL DA CRÍTICA

Continuação da pág. 19

é que você se refere? Aos jovens que não conseguem abrir caminho? Aos marginais? Aos trabalhadores obrigados a horários de 12 e 14 horas? Aos milhões de desempregados?

Acabemos, por agora as breves referências a duas horas de conversa sobre a Rádio que temos — questão que mal chegou a ser afluída. Acabemos, não sem recordar as dezenas de trabalhadores da Rádio despedidos ou suspensos — com o que muito se empobreceu a Rádio Portuguesa. Acabemos não sem recordar os trabalhadores readmitidos, dos melhores profissionais, que continuam na prateleira, completamente marginalizados.

Recordemo-lo aqui, já que ontem ninguém se lembrou disso.

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEQ.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	300\$	275\$	-
Cons. 3 %	-	300\$	-
Cons. 3 1/2 %	-	350\$	-
Centenários	-	800\$	-
Tes. 5 %	500\$	850\$	505\$
Tes. 10 %	-	500\$	-
Extern. 1.ª - S.	-	450\$	-
Extern. 1.ª - C.	-	450\$	-
Extern. 3.ª - S.	-	500\$	-
Extern. 3.ª - C.	-	-	-
Caut. 3.ª - S.	-	-	-
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Ix. 6 %	-	720\$	-
C.M.L. 5 3/4 %	-	770\$	-
C.P. 5 1/2 %	67	650\$	-
C.P. 5 1/2 %	68	620\$	-
C.P. 5 1/2 %	69	620\$	-
Corr. 5 3/4 %	-	780\$	-
Metr. 5 3/4 %	-	820\$	-
Tur. 5 3/4 %	870\$	860\$	-
C.P. 6 3/4 %	-	820\$	-
ELÉCTRICAS			
G. 5 %	-	680\$	-
G. 5 %	-	670\$	-
G. 5 %	-	-	-
G. 5 %	-	-	-
G. 5 %	-	-	-
G. 5 %	-	-	-
G. 6 %	-	730\$	-
G. 6 %	-	720\$	-
G. 7 %	-	850\$	-
H.E.A.A. 5 %	-	650\$	-
H.E.C. 5 %	-	620\$	-
H.E.C. 6 %	-	760\$	-
H.E.D. 5 %	-	600\$	-
H.E.D. 6 %	-	750\$	-
H.E.N.P. 5 %	-	700\$	-
H.E.S.E. 5 %	-	-	-
H.E.S.E. 6 %	-	720\$	-
H.E.Z. 5 %	57	620\$	-
H.E.Z. 6 %	-	750\$	-
N. Elec. 5 %	-	620\$	-
N. Elec. 6 %	-	700\$	-
Termoel. 5 %	-	600\$	-
U.E.P. 5 %	60	-	700\$
U.E.P. 5 %	63	800\$	-
U.E.P. 6 %	-	700\$	-
U.E.P. 7 %	-	710\$	-
DIVERSAS			
A.P.T. 5 %	-	710\$	-
A.P.T. 5 %	58	670\$	-
Lisnave 6 %	-	750\$	-
Nitratos	60	620\$	-
Pet. 2.ª e 3.ª	-	750\$	-
Sacor 7 %	-	825\$	-
Sacor 5 %	54	-	-
Sacor 5 %	60	750\$	-
Sid. 5 %	2.ª	620\$	-
Sid. 5 %	3.ª	620\$	-
Sid. 5 %	4.ª	620\$	-
Socel 5 %	-	-	700\$
R. Fabril	67	720\$	-
R. Fabril	68	720\$	-
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	-	-	500\$
Rev. 5 %	57	-	-
Rev. 5 %	59-60	-	-
Mocambique 5 %	-	-	-
Sonefe 5 %	-	-	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	-	-	-
F.I.D.E.S.	-	-	-

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado, o vento era fraco e havia neblina no litoral a norte do Cabo Espichel

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	12°
P. DOURADAS	10°
COIMBRA	10°
PORTALEGRE	10°
LISBOA	9°
FARO	11°
FUNCHAL	17°

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA	Máxima	20°
PENHAS DA SAÚDE	Mínima	0.3°

MARÉS DE HOJE

PREA-MAR	BAIXA-MAR
9.17 3,5 m	2.34 1,9 m
22.04 3,3 m	15.24 1,7 m
Dia 29	
10.27 3,4 m	3.52 1,9 m
	16.33 1,7 m
Dia 1	
23.09 3,3 m	5.00 1,8 m
11.30 3,4 m	17.29 1,6 m

PREVISÃO GERAL ATE
AS 24 H. DE AMANHÃ

A Norte do rio Mondego: céu muito nublado; vento fraco ou moderado de sudoeste e períodos de chuva fraca ou chuviscos no litoral. A Sul do rio Mondego: céu pouco nublado; vento fraco. Em várias locais do território neblina ou nevoeiro matinal.



AMANHÃ

NAScer AS 7.35
OCASO AS 17.16

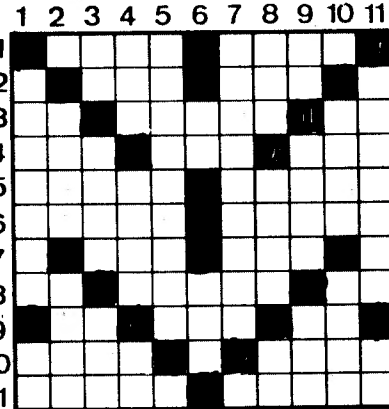


palavras cruzadas

COM PROVERBIO
PROBLEMA N.º 11619

HORIZONTAIS

- Caruma. Ratas.
- Contracção da preposição a e artigo. Ribeiro de Portugal. Época.
- Bromo (s.q.). Bebida alcoólica que se fabrica na Índia e América, fermentando arroz. Ruim.
- Esteiro. Gavinha. Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho.
- Respiram com dificuldade. Fortuna.
- Tombará. Livro.
- Matemática. Pedra de altar.
- Reis. Ecoara. Césio (s.q.).
- Prefixo que designa afastamento. Artigo indefinido. Vossa Alteza.
- Planta têxtil do Ceará. Atravessa.
- Ecoais. Guardar segredo.



VERTICAIS

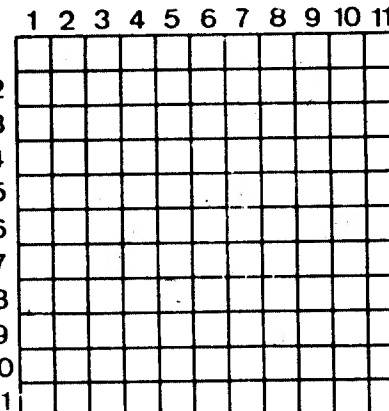
- Cercar. Césio (s.q.).
- Zombaria. Curo.
- Artigo definido. Semelhante. Bondosa.
- Triture. Araras. Nesse lugar.
- Leilão.
- O mais. Estima.
- Apoiara.
- Agora. Entontece. Fútil.
- Seguia. Rã. (pop). Forma apocópica e proclítica de vale.
- Assassina. Rosto.
- Carroça para transporte de mobílias. Brisa.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7679

HORIZONTAIS

- Associação, ou confraria cristã na Índia. Ave galinácea. Osmio (s.q.).
- Cólera. Tanto. Acreditei.
- Nome de homem. Mudança.
- O mesmo que airo. Gorgulho tropical.
- Sufixo que designa estado. O lado do vento.
- Ruim. Agradecida. Antes do meio dia.
- Braús. Nome de fruto seco.
- Ofereceis. Patrões.
- Espécie de mangueira do Gabão. Arara. Matéria (pop).
- Estavas. Prendera.
- Guarnecedora de asas. Moles-tar.



VERTICAIS

- Árvore indiana de fibras têxteis. Querido.
- Cercadura. Habitantes da Arábia.
- Ilha do Pequeno Belt. Remar para trás.
- Varzeas. Brisa.
- Prende. Reis. Pega.
- Em a. Sadiá. Doutor.
- Pinga. Basta. Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho.
- Rebolava. Pronome pessoal.
- Canto de muitas vozes reunidas. Sustens com estacas ou ligas a estas as videiras.
- Avallio. Torna louro.
- Fecha as asas para descer mais depressa. Achar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11618

HORIZONTAIS

- Lascavas. EM.
- Emas. Rola.
- Nua. Cás. Ser.
- Ra. Domar. Se.
- Sol. Cás.
- Erre. Alar.
- Ami. Ras.
- Na. Erras. Sa.
- Ela. Aos. Sás.
- Laia. Moís.
- Oó. DEZEMBRO.

VERTICAIS

- LENHA. Anelo.
- Amua. Alão.
- Saa. Sra. Ai.
- Cs. DORME. Ad.
- Coleira.
- Voam. Roaz.
- Sacaras.
- Sr. Ralas. Mm.
- Os. Sob.
- Eles. Sair.
- Mares. Passo

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7678

HORIZONTAIS

- Beata. Cabal.
- Rima. Sara.
- Ro. Mia. Res.
- Torta. Paras.
- Asaro. Abala.
- Somaras.
- At. Cegar. As.
- Marat. Içada.
- Alar. Amar.
- Damas. Pr. Ga.
- Aroma. Ramas.

VERTICAIS

- Br. Ta. Amada.
- Eirds. Talar.
- Amoras. Ramo.
- Ta. Troçaram.
- Maomet. St.
- St. Ag.
- Aparat. Pr.
- As. Abarcara.
- Barras. Am.
- Areal. Adaga.
- Lassa. Saras.

Provérbio: EM DEZEMBRO LENHA E DORME

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO P-1

(Até às 22 horas)

ALCANTARA

Proibidade, Rua Alcântara, 15-A-B (Telef. 638589)

ALTO S. JOÃO

Nova Luz, Rua D. Domingos Jardo, 28-A (à Av. D. Afonso III) (Telef. 843439)

AREEIRO

Vera Cruz, Praça Afrânio Peixoto, 2-B (à Av. S. João de Deus) (Telef. 724941)

AVENIDAS NOVAS

Palma, Av. Duque d'Ávila, 25-31 (Telef. 47089)

BAIRRO DA ENCARNÇÃO

Zira, Praça Casas Novas, lote 66 (B.º Encarnção) (Telef. 310172)

BAIRRO MADRE DEUS

Romana, Rua Actor Augusto de Melo, 7-A (Telef. 383800)

BAIXA

Mourão, Rua Assunção, 17-19 (Telef. 321289)

BENFICA

Sousa, Est. Benfica, 429-431 (Telef. 780027)

CAMPO DE OURIQUE

Wone Ld.ª, R. Silva Carvalho, 232-C (Telef. 650760)

CHILE

Esperança, R. Carlos Mar del, 101-B (Telef. 722868)

LUMIAR

Matos Viegas, Av. Rainha D. Amélia, 34-B (Quinta das Mouras) (Telef. 794174)

PICHELEIRA

Mariuz, Calçada da Picheleira, 140-B-C (Telef. 720703-728395)

POTE DE ÁGUA

Paris, Rua Reinaldo Ferreira, 5-A-B (Telef. 710131)

SAPADORES

Branquinho, R. Sapadores, 87 (Telef. 842725)

S. SEBASTIÃO

Latina, Av. António Augusto de Aguiar, 17-A (Telef. 42312)

TURNO P-2

(Serviço permanente)

ALVALADE

Estados Unidos, Av. Estados Unidos da América, 16-B (Telef. 725859)

ALCANTARA

Dilena, R. Aliança Operária, 48-A-B (Telef. 636620)

AMOREIRAS

Patra, C.ª Mestres, 30-A (à Rua Amoreiras) (Telef. 680627)

ANJOS

Gois Ld.ª, Sucr. R. Anjos, 12-C-D (antiga R. Registo Civil) (Telef. 840101)

AVENIDAS NOVAS

Fátima, Av. 5 de Outubro, 147-A (à Av. Barbosa do Bocage) (Telef. 763107)

BENFICA

Levinha, Rua Eng.º Paulo de Barros, 28-A (ex-Rua C. Projectada à Rua Casquilha) (Telef. 706242)

CAMPO DE OURIQUE

Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119 (Telef. 66206)

CAMPO GRANDE

Neoterapia, Campo Grande, 136 (Telef. 774682)

CARNIDE

Leal de Matos, Rua Neves Costa, 33-35 (Carnide) (Telef. 780181)

CASTELO

Ziller, Rua S. Tomás, 54-58 (Telef. 862835)

CHELAS

Sacramento, Rua Actriz Palmira Bastos, lote 42, loja, D.º

CONDE BARÃO

Açoriana, Largo Conde Barão, 2 (Telef. 661330)

LAPA

Alb., Rua Santana à Lapa, 156 (Telef. 663562)

LUMIAR

S. Tomás, Est. do Desvio, lote 12-C (Telef. 780704)

ALGES

Almeida Nito, Av. C.G. Guerra, 64 (T.2112070)

ALCABIDECHÉ

Carvalho, Até às 21 horas

PORTO SALVO

Porto Salvo, Até às 21 horas

PAÇO DE ARCOS

Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (T.2432034). Até às 24 e das 0 às 9 horas

OEIRAS

Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS

Leal, Até às 21 horas

CARCAVELOS

Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas

S. DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. Sábida, 29-B (T.260085). Até às 21 horas

PAREDE

Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204). Até às 24 horas; Junqueiro, Até às 21 horas

S. JOÃO DO ESTORIL

S. João Quinta da Carreira, 29-A (T.261186). Até às 21 horas

AMOREIRA

Amoreira (T.262313/267314). Até às 22 e das 24 às 9 horas

CASCAIS

Nova, E. de Alvide, Fontainhas (T.281044). Até às 21 horas; Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756). Toda a noite; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210). Até às 22 horas; Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740). Até às 22 horas; Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Rebola, (T.938424). Até às 22 horas

AMADORA

Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756). Toda a noite; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210). Até às 22 horas; Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740). Até às 22 horas; Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Rebola, (T.938424). Até às 22 horas

AMADORA

Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756). Toda a noite; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210). Até às 22 horas; Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740). Até às 22 horas; Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Rebola, (T.938424). Até às 22 horas

AMADORA

Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756). Toda a noite; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210). Até às 22 horas; Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740). Até às 22 horas; Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Rebola, (T.938424). Até às 22 horas

AMADORA

Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756). Toda a noite; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210). Até às 22 horas; Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740). Até às 22 horas; Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Rebola, (T.938424). Até às 22 horas

AMADORA

Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756). Toda a noite; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210). Até às 22 horas; Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740). Até às 22 horas; Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Rebola, (T.938424). Até às 22 horas

AMADORA

Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756). Toda a noite; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210). Até às 22 horas; Igreja, P. da Igreja, 22-A (T.937740). Até às 22 horas; Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Rebola, (T.938424). Até às 22 horas

DAMAIA

D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T.970461). Até às 22 horas

QUELUZ

Correia, L. do Mercado, 3 (T.950906)

CACÉM

Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T.2942181)

MEM MARTINS

Miranda Garcia, E. de Mem Martins, 123-B (T.2914103)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (T.980456)

SINTRA

Simões, Estefânia (T.2930832)

COLARES

Abreu (T.299088)

OUTRA BANDA

Alcochete, L. António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS

Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA

Galeão, R. Capitão Leitão, 85-B (T.2760565)

RAIXA DA BANHEIRA

Alameda, E. Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO

Mascarenhas Neto, R. Almeida Garrett (T.2076454)

COVA DA PIEDADE

Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (T.2767356)

MOITA

União Mokense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTIJO

Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (T.2310008)

SESIMBRA

Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETÚBAL

Normal do Sul, P. do Bocage (T.22216)

SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 8
ATÉ ÀS 22 HORAS

Canavaro, R. do Restauração, 53; Padrão, R. de Santo Ildefonso, 342; Figueiredo, Ld.ª, R. de Gedeira, 125; Parente, R. das Flores, 114; Sousa Soares, R. de Santa Catarina, 141; Vitória, R. de S. Ro. ue da Lameira, 756; Sanil, R. do Paraíso, 214

TODA A NOITE
Ramos, P. do Exército Libertador, 91; Ferreira de Carvalho, R. do Bonjardim, 354; Constituição, R. do Constituição, 93

COIMBRA
SITALIA — Largo da Sé Velha — Tel. 23234

cinemas

ALVALADE

T. 897490 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Os prados floridos, as montanhas, os vastos horizontes, são o pequeno mundo de Em 2.ª Semana

HEIDI
a rapariga dos Alpes
um filme de Werner Jacob
Para todos

APOLLO 70

T. 763319 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
Vittorio Gassman, Alessandro Momo, Agostina Belli

PERFUME DE MULHER
4.ª semana
Hoje às 24.00 horas
Grupo D (18 anos)

INTRIGA INTERNACIONAL

AVIS

T. 47163 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos
2.ª Semana
BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERIA

T. 776098 14.00 e 16.30 e 19.00 21.15

Para todos
OS TRÊS MOSQUETEIROS
Um espectacular filme de Richard Lester

ESTÚDIO 444

T. 795093 14, 16.30, 19 e 21.15

Festival Greta Garbo
ANA KARENINA
Um filme de Clarence Brown

Não acons. a men. de 13 anos

ESTÚDIO

T. 779095 14, 16.30, 19 e 21.15

O filme sensação do Festival de Cannes 76
O IMPÉRIO DOS SENTIDOS
A obra-prima de Nagisa Oshima
Interdito a menores de 18 anos

ESTÚDIO 444

T. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15

FESTA PRIVADA
Com Isle Damsgård
(Interdito a men. de 18 anos)

IMPERIO

Tel. 55134/5 15.15, 18.30 e 21.10

Jean-Paul Belmondo é
O IMPLACÁVEL
(L'aspageur)
Num filme de Philippe Labro
Não acons. a menores de 18 anos

LONDRES

Tel. 801313 14, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. m. 13 anos
A FLAUTA MÁGICA
Atenção: o filme é exibido logo no início da sessão

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. men. 13 anos
O ROLLS ROYCE AMARELO
2.ª Semana
c/ Ingrid Bergman, Rex Harrison, Omar Sharif

RESTAURADORES

Sessões: 15.00, 18.00, 21.00
Ciclo cinematográfico
Comédia Americana
O EXTRAVAGANTE SENHOR RUGGLES
Realizador: Leo McCarey
Sessões: 15, 18 e 21 horas
Bilhetes: Esc. 500
Espectáculo para maiores de 6 anos
Iniciativa da Direcção Geral da Acção Cultural

COLISEU

Tel. 361997 Para todos
2.ª OLIMPIADA DE CIRCOI
2 parelhas de platinas
Todas as noites às 21.30 h.
Quintas e sáb. matinees às 16 h.
Domingos e feriados 2 matinees às 14.30 e 17.15 h.

cinemas

CASINO ESTORIL

T. 264996 17, e 21.15 h

Não acons. a men. 18 anos
ALFIE DARLING

CASTIL

Tel. 630194 15.00, 17.00, 19.00 21.15

O MONSTRO
(La Bête)
Uma obra-prima erótica de Narerian Borowezvk
Interdito a menores de 18 anos
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

CONDES

T. 322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos
É PRECISO VIVER PERIGOSAMENTE
2.ª Semana
c/ Annie Girardot

ESTÚDIO

Tel. 320768 14, 16.30, 19 e 21.15

Não Acons. a men. de 18 anos
James Mason, Susan George, Pierr King em
MANDINGO
Um filme de Richard Fleischer

ESTÚDIO

T. 779095 14, 16.30, 19 e 21.15

O filme sensação do Festival de Cannes 76
O IMPÉRIO DOS SENTIDOS
A obra-prima de Nagisa Oshima
Interdito a menores de 18 anos

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15

FESTA PRIVADA
Com Isle Damsgård
(Interdito a men. de 18 anos)

IMPERIO

Tel. 55134/5 15.15, 18.30 e 21.10

Jean-Paul Belmondo é
O IMPLACÁVEL
(L'aspageur)
Num filme de Philippe Labro
Não acons. a menores de 18 anos

LONDRES

Tel. 801313 14, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. m. 13 anos
A FLAUTA MÁGICA
Atenção: o filme é exibido logo no início da sessão



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

NOVO GOVERNO EM ANGOLA

O Conselho da Revolução da R. P. A. aprovou a constituição do novo Governo da República Popular de Angola por proposta do departamento político e de acordo com as decisões tomadas no plenário do Comité Central do M. P. L. A. Agostinho Neto é o presidente da República.

O Governo compreende um primeiro-ministro, três vice-primeiros-ministros, ministros e secretários de Estado.

Lopo do Nascimento continua como primeiro-ministro, enquanto José Eduardo dos Santos e Carlos Rocha («Dilow-la») foram designados primeiro e segundo vice-primeiros-ministros, respectivamente. Falta ainda designar o terceiro vice-primeiro-ministro.

José Eduardo dos Santos, membro da Comissão Política do M. P. L. A., ocupava a pasta dos Negócios Estrangeiros, para a qual foi agora designado Paulo Teixeira Jorge.

Carlos Rocha acumula, com as funções de segundo vice-primeiro-ministro, as de secretário da Comissão Nacional de Planificação.

Outros cargos:

Ministro da Defesa — comandante Henrique «Iko» Carreira, membro da Comissão Política do M. P. L. A.; director da Segurança Nacional — comandante João Rodrigues Lopes («Ludy»), membro da Co-

missão Política do M. P. L. A.; vice-ministro dos Negócios Estrangeiros — Roberto António de Almeida; ministro da Justiça — Diógenes Boavida; ministro da Educação — a designar; vice-ministro da Educação — Artur Pestana; ministro da Saúde — Mário Afonso de Almeida; ministro das Finanças — major Sahyd Mingas, membro do Comité Central do M. P. L. A.; ministro do Comércio Interno — David Aires Machado (ocupava a pasta do Trabalho); ministro do Comércio Externo — Benvindo Rafael Pitras; ministro da Indústria e Energia — Augusto Lopes Teixeira; ministro dos Transportes — Manuel Pacavira, membro do Comité Central do M. P. L. A.; vice-ministro dos Transportes — Júlio de Almeida («Julu»); ministro da Pesca — José Carlos Vitor de Carvalho; ministro da Construção e Habitação — Manuel Resende de Oliveira; ministro da Agricultura — Carlos Fernandes; secretário de Estado das Comunicações — major Bento Rebelo («Cabulo»); secretário do Conselho Nacional de Cultura — António Jacinto (até agora ministro da Educação); secretário de Assuntos Sociais — Maria de Assunção Veicane.

Ismael Gaspar Martins foi designado para governador do Banco de Angola.

GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR

Greve, demissão, concentração

Feito o balanço da greve universitária de um dia, constata-se: em Coimbra, a adesão foi de 100 por cento; no Porto, apenas não aderiram a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Letras, onde, no entanto, funcionaram apenas três dos seis cursos ali ministrados; em Lisboa, só Direito, não aderiu, funcionando, contudo, apenas a 50 por cento.

Entretanto, as declarações de Sottomayor Cardia na Televisão, considerando que a greve mais não era senão um «fim-de-semana prolongado» e acusando de novo as «minorias activistas», levaram um professor da Faculdade de Direito de Coimbra, membro do Conselho Directivo agora demissionário, a afirmar: «As últimas declarações do ministro provocaram uma justa atitude de indignação. Todos os limites foram ultrapassados.» Também a direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências, em nome da mesa da R. I. A. de Lisboa (Reunião Inter associações do Ensino Médio e Superior), num comunicado de esclarecimento à população dos motivos da greve estudantil, afirma: «Este esclarecimento à população permitiu, sem dúvida, desmentir muitas das calúnias que a Informação diária difundiu através dos seus órgãos, bem como a atitude inqualificável do ministro Cardia na Televisão, de provocação à população das escolas, acusando de «minorias activistas» os largos milhares de

estudantes, professores e trabalhadores que participaram nas reuniões gerais e a grande maioria que apoia as suas decisões.»

No passado dia 26, durante o IV Encontro Nacional dos Conselhos Directivos, foi decidida a demissão colectiva dos C. D.'s e marcada para o próximo dia três de Dezembro uma concentração estudantil, a nível nacional, diante do Palácio de S. Bento. Para já, estas três formas de luta.

A greve saldou-se num êxito; a demissão colectiva transformou-se num facto. Depois da concentração, dia em que será formalizada pelos conselhos directivos a sua demissão pe-

rante o ministro, medidas de luta terão de ser adoptadas rapidamente. As férias de Natal e a desmobilização que se lhe segue, estão muito próximas.

Entretanto, continua a circular em Coimbra (pelo que apuramos também já em Lisboa) um abaixo-assinado entre os docentes, investigadores e técnicos da Universidade manifestando-se em defesa do princípio de autonomia da Universidade, entendido «como o direito de autogestão, exercida democraticamente, sem imposições externas, obedecendo a normas superiores, decretadas pelos órgãos constitucionais competentes». Até ao momento foram já recolhidas 312 assinaturas.

PRESIDENTE DA VENEZUELA

Continuação da pág. 1

mais próximos destas grandes nações que vão significar a presença mais importante da América Latina na Europa.

«Esta é a mensagem que quero deixar por vosso intermédio a todos os homens e a todas as mulheres de Portugal. Sentimo-nos solidários convosco e pensamos e sentimos que é convosco que vamos contribuir para a autêntica paz, mediante uma solidariedade que se expressa na cooperação e na confraternização mundial.»

Esta foi a mensagem que o presidente Andrés Pérez dirigiu ao povo português, por intermédio dos jornalistas, pouco depois de ter chegado a Lisboa.

Andrés Pérez, cujo avião chegou com cerca de uma hora de atraso sobre a hora prevista, foi recebido junto ao avião pelo general Ramalho Eanes e esposa, Vasco Lourenço, Vítor Alves, Vítor Crespo, Souto Cruz e Canto e Castro, membros do Conselho da Revolução, e altas individualidades portuguesas, além dos embaixadores dos dois países.

Hoje o Primeiro-Ministro português oferece um almoço em S. Bento ao presidente Andrés Pérez e à tarde, às 17 horas, em Belém realiza-se a cerimónia de apresentação de cumprimentos, troca de condecorações e presentes, entre os presidentes dos dois países.

As 18 horas o Presidente da República da Venezuela será recebido na Assembleia da Re-

pública em sessão plenária. A noite o general Ramalho Eanes oferece um jantar no Palácio da Ajuda.

A visita de Andrés Pérez a Portugal é aguardada com certa expectativa pelos resultados políticos que pode dar.

Pérez, que foi ministro do Interior de Pérez Gimenez, é hoje adversário de Rómulo Betancourt dentro da Acção Democrática, representando a sua ala mais progressista. A sua viagem à Europa teve alguns resultados práticos para os povos latino-americanos e há dias firmou um acordo com a União Soviética, segundo o qual a Venezuela fornecerá petróleo aos clientes da U. R. S. S. na área geográfica latino-americana e a União Soviética fornecerá em contrapartida os clientes da Venezuela na sua área geográfica. Isto traduz-se, em termos práticos, que esses países vão receber petróleo com preços de transporte mais reduzidos. Um dos países beneficiados é Cuba.

Recentemente também a Venezuela participou com outros países latino-americanos numa companhia internacional de navegação que põe em causa o monopólio norte-americano. Tudo isto contra as pressões constantes da C. I. A.

No caso português há uma enorme área de interesses comuns que pode ser aproveitada por ambos os países, principalmente no que se refere ao Terceiro Mundo e países latino-americanos.

Namora no Instituto de Cultura Portuguesa

«Evite-se, em suma, que nest País a cultura diexa de olhar a porta do exílio, ontem por hostilidade e sufocação, hoje por carências e sonho fatigado», afirmou esta manhã o escritor Fernando Namora ao ser impositado no cargo de presidente do Instituto de Cultura Portuguesa pelo ministro dr. Sottomayor Cardia. No cargo de vice-presidente foi impositado o prof. José Augusto França.

No acto de posse, o ministro da Educação salientou a alta importância do Instituto da Cultura para uma política cultural do País e na «reintegração de Portugal no contexto internacional», salientando que «temos sido um país de importância cultural» que deverá passar a ter uma cultura própria reconhecida no estrangeiro. No seu discurso, Fernando

Namora afirmou que «o fomento da cultura tem de ser um objectivo prioritário, antes que se perca irremediavelmente a matriz de que somos e o empenho de a zelar», tendo-se em seguida referido à «tentativa da inventariação dos nossos haveres desperdiçados enquanto, em simultaneidade, se mutila, se enxovalha, se arrasa o nosso património cultural, aquele que, uma vez destruído, nem a mais solícita penitência poderá refazer».

Referindo-se ao seu novo cargo, Fernando Namora afirmou que o considera a «ratificação formal de uma tarefa que tem vindo a desempenhar como um acto cívico e a qual, portanto, já anteviu os horizontes e avaliei os desafios, ao mesmo tempo que fui ajuizando da minha capacidade para lhes dar resposta».

O referendo em Espanha

Continuação da pág. 1

sentadas e as muito habitadas, ao contrário, estarão sub-representadas. Assim, por exemplo, uma província como Soria (113 887 habitantes) poderá contar com quatro deputados enquanto uma outra, como Barcelona (4 286 003 habitantes) somente terá 27 deputados em vez dos 43 que lhe corresponderiam. Isso significa que cada voto soriano valerá cinco vezes mais que cada voto barcelonês.

«Quijano» termina a sua análise demonstrando que, com base na demografia das províncias, 26 delas — mais da metade de Espanha — terão umas eleições para o Congresso inevitavelmente regidas pelo sistema maioritário, ainda que a lei diga que é proporcional. Somente nas 24 províncias

restantes, que são as mais povoadas do país, funcionará, efectivamente, o sistema proporcional. Conclusão: com o sistema misto aprovado para as eleições ao Congresso a «Aliança Popular» e demais forças partidárias do «status quo» matam dois pássaros com um tiro. Nas províncias em que provisivelmente serão a maioria (zonas rurais pouco povoadas), focarão beneficiadas com o sistema maioritário. Nas províncias urbanas e industriais, onde a oposição deverá vencer, serão beneficiadas pela representação que o sistema proporcional concede às minorias.

Assim, é fácil de constatar que o esquema eleitoral aprovado contém todas as vantagens para a «Aliança Popular» e para as organizações burocráticas do regime, enquanto oferece todos os inconvenientes para a Oposição Democrática. E isto, sem contar com

as desigualdades provenientes do sistema maioritário que será aplicado para as eleições ao Senado quando, por exemplo, o voto de um eleitor de Soria valerá 47 vezes o voto de um eleitor de Barcelona.

Por todas essas razões, um colonista do «espetro» madrileño «Diário 16» escreveu na passada sexta-feira que «o acordo entre o Governo e a «Aliança Popular» produziu, em realidade, a substituição dos princípios tomados da democracia ocidental (igualdade de sufrágio) pelos princípios orgânicos de uma pseudo-democracia. Só que, agora, em vez dos apoios orgânicos do franquismo tradicional (família, município e sindicato), é o apoio provincial que impede a livre expressão da soberania popular».

O franquismo muda de forma, mas a sua essência permanece. Já dizia o anterior primeiro-ministro, Arias Navarro, que somente se reforma aquilo que se deseja conservar. Assim entenderam os neo-democratas Fraga, Fernandez de La Mora, Lopez Rodo e outros que, unidos na sua «Aliança Popular», se preparam para instaurar o neofranquismo legitimado pelo voto popular. E é por isso que a Oposição Democrática clama pela abstenção.

SOARES NO BRASIL

BRASÍLIA, 29 — (ANOP) — O Primeiro-Ministro português, Mário Soares, permanecerá cinco dias no Brasil na sua visita oficial, que se inicia no dia 15 de Dezembro próximo, e a Imprensa brasileira de Sábado dá uma previsão do programa dessa visita.

HISTÓRIAS DE RETORNADOS



Avenda nas livrarias ou pedidos à cobrança para Distribuidora «O SÉCULO» R. do Século, 43-Lisboa Preço: 50\$00

madeira

viagens especiais em avião fretado desde

2680.

30 Nov a 4 Dez
4 Dez a 8 Dez

feriados de Dez.

Europa

3 tomes

MOTO-BOMBA

Depois da sua presença junto do brigadeiro Pires Veloso, nas comemorações do 25 de Novembro, só nos falta ouvir, um dia destes, o major Mota Freitas a exigir «imediata liquidação da rede bombista»!

Escândalo no Porto, como disse «O Jornal», ou moto-bomba a puxar água para tentar afogar algum incêndio?

FANFARRONICE

Em confidência com alguns amigos íntimos ligados a outros sectores, um conhecido latifundiário e activo membro da CAP, vangloriava-se de que a sua organização «tinha tudo minado no Ministério da Agricultura», tinha «tudo infiltrado», tinha «todas as informações», tinha «o Ministério na mão».

Custa-nos a acreditar que assim seja, embora a maneira de actuar de muitos departamentos do Ministério da Agricultura e Pescas, a sistemática sabotagem à Reforma Agrária e outros actos contra os interesses dos trabalhadores pareçam confirmar certa a fanfarronice da CAP.

DA ALA AO MAP

O Ministério da Agricultura e Pescas de António Barreto insiste na produção diária de notas oficiais, com ameaças aos trabalhadores alentejanos. Entretanto, parece ter papel assinalável nessa inesperada «produtividade» o eng. Carlos Portas, novo secretário de Estado da Reestruturação Agrária.

Segundo apuramos, o novo governante pertence à família de um grande latifundiário, estagiou nos Estados Unidos da América e foi técnico de Sagrep (grande empresa agrícola localizada perto dos terrenos nacionalizados do perímetro de Idanha-a-Nova) da qual o seu sogro é um dos principais accionistas. Teve ainda um papel activo na criação da ALA, precursora da CAP.

QUE SE PASSA NA RDP?

Coisas estranhas parecem acontecer na RDP. O pagamento de salários atrasa-se. Diz-se mesmo que só no próximo dia 10 de Dezembro haverá dinheiro para os vencimentos.

Entretanto, foram contratados desde 25 de Novembro de 1975 muitas dezenas de novos locutores técnicos e noticiários.

Os suspensos continuam afastados. A qualidade dos programas, é a que se sabe!

O ex-RCP (integrado na RDP) que nunca se atrasou nos pagamentos, acumula défices apesar de o cinema Nimas manter lotações esgotadas desde há muitos meses e não escassear a publicidade. A Imavox (integrada também) triplicou despesas. Por outro lado as dívidas à Previdência são de largos milhares de contos. Afinal como é?

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
NO MES ANTERIOR: 40 930 EXS